

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CAMPUS DE TOLEDO**

ÂNGELA MARA BENTO RIBEIRO

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO REGIONAL:
UM ESTUDO DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ**

**TOLEDO – PARANÁ
2005**

ÂNGELA MARA BENTO RIBEIRO

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO REGIONAL:
UM ESTUDO DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientação: Prof. Dr. Edson Belo
Clemente de Souza
Co-orientador: Prof. Dr. Jefferson
Andronio Ramundo
Staduto

**TOLEDO – PARANÁ
2005**

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

R484p	<p>Ribeiro, Ângela Mara Bento Planejamento turístico regional : um estudo da Região Costa Oeste do Paraná / Ângela Mara Bento Ribeiro. – Toledo, PR : [s. n.], 2005. 132 f.</p> <p>Orientador: Dr. Edson Belo Clemente de Souza Co-orientador: Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas</p> <p>1. Turismo – Paraná, Costa Oeste 2. Planejamento turístico 3. Economia regional 4. Política públicas 5. Indústria turística I. T.</p> <p>CDD 20. ed. 338.4791098162</p>
-------	--

ÂNGELA MARA BENTO RIBEIRO

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO REGIONAL:
UM ESTUDO DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus, Marechal Cândido Rondon

Prof^a. Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus, Toledo

Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Universidade Federal do Paraná
Curitiba

Toledo, 21 de setembro de 2005.

Dedico este trabalho ao grande amor da minha vida, meu filho ANDREW, que compreendeu o tempo em que estive ausente dedicando-me a pesquisa, a minha irmã-amiga FÁTIMA RIBEIRO, pela compreensão e atenção. Acima de tudo a minha mãe, LAURA RIBEIRO, mulher a qual merece o mérito daquilo que hoje sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que estiveram presentes nesta trajetória, especialmente ao professor JEFFERSON ANDRONIO RAMUNDO STADUTO, pela atenção dedicada à reflexão desta pesquisa. Suas observações enriqueceram em muito este estudo.

Aos professores do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Toledo, suas contribuições e à CLARICE STAHL, pela sua dedicação e suporte tão necessário aos alunos neste momento de conclusão do curso.

Ao laboratório de Economia da Unioeste – Toledo, especialmente LUCIR e CRISTIANO, pela contribuição com a pesquisa.

Ao professor EDSON BELO CLEMENTE DE SOUZA, pelas suas orientações.

Também agradeço à professora YONISSA M. WADI, uma das integrantes da banca de qualificação, e que me deu importantes contribuições, sendo estas incorporadas ao texto.

Aos colegas do curso de mestrado, principalmente à ELIZÂNGELA CARVALHEIRO, amiga inesquecível, sempre tão presente nesta caminhada.

Agradeço ao meu irmão FRANCISCO CARLOS B. RIBEIRO pela sua disponibilidade de auxílio nesta pesquisa. E não poderia deixar de mencionar meu amigo sempre presente em todos os momentos da minha trajetória, LUIS ROBERTO CARDOSO.

De forma bem especial, à minha família, meus amores: meus sobrinhos (as), afilhados: ANTÔNIO, ARIEL, CAMILA, CAROLINA, VICTOR, WENDEL e THIAGO, meus IRMÃOS e IRMÃS e a VIVIANE RIBEIRO.

A DEUS, por ter dado forças e sabedoria nesta minha caminhada.

O mundo nos diz uma coisa na base da razão, mas a emoção nos permite fazer um parêntese a essa razão e avançar em matéria de conhecimento. A razão é a rotina, a repetição interesseira, o preconceito. A emoção possibilita gestos inéditos, porque cada dia somos diferentes e assim exprimimos. É essa a riqueza dos lugares e, assim, estes podem enfrentar o mundo.

MILTON SANTOS

RIBEIRO, Ângela Mara Bento. Planejamento turístico regional: um estudo da região Costa Oeste do Paraná. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. *Campus Toledo*. Toledo/PR, 2005.

RESUMO

O presente estudo propõe analisar a Região Costa Oeste do Paraná a partir da atividade turística, especialmente através do planejamento turístico regional, considerando os programas, planos e projetos gestados por políticas públicas nos níveis federal, estadual, regional e municipal. A produção deste espaço regional remonta à construção da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional, que a partir da formação do lago, configurou uma nova paisagem, capitaneada pelo turismo. Inicialmente eram oito municípios paranaenses, que passaram à quinze, seja pela nova constituição física da região ou pelo desmembramento e emancipação de distritos. Todos esses municípios, denominados de lindeiros ao Lago de Itaipu, buscam desenvolver-se através de ações integradas ao turismo. Partindo do regional para o local, o município de Itaipulândia expressa essa região pelos investimentos em equipamentos turísticos, pela história da sua formação e pelos recursos advindos dos royalties da Itaipu.

Palavras-chave: Planejamento turístico regional, Região Costa Oeste do Paraná, políticas públicas.

RIBEIRO, Angela Mara Bento. **Regional tourist planing:** a study of west region of Paraná State. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. *Campus Toledo*. Toledo/PR, 2005.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the west cost region of Paraná State from a touristy perspective, specially by the regional tourist planning, considering the programmes, plans and projects managed by federal, state, regional and county public policies. This area started with the Itaipu Binacional Hydroelectric Plant and its lake, constituting a new tourist landscape in that region. Inicially, there were eight counties, and nowadays fifteen are settled in the region. All these counties, named "lindeiros" or (neighbours) to the Itaipu Lake, look for their development through integrated tourist actions. Starting from the regional and then to the local space, we also investigate Itaipulândia county that is a representative of this region because of the investment in tourist equipments, its history, and resources accrue from Itaipu.

Key-words: regional tourist planning - west coast region of Paraná state - public policies

LISTAS DE ABREVIATURAS

AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BB - Banco do Brasil

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CACB - Confederação das Associações Comerciais do Brasil

CDMLLI - Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

COI – Comitê Olímpico Internacional

DTAN - Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Rural

EUA – Estados Unidos da América

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

FAMTUR - Viagem de Familiarização de Turismo

FEPESSE - Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITC - Instituto de Terras e Cartografia

JMN - Jogos Mundiais da Natureza

Mastro - Movimento do Agricultor sem Terra

MST - Movimento Sem Terra

MTR - Movimento dos Trabalhadores Rurais

Mtur - Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PDM - Plano Diretor Municipal

PDMs - Planos Diretores Municipais

PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano

PDUOs - Planos Diretores de Uso e Ocupação dos Solos Municipais

PEDUR- Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional

PIB – Produto Interno Bruto

PLUOS – Plano de Uso e Ocupação do Solo

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT - Política Nacional do Turismo

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo

PRT- Programa de Regionalização do Turismo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

SETU - Secretaria de Estado do Turismo

SUDENE - Superintendência do desenvolvimento do Nordeste

TAN - Turismo em Áreas Naturais

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

VAF - Valor Adicionado Fiscal

LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1 -	REGIÃO ATINGIDA PELO RESERVATÓRIO DE ITAIPU	26
FIGURA 2 -	FOTO DO TERMINAL TURÍSTICO JACUTINGA – PARTE ALAGADA DA VILA ITACORÁ.....	94
FIGURA 3 -	FOTO DA RODOVIÁRIA DE ITAIPULÂNDIA	97
FIGURA 4 -	RODOVIA COSTA OESTE – ACESSO A ITAIPULÂNDIA.....	98
FIGURA 5 -	TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU.....	100
FIGURA 6 -	IMAGEM DA NOSSA SENHORA APARECIDA - ITAIPULÂNDIA.....	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TOTAL DA POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO E DATA DA EMANCIPAÇÃO NA COSTA OESTE DO PARANÁ – 2000	34
TABELA 2 - DADOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO COSTA OESTE DO ESTADO DO PARANÁ – 2005	37
TABELA 3 - MOTIVO DA VIAGEM DA PESQUISA.....	60
TABELA 4 - MOTIVO DA VIAGEM TURÍSTICA.....	60
TABELA 5 - CONHECIMENTO PRELIMINAR SOBRE OS CAMINHOS DO TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU	61
TABELA 6 - PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E PLANOS DIRETORES DE USO DE OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ.....	69
TABELA 7 - ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS DA REGIÃO COSTA OESTE	77
TABELA 8 - EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA REGIÃO COSTA OESTE.....	80
TABELA 9 - GASTRONOMIA ÉTNICA DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS.....	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA PERTENCENTE A CATEGORIA AMBIENTAL.....	56
QUADRO 2 - IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA PERTENCENTES A CATEGORIA SOCIOCULTURAL.....	57
QUADRO 3 - IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA PERTENCENTES A CATEGORIA ECONÔMICA	57
QUADRO 4 - QUADRO SINTÉTICO DAS MODALIDADES DO TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO - CARACTERIZAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ E INCORPORAÇÃO DA REGIÃO COSTA OESTE COMO ESPAÇO TURÍSTICO	20
1.1 A FORMAÇÃO DA COSTA OESTE DO ESTADO DO PARANÁ	20
1.1.1 Criação do Lago de Itaipu.....	21
1.1.2 Território da Costa Oeste do Paraná	24
1.1.3 Municípios Lindeiros	33
2 CAPÍTULO - PLANEJAMENTO TURÍSTICO REGIONAL	40
2.1 PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO COSTA OESTE.....	40
2.2 TURISMO: O TERCEIRO SETOR DA ECONOMIA EM ESTUDO	48
2.3 PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ	50
2.4 PROJETOS GOVERNAMENTAIS NAS ESFERAS: ESTADUAL E REGIONAL	62
2.5 PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA COSTA OESTE	71
2.6 PERFIL TURÍSTICO DA COSTA OESTE.....	73
2.6.1 Atrativos e Equipamentos Turísticos na Região	74
2.6.1.1 Atrativos e Equipamentos	75
2.7 EVENTOS GASTRONOMICOS DA COSTA OESTE	84
2.8 TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU.....	86
3 CAPÍTULO	91
3.1 ITAIPULÂNDIA E SUA HISTÓRIA.....	91
3.2 PROJETOS E PROJEÇÕES DE TURISMO.....	99
3.3 O TERRITÓRIO CONSTRUÍDO NA CIDADE DE ITAIPULÂNDIA	107
3.4 A PROJEÇÃO DO TURISMO RELIGIOSO EM ITAIPULÂNDIA.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121
ANEXO A - FOTOS DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA.....	130
ANEXO B - DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	133

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar o planejamento turístico da região Costa Oeste do Paraná, através da avaliação dos programas que estão sendo implantados na região, pois, todos os municípios da Costa Oeste estão envolvidos e discursam sobre a integração turística dos chamados municípios limieiros. A partir dessa perspectiva é necessário ter uma visão ampla no que se refere ao planejamento integrado, todavia, esta ação parte de uma análise com base no município de Itaipulândia, escolhido entre os quinze municípios da Costa Oeste do Paraná, para analisar o quanto ele percorre esse eixo de integração turística.

No Estado do Paraná Itaipulândia tem dispêndio financeiro por conta dos *royalties*. Com uma população em torno de 6.836 mil habitantes, recebeu, em janeiro de 2005, US\$ 641.000 de *royalties* para investir dentro do município. Muitos investimentos estão sendo realizados na área do turismo, como construções de monumentos, parque aquático, hotel, ampliação da praia, etc. Para a presente análise é preciso confrontar o planejamento turístico do município de Itaipulândia com a região e saber se o fundo público formado pelos *royalties* está sendo investido no desenvolvimento da atividade turística da região.

O planejamento ganhou força na América Latina, como instrumento técnico-político de intervenção do Estado, a partir da década de 1950, com as idéias desenvolvimentistas, expressas principalmente pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Essa comissão defendeu a necessidade de intervenção estatal na economia para implementar a industrialização nos países latino-americanos, e forneceu uma teoria de desenvolvimento que influenciou diretamente no desenvolvimento econômico latino-americano e contribuiu para a elaboração de planos de governos.

A ênfase maior sobre o planejamento vem associada ao processo de industrialização, à urbanização e à concentração demográfica nas cidades, sendo apontado como uma das saídas para evitar os impactos socioespaciais, como a ampliação da pobreza, do desemprego, do déficit habitacional, da degradação ambiental, dentre outros. Nos países pobres esses efeitos deletérios do ponto de vista socioespacial são refletidos e concentrados principalmente nas cidades de médio e grande porte.

O planejamento, neste estudo, é entendido como atividade sistêmica¹ fomentada pelas unidades administrativas do Estado, na esfera federal, estadual, regional e local, envolvendo a sociedade. Nessa perspectiva, entende-se que o planejamento é instrumento que possibilita averiguar e avaliar as implicações socioeconômicas de determinada região² em favor do desenvolvimento do espaço³.

As escolhas de alternativas de intervenção territorial exigem cautela e devem contemplar às necessidades e aspirações presentes da coletividade no processo de desenvolvimento, tendo a visão e conscientização de não comprometer a capacidade regional futura (BARRETTO, 1991; DALLABRIDA, 2000).

¹ Segundo Petrocchi (2002), onde o Planejamento Turístico é compreendido como um conjunto de fenômenos denominados: informação, decisão e ação. Esses, fenômenos, quando realimentados por nova informação, produzida por um espaço de tempo, dão estrutura ao Ciclo do Planejamento. Nesta perspectiva, o Prodetur-Sul (PARANÁ, 2005b) observa que o Planejamento Turístico Regional, na perspectiva sistêmica, é uma estratégia de sustentabilidade do turismo. Assim, este documento também entende a necessidade de identificar, implantar, operar e manter as ações projetadas.

² Segundo Gomes (1995, p. 66): “no processo de produção da vida, as sociedades produzem seus espaços de forma determinada e ao mesmo tempo são determinadas por ele [...] A região é, pois, nesta perspectiva, a síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social”. Na mesma perspectiva, Markusen (1981, p. 16-17) acrescenta que “região é uma sociedade territorial contígua, desenvolvida historicamente, que possui um meio ambiente físico, um meio sócio-econômico, político e cultural e uma estrutura espacial distinta em relação a outras regiões bem como a outras unidades territoriais maiores”.

³ O espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. Para tanto, o espaço é igual à paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial (SANTOS, 1992).

A Região Costa Oeste compreende a área de 1.400 km² de orla que margeia o Lago de Itaipu do lado brasileiro. Abrangendo 15 municípios do Estado do Paraná, sendo estes: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Santa Helena, Diamante D'Oeste, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Guaíra e Terra Roxa. Esta região foi delimitada no ano de 1997 pelo Governo Estadual⁴ através do Projeto Costa Oeste, visando promover o desenvolvimento com ênfase à promoção do ecoturismo e do turismo de esportes, nos municípios limediros ao Lago de Itaipu.

A partir de então, almejava-se implantar núcleos e equipamentos turísticos⁵, buscando atrair a demanda turística para esta região, objetivando aproveitar o lago e os balneários existentes e, assim, transformando-se em um importante componente do desenvolvimento regional com a ampliação dos dias de permanência do turista⁶.

A materialização do Projeto Costa Oeste segue principalmente pela idéia de alastrar o turismo concentrado no Parque Nacional do Iguaçu para os demais municípios. O ponto de partida para nortear essa idéia foi a primeira edição – e única – dos Jogos Mundiais da Natureza. Este evento regional teve repercussão a nível internacional, tendo como meta fazer com que a sociedade tomasse conhecimento do atrativo turístico que a região passaria a oferecer.

O núcleo e equipamentos turísticos teriam sido planejados a partir do espaço

⁴ No mandato de 1994/1998, tendo como governador Jaime Lerner.

⁵ Entre os empreendimentos e equipamentos a serem desenvolvidos e implantados, pelo poder público e privado, estão: marinas, atracadouros, vilas aquáticas e outros equipamentos náuticos, com fins nas atividades náuticas, esportivas e de pesca, pousadas, *camping*, área de lazer, etc.

⁶ A conceituação universal do termo turista, apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU), remete a qualquer indivíduo que, livre e espontaneamente, viaja, por um período limitado, para fora do local de sua residência habitual, buscando exercer ações que, por sua natureza e pelo conjunto das relações delas decorrentes, se classifiquem em algum dos tipos, das modalidades e das formas de turismo. Como exemplo são apontadas as atividades de lazer e entretenimento (ANDRADE, 2002).

modificado pelo alagamento do reservatório de Itaipu. Para tanto, é necessário compreender que a implantação da Usina Hidrelétrica atingiu diretamente o espaço sociogeográfico, desterritorializou e está reterritorializando-o⁷. Assim, o turismo foi sendo implantado pelo Estado com a participação da iniciativa privada, como uma estratégia de desenvolvimento regional.

A contribuição financeira investida pelas unidades administrativas da Região Costa Oeste no turismo para a região é proveniente dos *royalties*⁸ pagos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desde 1991. Esse recurso econômico é direito limitado até 2023. Deste modo, é emergente a organização dos municípios envolvidos a fim de projetar as ações estratégicas para alavancar o desenvolvimento socioeconômico da região, pois todo o planejamento envolve as finanças e, no momento este fator encontra-se operante.

Entre 1996 a 1999, no Plano Plurianual de Investimentos lançado pelo Governo Federal, este traçou alguns objetivos⁹ como estratégicos para a municipalização do turismo. Ficando sobre a responsabilidade da Embratur gerir a Política Nacional de Municipalização do Turismo.

Esse instrumento segue as orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT) e prega a gestão participativa do turismo junto à preservação do meio ambiente natural e urbano, isto é, aborda o processo de desenvolvimento dos

⁷ De acordo com Cocco (2000), o processo de desterritorialização pode ser pensado como algo que se alimenta da reorganização produtiva de territórios desenhados por novas formas de cooperação criativa e produtiva.

⁸ Lei dos *Royalties*: Decreto n. 1, de 11 de janeiro de 1991 que regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

⁹ (1) conscientização da sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural; (2) Dotar os municípios brasileiros com potencial turístico, de condições técnicas e organizacionais para promover o desenvolvimento da atividade turística; (3) O Programa visa descentralizar as ações de planejamento turístico, de forma a capacitá-los a elaborarem seus próprios planos de desenvolvimento (EMBRATUR, 1995).

municípios turísticos através da conscientização da população sobre sua capacidade geradora de renda.

Em 2003, o Governo Federal lançou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, baseado nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional. Segundo dados deste programa, ao criar o Ministério do Turismo (MTur), o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visa priorizar o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país. A partir deste contexto, há a necessidade de uma análise do Planejamento Turístico da Região Costa Oeste do Paraná.

A pesquisa, além dessa introdução, está estruturada em três capítulos. O primeiro aborda o desenvolvimento regional no Estado do Paraná, caracterizando o Oeste do Paraná, considerando como marco o novo espaço construído a partir da construção da Hidrelétrica de Itaipu e a incorporação da Região Costa Oeste como espaço turístico. O segundo capítulo realiza a análise do planejamento turístico regional, verificando os planos e programas oficiais de desenvolvimento regional da Costa Oeste do Paraná, verificando se alcançam os quesitos almejados pelo planejamento, numa concepção regional. Por último, num terceiro capítulo, será apresentado o estudo de caso, tendo como amostra selecionada o município de Itaipulândia. Pretende-se confrontar a realidade diagnosticada do município com o que está proposto em nível regional. Enfim, as considerações finais, num último capítulo apresentam a síntese deste trabalho.

Várias foram as contribuições para o desenvolvimento deste trabalho: dissertações sobre a Costa Oeste do Paraná, produções científicas de vários autores que trabalham com políticas públicas e Turismo. A participação em Oficina de Sensibilização e Mobilização do Programa de Regionalização do Turismo –

Roteiros do Brasil – Região Turística Oeste e Municípios Lindeiros, serviu para esclarecer a situação em que se encontravam os municípios da Costa Oeste, diante da intenção de ser o turismo uma alternativa de desenvolvimento.

Realizou-se levantamento junto a órgãos públicos, como Secretaria de Turismo do Estado do Paraná (Setu), Paranaturismo, Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedu), Paranacidade, Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo de Itaipulândia e também na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. O contato com os órgãos públicos, possibilitou o entendimento, para relatar neste trabalho, sobre os programas de desenvolvimento da gestão pública do Estado do Paraná. Além de entrevistas e informações, estes órgãos forneceram jornais, históricos de municípios da Costa Oeste do Paraná, CDs, DVDs, relatórios, prospectos, fotografias e materiais pertinentes (relevantes) à pesquisa.

Fez-se levantamento junto ao Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (CDMLLI) e Sebrae, para compreender o projeto “Turismo Integrado ao Lago de Itaipu”, em curso, junto à Costa Oeste do Paraná. Assim, se conclui um estudo regional – da Costa Oeste do Paraná – evidenciando o papel do planejamento turístico.

1 CAPÍTULO

CARACTERIZAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ E INCORPORAÇÃO DA REGIÃO COSTA OESTE COMO ESPAÇO TURÍSTICO

Neste Capítulo, são apresentados alguns aspectos históricos do Estado do Paraná. Visa-se apresentar a formação do território da Costa Oeste do Paraná, com suas características socioespaciais alteradas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu. Ao final deste capítulo é apresentada uma breve discussão introdutória do planejamento como instrumento de desenvolvimento regional.

1.1 A FORMAÇÃO DA COSTA OESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Sendo o Paraná uma região de fronteira com a nação paraguaia, e visto o interesse dos governos em abrirem o comércio entre as nações, houve a necessidade da construção rodoviária para que o escoamento entre os países se tornasse possível. Em 27 de março de 1969 é inaugurada a pavimentação da BR 277 ligando Foz do Iguaçu, da margem do rio Paraná, ao Porto de Paranaguá. A ligação rodoviária que havia entre o Paraguai e o Brasil era a Ponte da Amizade, com uma extensão de 554 metros ligando Foz do Iguaçu a *Ciudad Del Este* no Paraguai. Assim, reafirmaram-se “os laços de amizade e cooperação econômica entre os dois países”¹⁰ (PERIS, 2002, p. 85).

A Hidrelétrica de Itaipu também foi parte deste acordo entre Paraguai e Brasil, sendo ela geradora de um crescimento populacional. O processo de modernização iniciado no Brasil a partir dos anos 60 fez com que profundas

¹⁰ Este fator se deve à Guerra da Tríplice Aliança, que durou de 1864 a 1869, salientando que o interesse na ligação do território paraguaio com o Oceano Atlântico era uma aspiração desde o século XVI do próprio Paraguai (PERIS, 2002).

mudanças ocorressem no meio rural¹¹. Assim o agricultor foi perdendo aos poucos a sua auto-suficiência na lavoura, e em seus meios de produção, tendo que, por questões de subsistência, aderir a outras atividades em razão da apropriação e modificação do território por parte do Estado e Federação sem levar em consideração as relações sociais dos moradores do lugar.

No Oeste do Paraná houve a tentativa frustrada dos cultivos do café, atraídos pela qualidade dos solos – a famosa “terra roxa”. Agricultores chegam a região com o sonho de cultivar o precioso grão¹².

Durante os anos 70 a modernização da agricultura acarretou a segunda modificação profunda na Região oeste. O Processo de modernização implantou um novo padrão tecnológico, que exigia, além de máquinas e tratores, novas técnicas de cultivo. A mecanização foi um fato marcante na história regional.

1.1.1 Criação do Lago de Itaipu

A construção da Hidrelétrica de Itaipu ocorreu através de um tratado binacional, entre o Brasil e o Paraguai, a Itaipu é uma entidade binacional criada pelo Artigo III do Tratado de Itaipu em 26 de abril de 1973, visando ao aproveitamento hidráulico do Rio Paraná. A obra inundou, em 1982, a área de aproximadamente 800 km² no lado brasileiro e 600 km² ao lado paraguaio. A dimensão espacial do lado brasileiro do rio Paraná se estende de Foz do Iguaçu a Guaíra, numa extensão de 170 km e largura média de 7 km, formando inúmeras

¹¹ “[...] O contingente populacional urbano em relação ao rural, são ligados à política da agricultura que expulsou o trabalhador do campo para a cidade” (SOUZA, 1998).

¹² Por exemplo na cidade de Maripá, que em 1953 iniciou as plantações. A possibilidade de novas terras para o plantio faz a Companhia de colonização Maripá, vender áreas maiores de terras, em Maripá, na forma de algumas fazendas, o que destoou da política de vendas de pequenos lotes adotada até então, atraindo, também migrantes do Norte do Paraná (YUKIV e RIBEIRO, 2001).

penínsulas e reentrâncias (BRASIL, 1996).

O período que norteia o início e término da construção de Itaipu remete historicamente à competência dos governos militares, fazendo refletir nesta obra faraônica a ideologia política do crescimento econômico com base na iniciativa tecnológica que foi financiada pelo Banco Mundial. Há inúmeras polêmicas sobre sua necessidade. A informação repassada à sociedade quanto ao objetivo da obra era a emergência da auto-suficiência energética, buscando-se atender à demanda social e econômica; porém, ao se analisarem os índices apontados por Schilling e Canese (1991), é possível observar controvérsias, visto que, no período de 1955 a 1980, o país teve um crescimento econômico significativo que não refletiu diretamente num desenvolvimento social¹³.

Com a instalação de indústrias no território brasileiro com o objetivo de implementar o crescimento econômico, na década de 1950, houve a necessidade de ampliação nos recursos energéticos, energia que, naquele momento era obtida principalmente pela combustão do carvão e petróleo, o que acabava por encarecer os custos de transmissão e dificultava a alavancagem “desenvolvimentista”. Assim, Itaipu produziria energia, auto-sustentando o discurso ideológico, ou seja, a primazia do objetivo do crescimento energético/econômico – que era para atender à modernização do processo de produção – e não diretamente como meio de responder à expectativa de uma população quanto a melhorias na estrutura básica.

Esta estratégica de crescimento econômico não levou em consideração o aspecto social e ambiental, produzindo abruptamente uma nova configuração espacial e social. A margem brasileira, onde a água emergiu sobre porções de terra

¹³ Entre os países capitalistas, o Brasil, de 49º lugar em nível de crescimento econômico, passou a ocupar o 8º lugar. Entretanto, nesse mesmo período, o desenvolvimento continuou a ocupar o 50º lugar (SCHILLING e CANESE, 1991).

devido à barragem, caracterizava-se como uma região ocupada pelo processo de colonização. De acordo com Ribeiro (2002), a população que habitava na área ocupada pelo Lago de Itaipu, era estimada em aproximadamente 40 mil pessoas. A subsistência destes provinha da agricultura, tendo ainda, como infra-estrutura básica, lojas, farmácias, oficinas, etc., ou seja, um espaço onde, aos poucos a identidade estava sendo construída; e, com a construção da Itaipu foi desconstituída, havendo a necessidade de uma nova identidade, norteada pelos princípios socioeconômicos da política que se havia instaurado.

A nível regional, a formação do lago implicou em indenização de terras produtivas de colonos que há mais tempo tinham se radicado na região. Este, por sua vez, viram-se obrigados a migrar para novas terras ou simplesmente abandonar o meio rural, ingressando em novas atividades produtivas nas cidades, com todo o impacto que isto proporcionou, tanto para o migrante como para a organização produtiva que existia até então (PDDI-FI, 1992 apud SOUZA, 1998, p.16).

A partir 1978 as atividades da construção da Hidrelétrica de Itaipu iniciaram-se, sendo contratado para o feito a mão-de-obra de 40 mil barrageiros, que migraram de diversas regiões do território brasileiro, em busca do trabalho remunerado. O foco de concentração desses operários foi o município de Foz do Iguaçu, espaço este que comportava, segundo o censo do IBGE de 1970, apenas 33.970 habitantes, passando, em 1980, a comportar a população de 136.231 habitantes, o que demonstra a urbanização acelerada (PERIS, 2003).

A Itaipu concretizou-se sobre um espaço já habitado pelo homem, causando impactos não apenas ambientais, mas também sociais. A formação do reservatório ocasionou a inundação de terras, com dispersão da população para outras regiões. Essa dispersão foi incitada por um processo de desapropriação para início das obras, que culminou com a indenização aproximada em 40.000 pessoas (RIBEIRO,

2002). Após a indenização, as pessoas que até então habitavam esta região tiveram que se acomodar num outro espaço, dispersando-se pelo território brasileiro em busca de novas terras, mas a nova configuração foi favorecida também pela atração de grande número de pessoas para atender à demanda de mão-de-obra exigida no processo de construção. O que significou, para o município de Foz do Iguaçu, um crescimento populacional urbano desordenado.

A urbanização do município de Foz do Iguaçu, e dispersão dos colonos que residiam na área ocupada pelo Lago de Itaipu, configurou uma nova realidade, devido à migração da área rural para a urbana e de outras regiões. Esse processo de desterritorialização e territorialização¹⁴ promovido pela construção da Hidrelétrica, implicou profundas modificações, não apenas ao município de Foz do Iguaçu, onde a construção se desenvolveu, mas afetou diretamente o desenvolvimento e crescimento econômico dos municípios ribeirinhos, visto o alagamento de porção de terras produtivas e a falta de investimento do poder público na época para um desenvolvimento tecnológico na área rural; o setor agrícola passou gradativamente a dar espaço a novas atividades. Nessa instância, os outros setores ganham maiores atenções do poder público, e os governos, especificamente por meio de alguns programas, passaram a considerar a atividade turística mais propícia para estimular o desenvolvimento social e econômico da região.

1.1.2 Território da Costa Oeste do Paraná

Neste tópico passa-se a refletir sobre o processo de construção do território da Costa Oeste do Paraná (ver Figura 1). Segundo Vidal (1997), território é um

¹⁴ Ver seção 1.1.2, onde é conceituada a questão da desterritorialização e territorialização, na perspectiva econômica, cultural, social e ambiental.

espaço construído por um ator individual ou coletivo em função de certos objetivos, ação esta de cunho sociopolítico que imbrica numa representação terrestre.

A relação de ator individual segue a construção do modelo de território adotado pela União pautado no ideal e interesses dos governantes. Já quando se argumenta sobre a construção do território em âmbito coletivo, este remete a uma participação ativa dos agentes administrativos, bem como da população que constitui o espaço simbólico subjetivo, no qual a terra passa a ter um valor significativo de cunho sociocultural para a população que nela reside.

A partir de uma ação social e política, a Região Costa Oeste, vem a comportar atualmente 15 municípios dos 399 que compõem o Estado do Paraná. Sua característica regional é fruto principalmente da área atingida pela construção da barragem do Lago de Itaipu (ver Figura 1 e 2).

FIGURA 1 - MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS ESTADO DO PARANÁ

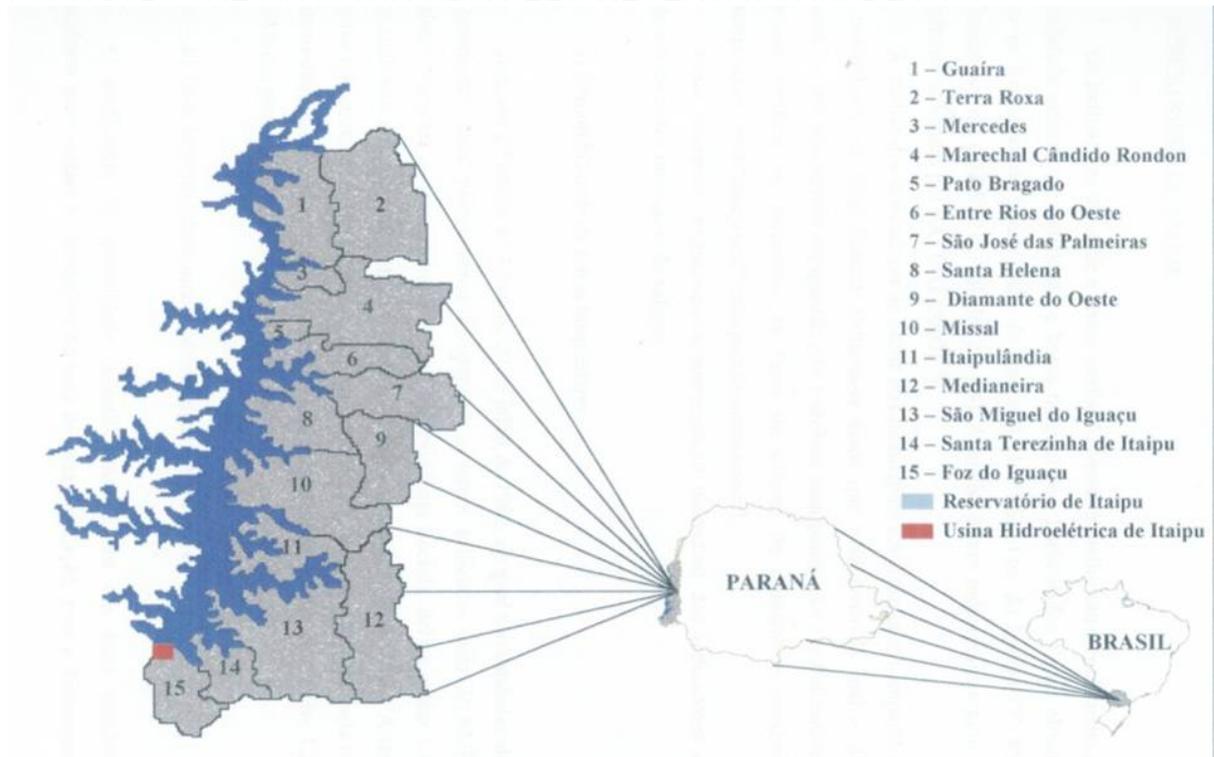


FONTE: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_parana.pdf

Segundo Peris (2003), o espaço, quando modificado, sofre, anterior e

posteriormente a este fato, o processo de reterritorialização, para adequar a paisagem às necessidades sociais de cada época. O território nada mais é que produto social, e, como tal contém suas características próprias.

FIGURA 2 - REGIÃO ATINGIDA PELO RESERVATÓRIO DE ITAIPU



FONTE: Piacenti et al. (2002, p.10).

No entanto, as características da Região da Costa Oeste são alteradas ao longo do tempo. Compreendida como produto social, a região está em constante processo de adaptação, mas sua identidade está respaldada na história da apropriação do espaço. Entende-se que, a partir do momento em que o espaço foi apropriado e modificado pelo homem e sobre ele se convencionou a forma como se dariam as ações posteriores, houve a territorialização da região, diz Raffestin (1993). Assim, a região seria a convenção política que delimita geograficamente o espaço, configurando dentro do Estado os municípios e distritos, enquanto que o território refere-se às constantes transformações que este espaço vai sofrendo ao longo da

sua colonização.

De acordo com Haesbaert (2004), o termo **território** se distingue em três vertentes: política – onde território refere-se às relações espaço/poder, isto é, o espaço é delimitado e controlado por aquele(s) que governa(m); simbólico cultural – é um espaço simbólico e subjetivo, visto como produto de apropriação que possui valor para determinada comunidade que nele habita; econômico – determinado a partir da dimensão espacial das relações econômicas, é visto como fonte de recursos ao grupo social.

Por sua vez, a concepção de território para a Região Costa Oeste é entendida como espaço reconstruído¹⁵ para o turismo. Tendo como gestor dessa ação transformadora a política e a economia de uma época, que, segundo convenção, transfigura porção de terra num produto a ser operacionalizado, ou seja, anseia-se por resultados (SANTOS e SILVEIRA, 2001; CERTEAU, 1994).

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura, [...] pelo dinamismo da economia e da sociedade, [...] os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram funções do novo espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 21).

Para Certeau (1994), o território é o espaço apropriado, enquanto que o espaço remete a um lugar praticado. Assim, segundo Tuan (1983, p. 151), “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”.

O espaço da Região Costa Oeste do Paraná já existia antes do alagamento pela Itaipu. A agricultura era o carro-chefe da subsistência local, em vista da

¹⁵ Como mercadoria, o espaço pode ser consumido conforme as necessidades da União e seus anseios para o futuro. A esse respeito, salienta Carlos (1999), as mercadorias são estratégicas na mão daqueles que fazem política.

fertilidade do solo, por tratar-se de região ribeirinha. Entretanto, em busca do desenvolvimento em curto prazo, a União propôs a modificar a natureza de forma marcante. Assim a região foi sendo novamente configurada pelas convenções políticas e sociais, e com ela a territorialidade. Junto com isso as formas de produzir e consumir foram sendo alteradas.

Conforme afirma Marchi (2004), o Projeto Costa Oeste nasceu de uma pesquisa realizada pela Embratur, a qual observou que a prática dos esportes radicais era desejada por um grande número de pessoas que visitaram a Feira *Adventure Sports Fair*, realizada anualmente no mês de agosto no município de São Paulo. Cita a autora que, a partir destes dados o Governo Estadual, promoveu que os municípios limieiros seriam potenciais na oferta de um evento desta natureza, podendo com este atrair grande número de turistas, em vista da demanda estatística mensurada com a pesquisa.

O Projeto Costa Oeste, produto de transformação de um projeto maior, a construção de Itaipu, foi um instrumento para lideranças locais organizarem-se em escala regional, nacional e internacional, visando tornar o projeto conhecido e avançar com o objetivo proposto pelos administradores políticos.

A concepção geral do projeto foi abordar questões ligadas ao turismo com ênfase na promoção do ecoturismo e turismo de esportes. O **ecoturismo**, segundo Beni (2003), é o deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e organizações não-governamentais, para a EMBRATUR, a definição de **ecoturismo** de 1994, por meio do documento “Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo”, define como: o segmento da atividade turística, que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a

formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. O segmento empresarial brasileiro diretamente ligado ao **ecoturismo**, com base na conceituação oficial da EMBRATUR (1994), cunhou sua própria caracterização para o setor: O ecoturismo é a prática do turismo recreativo, esportivo ou educativo, que se utiliza de forma sustentável, dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas (Instituto de Ecoturismo do Brasil, 1995). Já o **turismo de esportes** refere-se ao deslocamento de turistas aficionados das distintas modalidades de esportes.

Assim, o projeto Costa Oeste foi criado pelo Governo do Estado do Paraná em conjunto com as prefeituras dos municípios lindeiros e apoio do Consórcio GFE (*Associats Consultors*, Barcelona/Espanha), com a finalidade de ser um instrumento no desenvolvimento de atividades turísticas junto ao Lago de Itaipu. No lado brasileiro, buscou-se viabilizar a ocupação do entorno do reservatório de Itaipu com a implantação de núcleos e equipamentos turísticos que, pela sua atratividade, resultassem em dias de permanência de visitantes, ou seja, do turista, (com projeção no desenvolvimento regional), como afirma Smith (1992), às regiões turísticas tem sido criadas por razões que visam, principalmente, os seguintes objetivos: a exploração do potencial turístico regional através da implantação de infra-estruturas básicas e da construção de novos centros de férias ou pólos turísticos; a ampliação do mercado turístico doméstico e internacional; a promoção e o *marketing* turístico dos lugares situados em determina região; o planejamento e o desenvolvimento regional das atividades relacionadas ao turismo.

O Governo Estadual projetou o desenvolvimento para a região¹⁶ com base na atividade turística, e assim, nasceu a primeira edição dos Jogos Mundiais da Natureza (JMN). Segundo Marchi (2004, p. 6):

Com a entrada de uma nova administração governamental, em 1995, o Estado do Paraná, através do Governador Jaime Lerner, fez uma parceria com o consórcio GFE (Associats Consultors, Barcelona) da Espanha, os quais propuseram a elaboração de um plano diretor para promover todo o potencial da “Costa Oeste”. O principal objetivo com a execução dos JMN era de modificar o perfil econômico da região Costa Oeste do Paraná, através do Turismo.

Então a busca de um desenvolvimento regional diferenciado foi o propulsor de toda a iniciativa que culminou no Projeto Costa Oeste. A finalidade dos JMN lançar internacionalmente esta possibilidade através da oferta de atividades esportivas e recreativas com ênfase no turismo, fazendo uso dos recursos naturais de que a região desfrutava como, cataratas e rios.

Entretanto, para que houvesse o evento esportivo só os recursos naturais não seriam suficientes. Era necessária a intervenção do homem sobre a natureza para criar uma estrutura física que pudesse possibilitar o transporte/locomoção e recepcionar com algum conforto os visitantes/participantes. A estrutura construída comportou as seguintes obras: marinas, atracadouros para barcos, revitalização das praias, *camping* e seis bases náuticas.

Os JMN tiveram um caráter de aventura e competição, iniciando-se oficialmente em Foz do Iguaçu no dia 27 de setembro de 1997 e durando sete dias. A característica deste evento foi a prática de modalidades esportivas em contato

¹⁶ Ver outro aspecto da regionalização do turismo, é que pode englobar fronteiras administrativas interligando cidades e localidades adjacentes, configurando um modelo de organização espacial denominado por Pearce (1991) de “lazerópolis”. Nestas “lazerópolis”, as cidades maiores exercem a função de pólos de desenvolvimento turístico na região em que estão localizadas, vindo a contribuir para impulsionar a expansão da atividade em direção às cidades menores, ao mesmo tempo em que promovem a descentralização dos fluxos e da demanda turística (SILVEIRA, 2005 p. 3)

com a natureza, como: balonismo, paraquedismo, canoagem de travessia, rafting, canoagem de slalom, pesca, vela, orientação com arco, escalada, ciclismo, golfe, hipismo, triatlon. Os jogos aconteceram em vários municípios lindeiros, como: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Santa Helena, Itaipulândia, Guaíra, Entre Rios, Pato Bragado. Almejava-se a participação nacional e internacional, visando evidenciar a relação esporte e natureza, projetando esta como o marketing da Costa Oeste do Paraná para o desenvolvimento da região com base no turismo.

De acordo com Marchi (2004), tal estrutura foi projetada e edificada especificamente para os jogos. No entanto, almejando que este espaço fosse usufruído pela população local para lazer e recreação, após o término do evento. Este objetivo não se consolidou, pois as atividades “planejadas” eram atípicas, não faziam parte dos costumes da comunidade local. Segundo a autora:

Após a realização dos JMN e com a implantação do evento no calendário oficial do COI (Comitê Olímpico Internacional), achamos que o projeto teria seqüência, o que não ocorreu. Talvez seja pelo fato de que provavelmente as modalidades esportivas dos JMN não fazem parte dos costumes da população da Costa-Oeste (MARCHI, 2004, p. 84).

Após a realização dos JMN, a estrutura construída foi semi-abandonada, pois algumas bases náuticas foram utilizadas por agricultores e outras foram ocupadas pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR). Quanto a marinas e atracadouros, estes atualmente são de pouco uso, visto não haver uma participação da iniciativa privada e nem do poder público em promover eventos para usufruir dessa estrutura. Já a revitalização realizada nas praias e *camping* é bem aproveitada pela comunidade local.

Considerando o investimento de R\$ 75 milhões na realização dos JMN, incluindo já os gastos com os equipamentos turísticos, atualmente pouco a

comunidade tem usufruído desta estrutura. Isso revela a falha na execução do planejamento, pois não considerou os costumes da população residente na região, vindo a construir uma grande estrutura física, que foi utilizada por atletas por um período de uma semana, e depois ficou praticamente abandonada.

De outro lado, conforme Silveira (2002) constatou-se em noticiários publicados sobre o Costa Oeste, além dos entraves de ordem financeira, o projeto apresentou vários problemas de gestão no seu processo de implementação. Algumas das ações realizadas no projeto foram cercadas de suspeitas de irregularidades na aplicação das verbas, como é o caso dos Jogos Mundiais da Natureza. Após a realização desse evento surgiram denúncias de desvio de dinheiro público, de superfaturamento de gastos, e de outras irregularidades, que puseram sob suspeita as ações do governo estadual e de alguns de seus órgãos vinculados ao setor de turismo no Paraná.

Há ainda outros problemas identificados com relação à implementação e gestão do Projeto Costa Oeste, tal como é o caso das denúncias feitas por entidades ambientalistas sobre o impacto ambiental negativo que determinadas obras previstas no projeto estavam provocando em algumas áreas. Em suma, esses e outros fatos ocorridos no processo de implementação do Projeto Costa Oeste contribuíram para pôr em xeque a continuidade do mesmo. Assim como fizeram ressaltar as falhas do processo de planejamento territorial e da gestão política na qual estava assentada a execução do projeto. A avaliação do processo de implementação do Projeto Costa Oeste, embora revele alguns aspectos positivos no que concerne a tentativa do governo em promover o ordenamento territorial do turismo na região, demonstra, ao mesmo tempo, as deficiências dos procedimentos de gestão do projeto proposto.

Compreendido o planejamento como atividade sistêmica, e observados os relatos de como está sendo modificada a Costa Oeste do Paraná, verifica-se que não houve, nem há plano de ação concretizado sobre como seria a modificação do espaço para a atividade turística e nem um levantamento mais aprofundado dos efeitos que isso iria causar. Para tanto, não foram feitos estudos quantitativos que permitissem o confronto entre pontos positivos e negativos da implantação desta atividade na região. Por outro lado, percebe-se que as transformações realizadas para comportar a atividade turística foram e seguem acontecendo aleatoriamente nesta região, principalmente incentivadas pelos setores públicos, como se apontará no capítulo seguinte.

Neste contexto, de acordo com Dallabrida (2000), a implantação de um plano de desenvolvimento para a região, poderia representar o desencadeamento de um processo de (re)construção e (re)apropriação do território de modo controlado e mais preciso, escapando do prejuízo fruto da prática empirista.

1.1.3 Municípios Lindeiros

Antes da construção de Itaipu, os municípios que margeavam o Rio Paraná eram no total de oito municípios¹⁷, sendo os demais constituídos em função da construção da usina. Ao observar a Tabela 1, levando em consideração a população de cada município, como exemplo, cita-se Santa Helena, que decresceu em aproximadamente 14.397 habitantes, de 1980 a 2000, isto é, 58%. Todavia, deve ser levado em consideração que, dentro da região, ocorreram emancipações de terras, produzindo um efeito migratório, e a constituição de novos municípios. Deste modo,

¹⁷ Foz do Iguaçu, Guaíra, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Santa Helena e São José das Palmeiras (ver Tabela 1).

se observada na Tabela 1 a perspectiva regional, percebe-se que, neste espaço, entre os anos de 1980 a 2000, processou-se um aumento considerado de aproximadamente 61% da população regional.

Atualmente, os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu têm uma população estimada de 462.981 mil habitantes, conforme dados do IBGE-Censo (2000), que se organizam em um espaço de 653 mil km². Sobre este espaço a disparidade socioeconômica é expressiva no que tange ao IDH. O município de Itaipulândia é um exemplo a ser discutido, acumulando em *royalties* US\$ 122 milhões e *per capita* US\$ 1.861,06 em 2000, ocupa o 127º lugar no IDH, enquanto que Entre Rios do Oeste, com acúmulo em *royalties* de US\$ 22,3 milhões, ocupa o quarto lugar.

TABELA 1 - TOTAL DA POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO E DATA DA EMANCIPAÇÃO NA COSTA OESTE DO PARANÁ – 2000

MUNICÍPIO	Ano Emancipação	População 1980	População 2000	Total de <i>Royalties</i> recebidos/ 2000	<i>Royalties</i> per capita em 2000, em US\$1,00	Acumulação em milhões US\$	IDH
Santa Helena	1967	34 884	20 487	18.887.600	921,93	197,4	26º
Foz do Iguaçu	1914	136231	258368	14.453.500	55,94	151,0	41º
Itaipulândia ^(*)	1992	-	6831	12.712.900	1.861,06	122,0	127º
S. Miguel Iguaçu	1961	34247	24314	6.667.300	274,22	80,5	66º
Marechal Cândido Rondon	1960	56210	41014	4.099.900	99,96	48,8	8º
Guairá	1951	29169	28663	3.652.800	127,44	38,1	69º
Pato Bragado	1990	-	4051	3.329.400	821,87	31,9	11º
Santa Terezinha de Itaipu	1982	-	18361	3.000.400	163,41	31,3	68º
Missal	1981	-	10435	2.869.400	274,98	29,9	39º
Entre Rios do Oeste	1990	-	3330	2.327.100	698,83	22,3	4º
Mercedes	1990	-	4605	1.366.600	296,76	13,1	13º
Diamante do Oeste	1987	-	4878	402.400	82,49	4,2	307º
São José das Palmeiras	1980	-	4040	138.900	33,80	1,4	261º
Terra Roxa	1961	25215	16291	113.100	6,94	1,2	110º
Medianeira	1960	4931	37800	83.100	2,20	868,4	67º
TOTAL.....		286003	462981	74.104.400	3586,55	1641,5	

FONTE: Organizado pela autora com dados do IBGE-Censo 2000 e Piacenti et al., 2002.

NOTA: (*) – Emancipado de São Miguel do Iguaçu

Seguindo a análise dos dados mensurados se observa ainda outros municípios que se destacam no Estado quanto ao IDH, Entre Rios do Oeste, e Marechal Cândido Rondon ocupando o 4º e 8º lugar respectivamente na classificação. Quando comparado estes dados com os *royalties* recebidos, observa-se que há municípios acumulando um valor duas vezes maior, entretanto, distanciando-se largamente do desenvolvimento social apontado nos municípios citados.

Os *royalties* são para os municípios lindeiros uma participação especial na economia da região, recursos destinados a fim de ampliar o bem-estar da população local, no entanto, observando números, isto é, comparando população, *royalties* acumulado e IDH constata-se a necessidade de uma melhor aplicação destes recursos, pois quatorze anos de acúmulo é tempo bastante para presenciar-se a ação do poder público para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Os pagamentos de *royalties* por Itaipu Binacional ao governo brasileiro ocorrem desde 1985 e estão regulamentados pelo Tratado de Itaipu, de 26 de abril de 1973 e pelo Decreto Federal nº 01, de 11 de janeiro de 1991. Com base nestes documentos, os municípios da Costa Oeste do Paraná recebem, desde 1991, mensalmente, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o valor convencionado equivalente à área inundada.

Os *royalties* são para estes municípios fator que aumenta a receita da Região Costa Oeste do Paraná e, conforme informado no Decreto Federal nº 1/91, não devem ser aplicados no pagamento de dívidas e nem em pessoal permanente. Devendo ser utilizado numa infra-estrutura que proporcione o desenvolvimento social da população, isto é, consiste no aumento do padrão de vida desses indivíduos.

Mas, parece haver uma ruptura daquilo que se prega como igualdade social e a devida aplicação dos *royalties*, pois , enquanto alguns poucos municípios lideram o *ranking* estadual do IDH (Entre Rios do Oeste e Marechal Cândido Rondon), outros, se não ocupam as últimas colocações estão próximos dela (Diamante do Oeste). Quanto à taxa de analfabetismo, mesmo a grande parcela dos municípios obedecendo ao índice nacional (13,6%)¹⁸, ainda é possível averiguar um número que ultrapassa este esperado dentro de uma região com estrutura física e financeira. Estes dados podem ser mais bem apreciados na Tabela 2.

No que tange ao saneamento básico, numa perspectiva geral, há água encanada e coleta de lixo para mais de 90% dos moradores da área urbana desta região. Porém, o sistema de esgoto ainda é um serviço restrito a uma minoria da população urbana, correspondendo a aproximadamente 26% desta. Esses índices, cabe frisar, representam apenas a população urbana, pois não há números para análise do saneamento pertinente aos moradores da área rural.

Nesta perspectiva, é possível concluir que o saneamento básico ainda é precário. Considerando que, aproximadamente, 35% da população da Região Costa Oeste do Paraná ainda residem na área rural, numa análise geral, esses não gozam de tal recurso devendo-se a somar também uma pequena parcela da população urbana (Ver Tabela 2).

¹⁸ Segundo o IBGE-2000, na última década do século XX - 1991/2000, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 20,1% para 13,6 % .

TABELA 2 - DADOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO COSTA OESTE DO ESTADO DO PARANÁ – 2005

Município	Emancipação	Área (km ²)	População (mil)	População Urbana	População Rural	Saneamento Básico na Área Urbana			Analfabetos com mais de 15 anos	PIB (R\$ - milhões)	Setor		
						Água	Esgoto	Lixo			Agrícola	Serviço	Indústria
Santa Helena	1967	758,23	20,487	48%	52%	99,7%	59,9%	98%	8,75%	67,820	54,8%	35,5%	9,7%
Foz do Iguaçu	1914	617,70	258,368	99%	1%	95,5%	54,6%	97,6%	7,48%	927,650	0,7%	57,2%	42,1%
Itaipulândia	1993	336,17	6,831	55%	45%	99,4%	0,7%	96,8%	9,63%	17,500	54,8%	25,2%	20%
São Miguel do Iguaçu	1961	851,30	24,314	58%	42%	97,6%	54,7%	97,9%	10,48%	91,820	55%	19,7%	25,3%
Marechal Cândido Rondon	1960	748	41,014	76%	24%	99,5%	28,9%	97,7%	4,35%	184,810	33%	40,9%	26,2%
Guaíra	1951	560,51	28,663	87%	13%	96,3%	54,5%	90,8%	12,57%	84,740	30,3%	46%	23,7%
Pato Bragado	1993	135,29	4,051	58%	42%	98,6%	32,6%	99,3%	5,26%	16,200	62,9%	23,5%	13,6%
Santa Terezinha do Itaipu	1982	259,39	18,361	89%	11%	97%	5,2%	99,1%	9,69%	99,470	38,9%	44,4%	16,7%
Missal	1981	319,51	10,435	48%	52%	98,3%	0,6%	98,8%	7,77%	36,950	60,8%	28,1%	11,1%
Entre Rios do Oeste	1993	122,07	3,330	60%	40%	100%	22,5%	96,7%	3,67%	17,520	61,2%	20,1%	18,7%
Mercedes	1993	200,86	4,605	32%	68%	100%	5,7%	99,6%	6,58%	17,340	70,5%	20,7%	8,8%
Diamante do Oeste	1989	309,11	4,878	51%	49%	50,7%	11,4%	37,9%	20,59%	9,360	50,7%	37,9%	11,9%
São José das Palmeiras	1989	182,42	4,040	55%	45%	99,2%	30%	97%	22,46%	11,200	46,6%	37,1%	16,3%
Terra Roxa	1961	800,79	16,291	68%	32%	98,9%	2,2%	96,5%	14,37%	53,510	66%	25,3%	8,7%
Medianeira	1960	328,73	37,800	88%	12%	96,6%	31,1%	97,8%	7,17%	161,780	24,2%	38,6%	37,2%

FONTE: IBGE-CENSO (2000)

A tendência da concentração urbana acelerou-se a partir da década de 1980. Tem esta região um centro urbano de média dimensão, que é a cidade de Foz do Iguaçu (pólo comercial e prestador de serviços) e outros três de pequena dimensão, como Medianeira, Guaíra e Marechal Cândido Rondon¹⁹. Nestes municípios os setores de serviços e o industrial predominam economicamente sobre o setor agrícola. Para tanto, as atividades econômicas da Região Costa Oeste têm prevalência das características agrícolas, pois o setor ainda é o propulsor da economia local.

A soja, cultivo que rapidamente se dissemina na região, foi o principal veículo do progresso técnico incorporado à produção, e, portanto, do processo de reordenamento fundiário. Por outro lado, é no entorno da soja que se estruturam cooperativas e agroindústrias com produção de óleo e farelo. A constituição de um “complexo soja” regional, com a produção de insumo para a indústria de rações e ao lado da produção de milho, criaram as bases para a produção e industrialização de carne de pequenos animais, atividades estruturalmente ligadas aos pequenos agricultores e que têm se constituído em importante suporte à sobrevivência da agricultura familiar (IPARDES, 2003, p. 69).

Entretanto, nos demais municípios, a agricultura é a primaz geradora de renda, mesmo estando a população concentrada na área urbana, como pode ser observado na apresentação dos dados que compõem a Tabela 2, exposta anteriormente.

As indústrias e o setor de serviços giram, principalmente, sobre a dinâmica da agricultura. Mesmo Foz do Iguaçu tem influências comerciais de cunho econômico ligadas à agricultura, visto que, no seu comércio, está sendo depositada parte da renda dos agricultores de outras localidades da região da Costa Oeste do

¹⁹ Segundo dados do IparDES (2003, p. 88), entre os dez municípios da Mesorregião Oeste com maiores participações no Valor Adicionado Fiscal (VAF) de atividades selecionadas do setor comercial do Paraná em 2000, Foz do Iguaçu ocupa o 2º lugar, Marechal C. Rondon o 4º lugar, Medianeira o 6º lugar, São Miguel do Iguaçu o 7º lugar e Guaíra a 9ª colocação. Quanto ao setor de serviços, Foz do Iguaçu (3º), Medianeira (4º), Marechal C. Rondon (6º) e Guaíra (10º).

Paraná. É sobre esse contexto, de *royalties* e desenvolvimento, que permeia o futuro da Região Costa Oeste do Paraná. Compreendendo que há um recurso econômico destinado a tal processo, faz-se necessário estudar qual o planejamento e as estratégias de desenvolvimento que estão sendo projetados para a região, cabendo ressaltar que esse recurso financeiro está previsto para acabar em 2023. Para tanto, os governos municipais necessitam investir em setores e programas que gerem retorno socioeconômico.

2 CAPÍTULO PLANEJAMENTO TURÍSTICO REGIONAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar a importância do turismo, seus aspectos econômicos e sociais, o Planejamento e estratégias de desenvolvimento na região da Costa Oeste do Paraná, bem como as políticas públicas para inserção do turismo na Região Costa Oeste, em nível federal, estadual e regional, realizando assim uma reflexão crítica dos planos e programas de desenvolvimento turístico integrado da Região Costa Oeste do Paraná, associado aos seus respectivos atrativos e equipamentos turísticos.

2.1 PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO COSTA OESTE

O **planejamento** é um conjunto de fenômenos em prol do desenvolvimento, seja ele em âmbito internacional, nacional, regional ou local. Portanto, como já abordado anteriormente, o conceito de **planejamento regional** que norteia a reflexão nesta dissertação entende-o como uma atividade sistêmica. Segundo Dallabrida (2000), planejar o desenvolvimento requer uma equipe multidisciplinar: geógrafos, engenheiros agrônomos, engenheiros civis, engenheiros químicos, economistas, administradores, pedagogos e especialistas da área de *marketing* e comunicação. Este tem como missão realizar um estudo aprofundado da realidade sociopolítica e econômica do espaço e apresentar uma projeção técnico-administrativa quanto às implicações socioeconômicas de uma região em favor do desenvolvimento deste espaço.

Esta dinâmica exige cautela das partes envolvidas (equipe multidisciplinar, política pública e núcleo receptor), que devem observar as necessidades e

aspirações da coletividade regional no processo de desenvolvimento local/regional, sem comprometer a capacidade regional futura. Devem ter ainda uma ativa consciência de territorialidade, ou seja, de apropriação e transformação do espaço (ONU, apud DALLABRIDA, 2000).

Para Dallabrida (2000), o desenvolvimento regional é resultado de ação interligada e articulada entre o econômico, o social e o ambiental mediado por intervenção política.

Não há nenhuma receita que garanta o êxito em matéria de desenvolvimento. No entanto há pelo menos duas afirmações certas: se o desenvolvimento se encontra em nosso futuro, não será com as idéias do passado que o alcançaremos; se o desenvolvimento é um produto da própria comunidade, não serão outros, senão seus próprios membros que o construam. (BOISIER, apud DALLABRIDA, 2000, p. 43).

Assim, compreende-se que o estado de desenvolvimento de determinado local emerge da criatividade e da capacidade de articulação dos agentes sociais, econômicos e políticos do desenvolvimento local/regional em torno de projetos socioambientais regionalizados, próprios e específicos.

O planejamento, de acordo com Dallabrida (2000), concerne na atividade sistematizada e contígua, entre duas vertentes: o escrito analiticamente projetado e a ação que vai sendo tomada para pôr em prática o(s) projeto(s). Esta ação, lembrando se tratar de estratégia para desenvolvimento socioeconômico, requer estudo aprofundado para se conhecer a realidade sociopolítica e econômica da porção geográfica – gerida, conforme aponta Hilhorst (1973), por um governo –, a fim de organizar o espaço em uma estrutura que possibilite estimular o fluxo de transporte e comunicação entre cada ponto da atividade humana até se tornarem politicamente significativas num espaço de tempo.

A estrutura ideal, na concepção de Hilhorst (1973) e Dallabrida (2000), refere

a divisão do espaço geográfico em regiões, isto é, em partes menores do que o país, pois esta ação idealizada possibilita organizar como se dará, de forma concreta e específica, o desenvolvimento das localidades próximas entre si e que executam o maior número de funções homogêneas.

Nesta perspectiva, salienta-se que a expansão capitalista sem visão social, apenas com ênfase no crescimento econômico, gera um grande impacto no desenvolvimento da região, fazendo com que esta tenha que se reorganizar e buscar novas formas de se desenvolver.

Todavia, recorda Hilhorst (1973), o crescimento regional é dependente da capacidade de a região diversificar sua estrutura econômica e de somar o resultado de um conjunto de decisões provenientes de dentro e de fora da região, e que conduzem ao comércio inter-regional.

É fato que existem projetos e leis que incentivam o desenvolvimento regional e ambiental com base no turismo (como exemplo o Prodetur-Sul e o PRT), buscando sempre novas abordagens do desenvolvimento em suas múltiplas faces: a questão da pobreza, a conservação ambiental, a problemática de patrimônio. Existe atualmente uma tendência, de entender o turismo segundo uma nova visão estratégica de desenvolvimento que vem se trabalhando na direção de se buscar todas as potencialidades locais, através de estudos dos fatores internos à região, capazes de transformar um impulso interno de crescimento econômico para toda a sociedade.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento (incrementos positivos no produto e na renda) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Segundo Lima e Oliveira (2003, p. 3) pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento. Se existe o distanciamento entre a vontade popular e vontade política dos governantes fica explicitado em áreas de ocupação irregulares, principalmente em áreas de proteção ambiental. Nestes cenários, o interesse tradicional dos governos coincide com os interesses das elites: expulsar os intrusos por meio da urbanização. A crença é de que os moradores do local, sem ser ouvidos, estão “naturalmente” dispostos a aceitar a urbanização da área porque “querem progredir”. Acredita-se também que a urbanização proporcionará desenvolvimento e felicidade para os moradores do local.

No caso brasileiro, Cohn (1978) explica que as regiões sofrem as conseqüências daquilo que foi determinado pela evolução histórica do país no que tange ao desenvolvimento econômico, ou seja, o sistema capitalista. Assim, o processo de desenvolvimento segue a linha de um processo desigual e combinado atenuado, por se tratar o Brasil de uma economia periférica do sistema capitalista global.

Enquanto a industrialização ocorria desde o final do século XVIII na Europa, no Brasil ela só se manifesta marcadamente na década de 1930, quando a política nacional se permite criar estrutura possível ao processo industrial. Esta decisão monopolista implicou uma radical transformação na qual o capital se concentrou no espaço mais propício ao “desenvolvimentismo” devido à oferta de recursos naturais. Isto imbricou na descapitalização e evasão de mão-de-obra da Região Norte para a Região Centro-Sul do país, fruto da passagem da hegemonia agrário-exportadora para a gradativa predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Conforme cita Cohn (1978, p.18):

[...] o processo de industrialização brasileiro não se deu paulatinamente e inserido dentro de um processo de transformação econômica geral. Antes, foi um fenômeno rápido e intenso que se superpôs à estrutura econômico-social preexistente, sem modificá-la inteiramente, dando origem às profundas diferenças setoriais e regionais que caracterizam a sociedade brasileira.

Cabe rever o modelo Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), região que sofreu o impacto negativo proveniente da expansão econômica do Centro-Sul foi o Nordeste. Para tanto, foi concebida, em 1959, no governo Kubitschek, a Sudene, com a meta de criar condições de sustentabilidade²⁰ econômica na região, especialmente no sertão semi-árido.

A ação da Sudene foi uma experiência pioneira no Brasil no que tange ao planejamento e estratégia de desenvolvimento regional. Porém, não cabe aqui uma análise ampla e pormenorizada da ação deste plano, mas levantar algumas falhas do planejamento. Segundo Rattner (1974), a política de industrialização desenvolvida pela Sudene no Nordeste não teria cuidado devidamente da distribuição dos estabelecimentos pelo espaço nordestino. Ocorreu então um processo de concentração industrial, praticamente, de três centros urbanos – Salvador, Recife e Fortaleza –, em detrimento das demais localidades que integram a região.

Compreende-se, que faltou uma visão analítica que contribuísse para orientar o investimento que deveria ser empregado na transformação do Nordeste, pois as técnicas e metodologia do projeto estavam voltadas apenas aos pólos de

²⁰ Sustentabilidade econômica: diz respeito à busca do crescimento/desenvolvimento econômico através da alocação e da gestão eficiente dos recursos, e da realização de constantes investimentos públicos e privados, de maneira a garantir não apenas a rentabilidade empresarial de caráter microeconômico, mas a eficácia econômica em termos macrossociais no presente e no futuro (SILVEIRA, 2002 p.135).

desenvolvimento.

No que se refere à falha na concretização do plano, vem à tona a corrupção dos governos, desviando o dinheiro que deveria ser empregado numa estrutura com fins no melhoramento do saneamento básico e educação da população nordestina. Deste modo, a Sudene falhou porque não ajudou a quebrar o ciclo de intermitência da economia e da sociedade nordestina, que, em boa parte, ainda vive na dependência da sazonalidade da natureza, o que não lhes dá perenidade, estimulando a migração, e cultiva a miséria sob variadas formas.

Esse fator é teorizado por Hilhorst (1973). Afirma ele que, quando uma região é priorizada pela política governamental, ocorre uma determinada perda de recursos disponíveis em outras regiões que não recebem a mesma atenção. Processa-se o desequilíbrio regional fazendo com que a população das regiões menos favorecidas pelo processo de desenvolvimento reajam migrando para os pólos de concentração econômica a fim de subsistência.

A região nordestina é a ótica presente da inoperância da administração do planejamento.

Apesar de resultados pouco expressivos, visíveis no cenário nacional considera-se o planejamento ter um papel de controle do desenvolvimento de uma região e, conseqüentemente, do país. Entretanto, para o Brasil fez parte até então um ideário desenvolvimentista ramificado na industrialização. No entanto, não menosprezando a importância da industrialização do país, em todos os países desenvolvidos ou mesmo a região mais desenvolvida do país, o setor terciário aumenta a participação na composição da renda, pois se considera que esta é condição de mudanças implicando na estrutura básica para o incremento de outros

setores econômicos²¹, como exemplo a atividade turística, visando impulsionar todo um conjunto de pequenos negócios em escala local, que venham ser complementarem na geração de emprego e rendas.

Mas esta atividade não deve ser tomada, como o foi a industrialização: paradigma do desenvolvimento econômico. Em concordância com Barretto (1991), defende-se a tese de que o turismo é uma atividade que deve ser fomentada entre as políticas públicas, privadas e o social, isto é, em conjunto, a União, as empresas e a comunidade, não mais obedecendo à ordem monopolista. Além disso, é preciso cautela na escolha das alternativas de intervenção, por isso se propõe à região o planejamento integrado com vistas ao desenvolvimento regional, porém ecoando de forma mais ampla e aguda os interesses e potencialidades das comunidades locais.

Essa integração consiste num planejamento regional, mas como componente indispensável da política de planejamento local, capaz de emprestar a este último o seu verdadeiro sentido no contexto do planejamento, conforme se vem apresentando a concepção de planejamento. Compreende-se que isto faria com que os esforços desenvolvidos pelos governos dos municípios e do Estado se somassem, no alcance de propósitos comuns. Por sua vez, seria necessário que o governo estadual se dispusesse a empreender uma verdadeira política de planejamento municipal, organizando um sistema de promoção e apoio à elaboração e à implantação de planos diretores municipais, de caráter multissetorial e dirigidos para o desenvolvimento local. Torna-se, portanto, necessária a aplicação do

²¹ Concentração de serviços: agências financeiras, empresas de informação e marketing, etc.

planejamento regional com uma visão voltada para o planejamento local²², buscando orientar a ação direta do governo estadual sobre as regiões que compõem o Estado, bem como individualmente sobre os municípios integrantes dessas regiões, mediante um sistema de mútua compatibilização de objetivos.

Outro ponto que merece reflexão no que tange ao planejamento para o desenvolvimento, é que, entre o ideal (projeto) e o factível (ação concretizada), deve se ter em consideração o investimento e a criação de estrutura sobre os dois tipos contíguos de organização espacial: o rural e o urbano. De acordo com Hilhorst (1973), estes dois tipos de espaços distinguem-se territorialmente quanto à forma de ocupação e uso do solo; sistema de circulação; e necessidades internas.

Assim, o desenvolvimento deve pautar-se também a dar subsídios para a permanência e qualidade de vida dos setores rurais. Com esta ótica, compreende-se que o planejamento turístico regional integrado pode atingir sucesso não apenas na estrutura daquilo que foi escrito, mas na prática, na intervenção política que refletirá em benefício socioeconômico.

O Planejamento Turístico da Região Costa Oeste do Paraná, já se encontra em curso. Para tanto, é preciso estudar os planos que envolvem o planejamento e discutir de que forma este instrumento está contribuindo na construção de um

²² Nas duas últimas décadas, o turismo tem recebido mais atenção por parte dos governos na elaboração das chamadas políticas de desenvolvimento, notadamente, das políticas públicas que servem de orientação às ações de planejamento e ordenamento do território. De fato, não obstante o valor econômico do turismo ser reconhecido desde há muitas décadas é, principalmente a partir dos anos 1980, que este setor passou a ser melhor considerado na determinação das políticas de planejamento e de desenvolvimento econômico em diversos países e regiões. Deste período em diante o turismo, que quase sempre era visto como uma atividade menor converteu-se numa opção estratégica para governos nacionais, regionais e locais, sobretudo em muitos países em desenvolvimento, como é caso do Brasil, que buscam promover o desenvolvimento econômico nas escalas regional e local (MELLO e SILVA, 1996; RODRIGUES, 1996, 1997a; SILVEIRA, 1997, 2002; BENEVIDES, 1997; CRUZ, 2000, e outros).

território turístico²³.

2.2 TURISMO: O TERCEIRO SETOR DA ECONOMIA EM ESTUDO

A atividade turística está ligada ao terceiro setor da economia, abrange diversos aspectos econômicos, sociais e ambientais e caracteriza-se por um sistema aberto, que realiza trocas com o meio que o circunda. Pode ser assim caracterizado como:

[...] conjunto de recursos naturais ou culturais, que exercem poder de atração, ou seja, possuem força humanizadora capaz de atrair o turista do núcleo emissor para o núcleo receptor, e que a energia cinética é representada pelo tráfego turístico, com fluxo de turistas e o acionamento de equipamentos e serviços responsáveis pela expansão das áreas receptoras de turismo (BENI, 2003, p. 31).

O mercado internacional do turismo evoluiu de 25 milhões de visitantes em 1950, para 500 milhões, em 1990. França, EUA e Espanha – líderes no turismo mundial – em 1992, recebiam 40% desse mercado (PETROCCHI, 2002).

Uma das ações do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)²⁴, voltadas para a expansão do turismo receptivo, se constituiu em objetivo estratégico do Governo Federal de 1996. Visto como atividade econômica, o turismo compreende uma série de serviços que são oferecidos ao viajante, que se desloca de sua cidade de origem e permanece em outra destinação por motivos profissionais, férias, negócios, atividades esportivas, de saúde, assuntos de família,

²³ Atualmente, a consideração do turismo no processo de ordenamento do território, enquanto uma atividade produtiva emergente, assim como um instrumento que pode contribuir para alavancar o desenvolvimento econômico em bases mais sustentáveis nos planos social e ambiental, (SILVEIRA, 2005, p. 153).

²⁴ “[...] quanto a promoção do desenvolvimento local de forma sustentável, explicitada nos objetivos do PNMT, a questão é mais complexa, tendo em conta que tal empreitada pressupõe satisfazer todas as dimensões da sustentabilidade, as dimensões: ecológica, econômica, ambiental, espacial, política e institucional” (SILVEIRA, 2005, p.123).

culturais, ou por qualquer outra razão, conceitua Beni (2003). Segundo o mesmo autor, o turismo causa efeitos econômicos, de expressiva importância para o processo de desenvolvimento da economia, mas não se pode ignorar que esta atividade também é geradora de impactos socioambientais marcantes para qualquer região.

Para Arrilaga (1955 apud CORIOLANO, 1999, p.13), a atividade turística:

[...] é todo desplazamiento temporal por causas ajena al lucro, el conjunto de bienes, servicios y organización que em cada nación determinan y hacen posible esos desplazamientos y las relaciones y hechos que entre estos y los viajeros tienen lugar.²⁵

A Organização Mundial do Turismo (OMT) conceitua turismo como “[...] o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas”.

Quando o fenômeno turístico é conduzido em função dos benefícios econômicos, entra uma dinâmica especuladora que sacrifica a paisagem e a ecologia, e pode chegar a arruinar a identidade das pessoas que pertencem à comunidade autóctone (BENI, 2003). É a partir dessa premissa teórica que se pretende discutir os planos em âmbito nacional, estadual e regional no que abrange à inserção da atividade turística na Costa Oeste.

Cabe recordar que o conceito de turista utilizado por Andrade (2002) remete àquele indivíduo que, livre e espontaneamente, viaja, por um período limitado, para fora do local de sua residência habitual, buscando exercer ações que, por sua natureza e pelo conjunto das relações delas decorrentes, se classifiquem em algum dos tipos, das modalidades e das formas de turismo. Como exemplo são apontadas

²⁵ É todo deslocamento temporário por motivo alheio, ao tirar proveito do conjunto de bens, serviços e organização que tem e faz possível estes deslocamentos e as relações e efeito que entre estes e os viajantes têm com o lugar (traduzido pela autora).

as atividades de lazer e entretenimento.

2.3 PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ

Segundo Mensagem ao Congresso Nacional²⁶, o turismo é prioridade no governo para a geração de emprego e renda, dentro de uma realidade internacional em que cada vez mais o setor de serviços vem absorvendo mão-de-obra²⁷, em número de partes de trabalho. De fato, o fator humano é insubstituível na maioria das atividades ligadas ao turismo (BRASÍLIA, 1999).

Esta atividade foi impulsionada no Brasil pelo Governo Collor, quando, em 1991, o então presidente implantou reformas de caráter macroeconômico, permitindo mais uma vez que o país se tornasse atração para o investimento estrangeiro. Isto se dá com a promulgação do Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, que regulamentou a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991 (LUCHIARI e MIRANDA, 2004).

Segundo o decreto supra citado, artigo 1º:

A Política Nacional do Turismo tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional, e será formulada, coordenada e executada, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, pela EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo²⁸.

²⁶ Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

²⁷ Segundo escrito no Ipardes (2003, p. 81), “Dentre os setores, o setor Serviços é o que apresenta maior concentração espacial em municípios da mesorregião [Oeste do Paraná]. Os segmentos Alojamento e Alimentação, e o de Transportes e Agências de Viagens, mais fortemente influenciados pelo turismo, agregam também as atividades privilegiadas pela informalidade da economia.”

²⁸ Lei nº 8.181/91 art. 2º: “A Embratur tem por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo”. Observando que tramita sobre esta Lei e artigo a Medida Provisória nº 2.216-37 de 2001, na qual está redigido “Art. 2º A EMBRATUR, autarquia vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo, tem por finalidade apoiar a formulação e coordenar a implementação da política nacional do turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.”

A Embratur foi criada pelo Decreto Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, dois anos após o golpe militar de 1964. Desde a sua criação até o presente momento é um dos órgãos que gerencia o turismo no país. Durante esse tempo, o que mudou foram apenas os termos das leis promulgadas sobre a sua atividade administrativa.

Assim, em 1994, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, retomou-se a temática e repensaram-se as leis, onde o enfoque era o turismo como um setor estratégico e capaz de gerar renda e novos empregos. Assim, a retórica adentra no governo atual, rotulada de Plano Nacional do Turismo (PNT).

O PNT, com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), lançado em janeiro de 2003 e gerido pelo novo Ministério do Turismo (Mtur), mais uma vez priorizou o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país. Com base nas diretrizes políticas e operacionais do PRT, falava-se em impulsionar a construção coletiva do desenvolvimento sustentável da atividade turística no país. Nesta perspectiva, a comunidade local era um dos alvos a serem trabalhados a fim de implementar o Programa (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b).

De acordo com o próprio documento, “As decisões e ações que beneficiem a comunidade devem ser priorizadas, sendo relegadas à segundo plano aquelas que favoreçam exclusivamente um ou outro segmento” (BRASIL, 2004a, p. 9).

Com base nesta afirmativa, o desenvolvimento integral da região pela atividade turística tem como premissa a promoção do bem-estar da comunidade local e a rede como um todo, ou seja, a região-pólo onde o turismo é compreendido como precursor do desenvolvimento regional (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b).

Nos documentos do PRT se fala muito em participação, sustentabilidade,

integração, descentralização e flexibilidade. A participação abrange ativamente todos os segmentos sociais, empresariais e governamentais na construção conjunta dos objetivos propostos para as mudanças almejadas. Pois, segundo o documento, cada parcela da sociedade tem sua quota de responsabilidade, não cabendo unicamente ao governo o ônus e a obrigação da realização das ações pretendidas. No escrito a cumplicidade entre os envolvidos é vista como um processo em longo prazo, conquistada com a execução daquilo que se encontra planejado (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b).

A sustentabilidade²⁹ do turismo é entendido pela OMT como: aquele que satisfaz as necessidades presentes dos turistas, ao mesmo tempo em que, preserva as regiões de destino e incrementa novas oportunidades para o futuro. Ele deve ser concebido de modo a conduzir à gestão de todos os recursos existentes, tanto do ponto de vista da satisfação das necessidades econômicas, sociais e estéticas, quanto da manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas de suporte à vida (OMT, 1998b).

A sustentabilidade do turismo envolvendo os elementos: sociedade, ambiente e economia, e tem como fundamento o equilíbrio da interação entre estes elementos. Nas palavras de Garrod e Fyall (1998, p. 201):

²⁹ Para Rodrigues (2001), a sustentabilidade ambiental com base na atividade turística é mito gerado pela falta de conhecimento científico sobre a temática. Este mito foi incutido pela publicação do relatório da Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento da ONU, o Relatório Brundtland, em 1987. Neste documento se propunha o crescimento econômico, apresentando algumas propostas para se minimizar a depredação dos elementos naturais. Em síntese, a tese defendida pela autora consiste em que não há como qualificar o desenvolvimento sustentável tendo por norte o progresso materialista. É nesse campo que reside a maior contradição na conjunção dos termos, desenvolvimento sustentável.

O turismo sustentável é um enfoque que se propõe a reduzir as tensões e atritos, surgidos a partir das complexas interações existentes entre a indústria do turismo, os visitantes, o meio ambiente e as comunidades locais. Um enfoque que visa manter a longo prazo a viabilidade e a qualidade, tanto dos recursos naturais, quanto culturais.

O turismo sustentável implica buscar uma relação mais produtiva e harmoniosa entre o visitante, a comunidade local e o lugar e, por conseguinte, conduzir a uma situação sustentável, onde não ocorra o desgaste dos recursos naturais e culturais, a tapeação do visitante e a exploração da população local.

Em síntese, para ser sustentável o desenvolvimento do turismo deve ir ao encontro das necessidades da população local, garantir a proteção do meio ambiente, satisfazer a demanda turística atual e, havendo o incremento do número de turistas, manter a atratividade do lugar, assim como sua qualidade ambiental.

Seu caráter é de cunho motivador e mobilizador na formulação de novas estratégias e projetos no âmbito de alavancar o turismo na região, além de primar pelo respeito às diretrizes básicas de cada segmento. Para que este fator se torne possível, o documento do PRT compreende ser imprescindível ação na área da educação para o turismo, destinada a conscientizar as comunidades e os turistas da importância da manutenção das condições necessárias para o desenvolvimento da atividade. No que tange à integração, esta diz respeito à organização dos diferentes interesses das pessoas e segmentos envolvidos (agentes públicos, privados e sociedade). Já a descentralização é a respeito do processo decisório, segundo as diretrizes operacionais: Município, Estado e Federação possuem autonomia para administrarem o planejamento e execução das ações de desenvolvimento da atividade turística na sua área de abrangência (BRASIL, 2004a).

Esta autonomia realmente foi dada aos municípios lindeiros. No caso da região da Costa Oeste, os municípios têm autonomia para articular empréstimos para investirem em infra-estrutura em prol do turismo. Segundo dados do Jornal Hoje publicado no dia 23 de junho de 2005, o Programa de Desenvolvimento do

Turismo (Prodetur) oportunizou o empréstimo de 93 milhões de reais aos lindeiros, através do Banco do Brasil, que captou os recursos via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para investimento no setor turístico para a região lindeira.

A somar o dinheiro dos *royalties*, isto é muito dinheiro que está circulando! Segundo a análise do Boletim Petróleo, *Royalties & Região* (BPR&R, 2005), a questão é saber se o fundo público formado por esta renda “é realmente revertido em benefício do *público*”, indagação esta que se pretende responder no capítulo seguinte com uma análise do município de Itaipulândia, quanto à inserção da atividade turística.

No que diz respeito ao planejamento integrado em instância local, pouco se tem conhecimento. Constatou-se nesta pesquisa que os municípios estão entusiasmados com a implantação da atividade, somando assim uma dívida estrondosa de que não se sabe nem o valor, nem a probabilidade de pagamento; mas dizem os governantes estarem direcionando estes recursos às obras de infraestrutura para o turismo e no que tange à questão social.

Como já analisado no capítulo anterior, desenvolvimento social pouco se vê, mas obras estão crescendo, a exemplo do Parque Aquático em Itaipulândia, da construção da Santa de Nossa Senhora Aparecida também em Itaipulândia, do Cristo no município de Santa Helena, do Memorial Coluna Prestes projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em Santa Helena, entre outras que estão para se concretizar. Com isso, os governantes têm a perspectiva empírica de que, após a construção, haverá demanda turística que responda positivamente na economia regional/local, visando cobrir o montante gasto. A Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas (Fepese), instituição de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, a pedido do Sebrae e financiado pelo Conselho de Desenvolvimento

dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, apresentou uma projeção do fluxo de turistas na região, conforme relatório SEBRAE/FEPESE baixa estação/2004, para coleta de informações foi utilizado o método amostral, através de questionário estruturado em pontos estratégicos de saída de veículos de Guairá, Marechal Cândido Rondon e Medianeira, além dos terminais rodoviários destes municípios.

Porém, ao analisar os entrevistados que compuseram a amostra da pesquisa da Fepese, parte destes estariam no município utilizando-se da infraestrutura do turismo, mas não como participantes da atividade nos municípios pesquisados (Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Guairá).

Com base nessa análise, percebe-se, no momento, é lento o planejamento no processo de inserção da atividade turística na região. Tudo o que salienta o governo nacional em estruturado discurso, na prática e numa reflexão crítica, o anunciado se desfaz perante a realidade. Mas a confirmação fundamentada dessa hipótese é pretendida com a análise dos dados colhidos no município de Itaipulândia, questão abordada no capítulo seguinte.

Assim, observa-se que o PRT (Programa de Regionalização do Turismo) trata da questão burocrática do planejamento. Já o Prodetur³⁰ abrange a questão do financiamento para que o PRT e seus derivados se concretizem.

A implantação da atividade turística na região da Costa Oeste, como já citado, encontra-se em andamento desde 1997 ainda no Governo Jaime Lerner. Como realidade próxima de se efetivar, é preciso explicitar e dividir reflexões sobre o assunto, visando construir pressupostos, aprofundando-os no que tange à

³⁰ O Programa de Desenvolvimento do turismo no sul do Brasil (Prodetur-Sul) tem como propósito o desenvolvimento sustentável da atividade turística, gerando e economizando reservas internacionais, melhorando a qualidade dos serviços prestados ao turista e criando novos empregos. O programa promove o planejamento integrado da atividade turística, a melhoria da infra-estrutura e o desenvolvimento institucional dos municípios, com vistas à melhor qualidade de vida da população e à proteção dos recursos ambientais.

problemática da inserção desta atividade, principalmente nesta localidade, a fim de amenizar os impactos socioeconômicos e ambientais que a Costa Oeste pode vir a sofrer com a inserção do turismo.

O próprio PRT (BRASIL, 2004a) expõe descritivamente os impactos ambientais, socioculturais e econômicos. Estes podem ser averiguados nos Quadros 1, 2 e 3 que se seguem, salientando que os pontos abordados também se relacionam à Costa Oeste, visto que esta análise é direcionada a todas as regiões foco do turismo.

QUADRO 1 - IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA PERTENCENTE À CATEGORIA AMBIENTAL

	POSITIVOS	NEGATIVOS
IMPACTOS AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização das áreas naturais do destino turístico ▪ Ampliação e preservação de áreas protegidas ▪ Criação de planos e programas de preservação e recuperação de áreas naturais ▪ Maior investimento nas ações voltadas para a preservação ambiental ▪ Melhoria dos padrões de uso e ocupação do solo ▪ Aumento da conscientização ambiental ▪ Redução da poluição ambiental ▪ Melhoria da coleta e destinação do lixo e dos resíduos sólidos ▪ Utilização de tecnologias limpas na adequação e estruturação da oferta turística diferencial ▪ Redução de consumo de energia ▪ Tratamento e destinação do esgoto ▪ Redução e tratamento da água 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquitetura não integrada à paisagem ▪ Problemas com tratamento de resíduos sólidos ▪ Poluição sonora, do ar e da água ▪ Erosão de vertentes e perda de solo ▪ Desequilíbrio hidrológico ▪ Uso intensivo da terra ▪ Ocupação de áreas agrícolas ▪ Urbanização descontrolada ▪ Redução das áreas verdes ▪ Assoreamento de corpos d'água

FONTE: BRASIL PRT (2004a, p. 56-57)

QUADRO 2 - IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA PERTENCENTES À CATEGORIA SOCIOCULTURAL

	POSITIVOS	NEGATIVOS
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria dos equipamentos, serviços e infra-estrutura dos destinos turísticos ▪ Recuperação e conservação dos valores culturais ▪ Oportunidades de intercâmbio cultural entre a comunidade local e os turistas ▪ Aumento da tolerância e do bem-estar da comunidade ▪ Valorização da atividade artesanal ▪ Renascimento e fortalecimento do orgulho étnico ▪ Valorização da herança cultural ▪ Valorização e preservação do patrimônio histórico ▪ Melhoria do IDH ▪ Satisfação do Turista 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento das diferenças sociais ▪ Descaracterização cultural ▪ Segregação dos residentes locais ▪ Enfraquecimento da cultura local frente à dos turistas ▪ Descaracterização dos produtos artesanais ▪ Vulgarização das manifestações tradicionais ▪ Mudanças negativas nos hábitos e padrões culturais e de consumo (alcoolismo, consumo de drogas, prostituição e outros) ▪ Destruição do patrimônio histórico ▪ Massificação da cultura

FONTE: BRASIL PRT (2004a, p. 57-58)

QUADRO 3 - IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA PERTENCENTES À CATEGORIA ECONÔMICA

	POSITIVOS	NEGATIVOS
IMPACTOS ECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos ▪ Contribuição para o PIB ▪ Contribuição para a criação de novas ocupações e postos de trabalho ▪ Contribuição para impulsionar a atividade empresarial, devido às múltiplas conexões com os demais setores da economia ▪ Geração e distribuição de renda nas comunidades locais ▪ Elevação dos níveis cultural e profissional da população ▪ Expansão do setor da construção ▪ Industrialização básica na economia regional ▪ Modificação positiva da estrutura econômica e social ▪ Atração da mão-de-obra de outras localidades ▪ Diversificação, estruturação e ampliação das atividades econômicas da região 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande dependência da atividade turística por parte da comunidade ▪ Abandono das atividades econômicas tradicionais ▪ Inflação e especulação imobiliária ▪ Sazonalidade da demanda turística, provocando efeitos econômicos negativos nas localidades respectivas

FONTE: BRASIL PRT (2004a, p. 58)

Numa análise superficial já é possível averiguar que os fatores negativos prevalecem sobre os positivos. Na região Costa Oeste em pequenos momentos em que isso não ocorre os pontos de valorização, realização, ampliação, e melhorias, advêm no intuito de amenizar os impactos que serão causados. Mas, não há como fazer uma análise sistemática para a Costa Oeste, dos impactos decorrentes da atividade turística pertencentes à categoria ambiental, sociocultural e econômica, considerando apenas esta projeção do governo. É nesta instância que se verifica a importância do planejamento. Com um estudo aprofundado destas categorias, torna-se possível constatar se é viável a atividade turística na região da Costa Oeste do Paraná.

A princípio, desde a construção da Hidrelétrica já iniciavam a ocupação da área agrícola, redução das áreas rurais e destruição do patrimônio histórico, a exemplo do desaparecimento das Sete Quedas do Iguaçu.

Tomando como exemplo o município de Foz do Iguaçu, é impossível omitir a urbanização descontrolada que culmina com o aumento das diferenças sociais, segregação dos residentes, dependência econômica da atividade turística, visto o abandono das atividades econômicas tradicionais. Foz do Iguaçu hoje, sem o turismo, entra em crise econômico-social.

Sobre a questão cultural também se toma como exemplo Foz do Iguaçu, que teve sua cultura descaracterizada e sua tradição destruída, pois, saberia o leitor apontar qual foi a tradição cultural do município antes de ele tomar como atividade econômica primária, o turismo? Resposta que envolveria uma pesquisa à parte do que se pretende a este trabalho, mas que serve para refletir sobre o quanto a atividade interferiu na cultura local. O que simboliza este município atualmente é o turismo. Esta atividade é sinônimo de toda a prática socioeconômica que gere o

município.

Toma-se o município de Foz do Iguaçu como exemplo, pois não há como avaliar atualmente os reais impactos decorrentes da atividade turística pertencentes à categoria ambiental, sociocultural e econômica na Costa Oeste, como um todo considerando que não existe demanda efetiva até o presente momento, e sim, uma projeção de desenvolvimento do turismo a ser fomentado na região.

Retornando aos aspectos negativos na categoria econômica referente à Costa Oeste, é importante salientar também que a grande dependência da atividade turística advém dos *royalties*, razão pela qual os municípios desenvolvem projetos individuais para que a atividade turística se torne possível.

A Fepese-UFSC foi contratada pelo governo do Estado para realizar uma análise do fluxo turístico da Costa Oeste do Paraná³¹. Os resultados demonstram que do total de 477 (quatrocentas e setenta e sete) entrevistas realizadas, 449 eram turistas nacionais (94%) e 28 estrangeiros (6%) nos municípios de amostragem, no período de 16 a 24 de agosto de 2004.

Conforme apresenta a Tabela 3, sobre o motivo da viagem, 47,38% no geral viajaram para fazerem turismo. Destes, 81,42% vieram para visitar amigos ou parentes.

³¹ Pesquisa realizada nos municípios de Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Medianeira, localizados na Costa Oeste do Paraná, sendo estes municípios integrantes do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. O presente relatório contém os resultados de Projeção da Pesquisa de Demanda Turística, durante a baixa temporada do ano de 2004.

TABELA 3 - MOTIVO DA VIAGEM DA PESQUISA

Motivo da viagem	Nacional		Estrangeiro		Geral	
	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual
Negócios	242	53,90%	9	32,14%	251	52,62%
Turismo	207	46,10%	19	67,86%	226	47,38%
Total	449	100 %	28	100 %	477	100 %

FONTE: Fepese/Sebrae (2004)

Na Tabela 4 é possível realizar uma comparação percentual do motivo que gerou o turismo no município de amostragem. Segundo os dados coletados, 88,89% dos turistas nacionais estavam ali por motivo de visita a amigos ou parentes. E 94,74% dos turistas estrangeiros foram motivados a virem para o município para visitar os atrativos históricos.

TABELA 4 - MOTIVO DA VIAGEM TURISTICA

Motivo da viagem	Nacional		Estrangeiro		Geral	
	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual
Atrativos Naturais	9	4,35%	0	-	9	3,98%
Eventos e Congressos	9	4,35%	0	-	9	3,98%
Atrativos Históricos	0	0,00%	18	94,74%	18	7,96%
Visita a amigos ou parentes	184	88,89%	0	-	184	81,42%
Manifestações Populares	2	0,97%	1	5,26%	3	1,33%
Tratamento de Saúde	3	1,45%	0	-	3	1,33%
Total	207	100 %	19	100 %	226	100 %

FONTE: Fepese/Sebrae (2004)

Ao refletir sobre estes dados, verifica-se que a pesquisa realizada pela Fepese-UFSC apresenta uma projeção de demanda turística na Costa Oeste, podendo-se considerar incipiente. E, no que diz respeito ao turismo integrado, ao questionar os entrevistados sobre os caminhos integrados³², 80,50% não têm

³² Programa Turismo Integrado ao lago de Itaipu é composto pelos roteiros temáticos dos municípios lindeiros, que são: Caminhos das Águas, Caminhos Rurais e Ecológicos e Caminhos da Colonização, desenvolvido pelo Conselho Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu através do SEBRAE/FEPESE (Guia Turístico, 2004).

conhecimento sobre estes caminhos (ver Tabela 5).

TABELA 5 - CONHECIMENTO PRELIMINAR SOBRE OS CAMINHOS DO TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU

Conhece informação	Nacional		Estrangeiro		Geral	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Sim	88	19,60%	5	17,86%	93	19,50%
Não	361	80,40%	23	82,14%	384	80,50%
Total	449	100 %	28	100 %	477	100 %

FONTE: Fepese/Sebrae (2004)

Com estes dados verifica-se que o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios ao Lago de Itaipu busca organizar a atividade turística e que não passa de uma proposta à longo prazo, pois, na realidade, a demanda efetiva não existe.

Entretanto, um grande investimento econômico está sendo realizado para preparar o território para o turismo, observando-se que este recurso advém dos *royalties* e empréstimos junto ao Banco do Brasil (BB), assim os municípios desenvolvem projetos para a que atividade turística ocorra, em alguns casos de forma individual, a citar como exemplo o município de Itaipulândia.

De acordo com o Ipardes (2003), o setor Serviços aumenta a oferta de trabalho, e assim atrai mão-de-obra de outras localidades, mas é imprescindível ressaltar que este tipo de trabalho está principalmente na área da informalidade. O que também pode vir a sofrer com a sazonalidade e provocar um caos socioeconômico.

Percebe-se, então, que os fatores positivos estão na perspectiva econômica da atividade empresarial local e regional, restando à população manter-se, a duras penas, na dependência da atividade turística e vendo sua cultura transformar-se em mercadoria para o gozo daqueles que podem pagar pelo consumo. Segundo Brasil (2004b, p. 6), “o turismo é visto como gerador de oportunidade e **aliado eficaz no**

propósito de redução da pobreza, quando planejado e monitorado de forma sistemática, compartilhada e coletiva” [grifo nosso].

Os planos e projetos estaduais, no caso específico deste estudo do Estado do Paraná, têm particularidades que devem ser consideradas, pois afetam de forma direta, o processo de planejamento, e as populações envolvidas em nível regional merecem compartilhar das decisões.

2.4 PROJETOS GOVERNAMENTAIS NAS ESFERAS: ESTADUAL E REGIONAL

Na seção anterior fez-se a explanação da atividade turística e alguns programas governamentais que vêm sendo implementados como o PRT, Prodetur Sul, no estado do Paraná, estes programas estão contidos na política federal de turismo, a qual contempla os programas de abrangência nacional.

Além desses programas, é preciso mencionar os projetos governamentais elaborados na esfera estadual, que integram as ações prioritárias do governo e que constituem as bases do que se pode chamar de política estadual de turismo. Essa política é composta essencialmente de diretrizes, de ações de planejamento territorial, e de estratégias de desenvolvimento para a atividade turística no Paraná, propostas para serem levadas a cabo pelo governo em conformidade com o Plano Plurianual elaborado para o período 1996/1999, e reeditado para o período 2000/2003.

O Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) tem por objetivo estabelecer, orientar e controlar as diretrizes de ordenamento e desenvolvimento do Estado do Paraná. Para tanto, este documento sofre alterações a cada governo que se faz vigente, sendo um instrumento básico de gerenciamento do desenvolvimento e da

expansão urbana em uma análise ampla da região, isto é, do Paraná.

Os objetivos da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional (Pedur) – governo Requião –, sobre a organização do território paranaense, são (PARANÁ, 2003):

- O desenvolvimento regionalizado de uma rede estadual de cidades dotadas de infra-estrutura e serviços urbanos comunitários adequados às suas respectivas funções, para servir de apoio ao desenvolvimento descentralizado da indústria, do complexo agroindustrial, do comércio e dos serviços.
- A adequação dos investimentos em infra-estrutura e serviços é referida às suas respectivas funções nas cidades do Paraná, com tratamento diferenciado segundo uma hierarquia funcional decorrente do nível de desenvolvimento socioeconômico de cada pólo regional e sua área polarizada.
- O desenvolvimento orientado das cidades voltado para a inclusão social pela melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, priorizando o atendimento às necessidades básicas da maioria da população.

De acordo com o Pedur, haverá um monitoramento das ações visando acompanhar a evolução dos problemas e dos impactos das intervenções em cada município. Segundo o governo atual, o desenvolvimento regional pode ser obtido a partir das ações integradas dos municípios, plano no qual estes, de forma organizada, dão atenção a medidas capazes de alavancar a consolidação da autonomia municipal sob o ângulo socioeconômico e ambiental, aproveitando as potencialidades existentes (PARANÁ, 2003).

As potencialidades da região da Costa Oeste do Paraná que vêm sendo

discutidas consistem em, Turismo em Áreas Naturais (TAN) (ver Quadro 4). Segundo a Secretaria de Estado do Turismo (SETU, 2000), o turismo não pode ser considerado uma atividade ideal, não impactante e não poluente. Pode, porém, ser praticado de maneira racional, duradoura e capaz de melhorar a qualidade de vida de uma grande parcela da população. Trata-se do turismo responsável; que atua com sustentabilidade, visando a conservação do patrimônio natural e cultural. Desenvolvendo atividades lucrativas que possam garantir a sua manutenção e a melhoria da vida das comunidades envolvidas.

Para tanto, foi criado um Grupo Interinstitucional composto por técnicos de entidades públicas e privadas ligadas ao turismo e ao meio ambiente, que estabeleceu as Diretrizes para Turismo em Áreas Naturais (DTAN) em 2001 e vem trabalhando na regulamentação da atividade (PARANÁ, 2000). Este grupo prima por promover o turismo em áreas naturais no Estado do Paraná, conservando os espaços naturais, envolvendo a comunidade e gerando emprego e renda sob os princípios da sustentabilidade.

Deste modo, o Plano Regional para a Costa Oeste está construído com base nos atrativos visando desenvolver o enorme potencial turístico na região litorânea. Para tanto, é preciso investir em infra-estrutura principalmente na área urbana, para estar recepcionando com qualidade o turista. Isto envolve principalmente hospedagem, alimentação, transporte e infra-estrutura na área urbana para atender ao fluxo turístico³³.

³³ Fluxo turístico: produzido pelo movimento de pessoas que percorrem distâncias maiores para permanência mais dilatada em centros urbanos, balneários, estações termais. É influenciado pelo período de férias escolares no inverno e no verão (OLIVEIRA, 2001, p. 43).

QUADRO 4 - QUADRO SINTÉTICO DAS MODALIDADES DO TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

TIPO ATIVIDADE SUB	ATIVIDADE	TIPO ATIVIDADE SUB
<p>ECOTURISMO Conjunto de atividades turísticas que utilizam, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.</p> <p>TURISMO DE AVENTURA É o grupo no qual as pessoas atuam como protagonistas, desenvolvendo atividades participativas de menor ou maior intensidade, necessitando, no segundo caso, de equipamentos e serviços especializados. As atividades compreendem também expedições em busca de lugares isolados de baixa frequência, exigindo trabalho de equipe na maioria das vezes.</p>	Espeleoturismo Hiking Naturismo Observação de fauna e flora	Safári Fotográfico
	Trekking Aéreas	Vôo livre (asa delta, balão, pára-quedas e variações e planador)
	Montanhismo	Canyoning Escalada (técnica, solo, caminhada) Rapel
	Náuticas	Bóia-cross Canoagem e suas variações, latismo e suas variações Mergulho (autônomo, livre) Pesca amadora Rafting Surf e suas variações
	Terrestres	Caça regulamentada Ciclo-turismo Veículos motorizados
<p>TURISMO RURAL Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.</p>	Agroturismo Artesanato Gastronomia rural	
	Lazer e recreação	Caminhadas, cavalgadas, charreteadas, colhe-e-pague, fazenda-hotel, hotel-fazenda, pesque-e-pague, pousada rural, turismo eqüestre
<p>TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL Conjunto de atividades turísticas que se desenvolve em função do patrimônio histórico-cultural e que permitem a observação da organização social do homem junto ao seu ambiente, retratando seus usos e costumes, tanto atuais como de seus antepassados</p>	Manifestações populares Visitas a sítios arqueológicos Visitas a sítios históricos	Cavallhada, fandango, folia de reis, tropeada, outras.
<p>TURISMO TÉCNICO-CIENTÍFICO Conjunto de atividades que atrai grupos específicos de turistas que buscam o intercâmbio <i>in loco</i> de informações científicas e técnicas</p>	Espeleologia Pesquisa arqueológica Visitas técnicas a sítios científicos, reservas de fauna e flora, barragens, fazendas experimentais, etc. Pesquisa e treinamento	

FONTE: Paraná (2000, p. 7)

Assim, o governo estadual propõe, segundo o PDU, trabalhar com um Sistema de Planejamento Urbano e Regional, cabendo a Sedu (Secretaria de Desenvolvimento Urbano) a função indutora, isto é, de dar a partida nos planos e programas norteados no desenvolvimento urbano e ainda no que tange à assistência a cada município no que abrange as ações.

A Setu (Secretaria de Turismo) salienta que as principais atividades e serviços de apoio ao desenvolvimento do turismo na Costa Oeste se desenvolverão nas sedes municipais. Para tanto, estas deverão ter seus planos diretores ou de uso de ocupação do solo revistos, com a definição das medidas necessárias para que a cidade possa se preparar e absorver os impactos decorrentes da implantação do turismo.

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo da Política Urbana, compete a cada município executar a política de desenvolvimento urbano através de diretrizes gerais fixadas em lei municipal.

A legislação urbana é constituída basicamente dos seguintes instrumentos:

- a) Lei do Plano Diretor
- b) Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos
- c) Lei do Perímetro Urbano e da Expansão Urbana
- d) Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento)
- e) Lei do Sistema Viário
- f) Código de Obras
- g) Código de Posturas.

Mas, cabe observar que outros instrumentos legais podem ser incorporados ao conjunto da legislação urbana, que instrumentalizaria o planejamento turístico dos municípios da Costa Oeste. São os Planos Diretores Municipais (PDMs).

Segundo a constituição do Estado do Paraná de 1989, no que abrange ao Plano Diretor Municipal-PDM, estabelece o artigo 152 a obrigatoriedade deste instrumento para cidades com mais de 20.000 habitantes e integrantes de áreas de especial interesse turístico, apontando as exigências para ordenação da cidade e o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Todavia, uma nova maneira de realizar o planejamento está respaldada na Constituição Federal, por meio da regulamentação dos arts. 182 e 183 – denominado Estatuto da Cidade – Lei 10.257 – 10/07/2001 – que estabelece diretrizes gerais da política urbana. O artigo 41 do Estatuto da Cidade, em relação ao Plano Diretor, é que deverá assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas³⁴.

O PDUOs (Planos Diretores de Uso e Ocupação dos Solos Municipais) constitui um instrumento de planejamento urbano e municipal indispensável e permanente à determinação das intervenções a serem executadas pelo poder público municipal, de maneira coordenada e articulada. Deve permitir a indução de um processo de planejamento contínuo que vise à ampliação dos benefícios sociais, à redução de desigualdades, à garantia de oferta de serviços e equipamentos urbanos, bem como à redução dos custos operacionais e de investimentos, como também à garantia da propriedade. Deve também atender às exigências fundamentais de ordenamento das cidades, para que se cumpra a sua função social.

Esse processo permitirá aos municípios do Estado do Paraná o acesso aos investimentos disponibilizados pelo Governo do Estado para execução de obras e investimentos municipais, com base na construção de um Programa de Ação e Investimentos (Locais e Setoriais do Município) que é resultante da implantação do processo de planejamento local durante a execução dos PDUOSs ou PDM.

A supervisão e a fiscalização dos serviços técnicos da elaboração dos PDUOSs e/ou PDM são de responsabilidade da Secretaria de Estado do

³⁴ Esse Plano é obrigatório para as cidades. O Governo do Estado do Paraná oficializou, através do Decreto nº 2581, de 17 de fevereiro de 2004, que os municípios deverão executar com recursos próprios ou financiar a elaboração e/ou revisão de seus Planos Diretores de Uso e Ocupação dos Solos Municipais-PDUOSs/PDM.

Desenvolvimento Urbano – Sedu, através da Superintendência Executiva, Diretoria de Operações e Escritórios Regionais do Serviço Social Autônomo Paranaidade.

Verifica-se, através da Tabela 6, a situação dos municípios limieiros em relação ao PDM. Em relação a tais municípios, parece que mesmo havendo uma lei que os obrigue a desenvolverem Planos Diretores, para que se cumpra a legislação, conforme Lei Federal de julho de 2001, respaldada com o Decreto Estadual de fevereiro de 2004. No entanto, os municípios limieiros encontram-se em fase de execução no que corresponde à elaboração ou atualização do PDM, porém o prazo para elaboração ou atualização deverá ser cumprido, conforme o Estatuto da Cidade em vigor (10/07/2001), até 11 de outubro de 2006, já que, com sua efetiva definição, permitirá aos municípios o acesso aos investimentos disponibilizados pelo Governo do Estado.

TABELA 6 - PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E PLANOS DIRETORES DE USO DE OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL DA REGIÃO COSTA OESTE DO PARANÁ

Município	Planos Existentes	Recursos	Situação	Obs
Entre Rios do Oeste	Pluos/95	Recurso do PRODETUR	23/06/05 - Senhor(a) Elton/Iris informaram que foi enviado pela Secretaria de Curitiba um Ofício solicitando aguardar instruções para fazer a licitação.	
Foz do Iguaçu	Plano Diretor/04	Recursos Próprios	14/06/05 - Estão revisando o Plano para complementá-lo. Vão retornar.	incompleto
Guairá	Plano Diretor/92	Recurso do PRODETUR	20/06 - Prefeitura conseguiu recursos com o PRODETUR. Estão se organizando para iniciarem os trabalhos.	Consultoria atualizando
Itaipulândia	Pluos/85 Plano Diretor/03	Recursos Próprios	23/06/05 - O Plano executado em 2004 foi analisado pelo regional, o qual solicitou correções e complementações, conforme o Termo de Referência.	Consultoria atualizando
Marechal C. Rondon	Plano Diretor/98	Recurso do PRODETUR	21/06/05 - Estão iniciando os processos.	Consultoria
Medianeira	Plano Diretor/94	PPU II – vai financiar	16/06/05 – Está em fase de aprovação junto ao Paranacidade. O Plano Diretor já existe, mas será feita Revisão e Complementação. 30/06/05 - Passado valor p/ PDM de R\$ 100.000,00 (Deise)	
Mercedes	Pluos/95	PPU II – vai financiar parte e a outra será com recursos próprios	04/07/05 - Estão definindo.	
Missal	Pluos/97	PPU II – em execução	01/07/05 - Reunião na prefeitura e agendada última Audiência para 01/07/05. (atrasado)	consultoria
Santa Helena	Pluos/88	POTENCIAL TURÍSTICO - vai financiar	Ligar para verificar interesse atual.	
Santa Terezinha de Itaipu	Pluos/00	PPU II – vai financiar	Irá financiar a atualização do PDM.	
São Miguel do Iguaçu		CONCLUÍDO	16/06/05 - Município em Fase de Implementação. Agendada visita para os próximos dias.	consultoria
Terra Roxa		POTENCIAL TURÍSTICO - vai financiar	Ligar para verificar interesse atual.	
Pato Bragado	Pluos/03	Recursos próprios	16/06/05 - Revisando e complementando Legislação para apresentação da Câmara. Agendada próxima reunião com equipe de acompanhamento e consultoria no município para o dia 24/06/05.	Consultoria em execução
São José das Palmeiras		Recursos próprios	23/06/05 - Está definindo consultoria.	
Diamante do Oeste	Pluos/90	Em definição	01/07/05 - Reunião com o prefeito e equipe municipal para explanação sobre o Plano Diretor. Vão contratar consultoria junto com outros dois municípios da região (reduzir custos de deslocamento).	

FONTE: RELATÓRIO, SEDU/PARANACIDADE (2005).

Conforme A Sra. Giselle Andréa de Souza Cazarim³⁵, coordenadora da Sedu-Paranacidade, escritório Regional do município de Cascavel, a situação atualizada em agosto de 2005 sobre o PDM nos municípios limieiros era:

De acordo com o Governador todos os Planos Diretores dos municípios Paranaenses deverão ser acompanhados e supervisionados pela SEDU/PARANACIDADE a qual verificará a legibilidade dos mesmos, independente da fonte de recursos utilizada para executar os mesmos. Quanto as punições, as mesmas estão descritas no Estatuto da Cidade. Segue abaixo a situação dos município limieiros, conforme solicitado.

DIAMANTE DO OESTE:* A prefeitura ainda não iniciou;

ENTRE RIOS DO OESTE:* A prefeitura ainda não iniciou;

FOZ DO IGUAÇÚ:* A Prefeitura tem o Plano Diretor executado em 2002, porém o mesmo ainda não foi encaminhado a SEDU/PARANACIDADE para análise e verificação da veracidade do mesmo;

GUAIRA:*Estão montando o Termo de Referência do PRODETUR para poderem licitar o PDM;

ITAIPULÂNDIA:* O município está elaborando a ATI - análise temática integrada. Levantando, atualizando e mapeando as informações gerais do município, conforme Termo de Referência. A Consultoria estava apenas analisando e revisando as leis existentes, o que não condiz com o nosso Termo;

MARECHAL CÂNDIDO RONDON:*Estão montando o Termo de Referência do PRODETUR para poderem licitar o PDM;

MEDIANEIRA:* A prefeitura ainda não iniciou;

MERCEDES:* A prefeitura ainda não iniciou;

MISSAL:* A Consultoria encaminhou a versão final do trabalho para análise da prefeitura e da SEDU/PARANACIDADE.

SANTA HELENA:* A prefeitura ainda não iniciou;

SANTA TEREZINHA DE ITAIPÚ:* A prefeitura ainda não iniciou;

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS:* A prefeitura ainda não iniciou;

SÃO MIGUEL DO IGUAÇÚ:** O PDM foi aprovado no final do ano passado pela Câmara Municipal;

TERRA ROXA*:A prefeitura ainda não iniciou;

PATO BRAGADO:* A Consultoria está encaminhando a Versão Final para análise na Câmara de Vereadores.

Um dos Produtos dos Plano Diretores é o Plano de Ação, no qual é descrito os projetos prioritários a serem desenvolvidos no município nos próximos anos. Conforme diz a Lei os recursos Federais e Estaduais somente serão disponibilizados para os projetos elencados no Plano de Ação.

P.S.: O Plano Diretor de São Miguel do Iguaçu encontra-se disponível para consulta na prefeitura.

Neste contexto, um estudo mais detalhado sobre a aplicabilidade do PDM não é tarefa fácil, visto que estão passando por consultoria, licitação, ou seja, em

³⁵ Entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2005 na sede da SEDU/PARANACIDADE-Cascavel-PR

fase inicial, cabendo apenas ao município de São Miguel do Iguazu a referida e concreta elaboração do PDM. Observa-se que por fatores de ordem política a maioria dos planos e programas não tem saído do papel.

Para que haja um planejamento integrado do turismo na Região Costa Oeste é preciso que os dirigentes dos municípios da Costa Oeste se conscientizem da importância da realização do Plano Diretor, a fim de auxiliar o planejamento regional e terem elementos que contemplem uma estratégia de integração do turismo.

2.5 PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA COSTA OESTE

Segundo Dallabrida (2000), a implantação de um plano de desenvolvimento representa o desencadeamento de um processo de reconstrução e reapropriação do território gerenciado pela União. Entretanto, é preciso levar em conta os atores sociais e a participação da população local nas decisões da aplicabilidade dos recursos para a implantação de qualquer atividade econômica. Nesta perspectiva, pretende-se amenizar a aguda desigualdade social entre os municípios, como a falta de emprego, a questão da saúde, educação e saneamento.

A produção de novos espaços voltados para fins turísticos sem levar em conta as necessidades da comunidade local é reflexo de um Estado que tem atuado politicamente sobre o espaço levando em conta apenas a racionalidade da logística. A propósito disso, torna-se a frisar a questão da construção de Itaipu.

Sendo assim, os investimentos voltados à implantação da atividade turística não podem ocorrer de forma arbitrária, sem levar em conta a preservação ambiental, a geração de empregos e valorização das atividades locais. Pois, se esta questão não for respeitada, corre-se o risco de acentuar os impactos socioespaciais,

umentando o custo de vida e assim segregando a população local de usufruir o que é parte de seu território.

Deste modo, compreende-se que a infra-estrutura turística deve ser projetada e construída dando-se primazia à necessidade da população local, pois se entende que, apenas quando as necessidades dessa população estiverem atendidas, isto é, a partir do investimento para uma qualidade de vida conforme contempla o Prodetur-Sul, é que se encontrará estrutura possível para receber o público sem comprometer os moradores da região.

Para melhor discutir e projetar o desenvolvimento integrado da região, em 1990 foi fundado o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (CDMLLI)³⁶, composto por representantes das Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores e Associações Comerciais de cada município lindeiro. Isso inclui também a cidade de Mundo Novo, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Este conselho representa a região Costa Oeste com o fim de promover o desenvolvimento socioeconômico urbano e rural de toda a região de forma integrada, pois, embora existia a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop), houve a necessidade de uma organização que defendesse especificamente os interesses dessa região ribeirinha. É preciso salientar que a criação do Conselho foi de fundamental importância, como órgão de reivindicação e apoio aos municípios, uma vez que veio facilitar as articulações entre os mesmos com representantes estaduais e nacionais, assim como com a Itaipu Binacional.

Cabe ao Conselho viabilizar e dar prioridade à execução de obras e serviços de interesse comum à região; incentivar e promover estudos e pesquisas para ao planejamento integrado do desenvolvimento da região; coordenar o planejamento

³⁶ Conforme Ata de Fundação do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu 1990 – Responsável Técnica Sandra Finkler-2005/Sede(CDMLLI)- Santa Helena -PR

local de acordo com as diretrizes do planejamento regional, estadual e federal; e incentivar a destinação dos recursos dos *royalties* para a elaboração de projetos viáveis e eficazes, isto é, pautado em análises científicas de teor qualitativo e quantitativo.

Entretanto um projeto que responda a estas características ainda não existe. Mesmo assim, o Conselho, em conjunto com os municípios lindeiros, lançou alguns programas³⁷ no ano de 2001, voltados ao fomento social e econômico. O “Turismo Integrado ao Lago de Itaipu” é um desses programas supracitados e que será discutido posteriormente.

Segundo Hall (2001), pode-se afirmar serem as áreas de envolvimento do poder público no setor turismo as seguintes: coordenação do processo, planejamento, legislação e regulamentação, empreendedorismo e incentivo.

É necessário, portanto, que o planejamento turístico considere a integração ambiente, comunidade e atividade turística visando, assim, atenuar os impactos negativos já enfocados anteriormente na seção 2.3.

2.6 PERFIL TURÍSTICO DA COSTA OESTE

A Região Costa Oeste é parte integrante do Estado do Paraná, sendo seu território composto atualmente por 15 municípios, cabendo salientar que, em 1924, o espaço geográfico do qual este território fazia parte pertencia a apenas um município, Foz do Iguaçu. Porém, já em 1951 houve a emancipação de Guaíra,

³⁷ Estes programas além do Turismo Integrado ao Lago de Itaipu, com os roteiros temáticos já citados, também fazem parte a Linha Ecológica, que consiste em um ônibus equipado para o desenvolvimento de Educação Ambiental e desenvolvimento da Tecnologia Rural; e o Programa de Agricultura Orgânica, que visa incentivar o desenvolvimento e prática dessa cultura em toda a região.

Toledo de Foz do Iguaçu.

Estes municípios, por conta da transformação do espaço para a criação do Lago, começaram também a transformação e desenvolvimento desses espaços (reconstruídos), submetendo a população ao turismo, e não para o turismo, ou seja apresentando o turismo como parte do cotidiano destes moradores que na realidade desconhecem a atividade que está sendo implantada, assim com a finalidade de se projetarem, com o objetivo de gerar um cenário futuro de demanda de turistas que se identifiquem com este lugar, usufruindo dos serviços e atrativos que aqui se pretende arquitetar, no entanto, para o turismo refere-se à construção do turismo em conjunto com os moradores, compreendendo a atividade, analisando e assim conhecendo-a para aceita-la e poder usufruir no futuro.

A mesorregião Oeste compreende municípios que se caracterizam pelo diversificado potencial turístico e pela riqueza ambiental e natural. Esses municípios vêm sendo protegidos pelos Parques Nacionais do Iguaçu e de Ilha Grande [...] Embora isto seja pouco divulgado, a mesorregião Oeste é considerada um dos principais pólos de ecoturismo no Brasil (BNDES, 2000). O complexo Oeste Paranaense, assim classificado pela Embratur, inclui os municípios de Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Santa Helena e Santa Terezinha do Itaipu, com destaque para o Parque Nacional do Iguaçu, e Guaíra, com o sítio arqueológico das Missões Jesuíticas no Parque Nacional de Ilha Grande (IPARDES, 2003, p. 91).

Esse processo de inserção do turismo teve iniciativa do Governo Estadual como atividade potencial (que naturalmente rica de atrativos naturais) iniciativa do Governo Estadual quando promulgou o Projeto Costa Oeste. A partir daí os municípios lindeiros procuram adequar-se da melhor maneira criando infra-estrutura, equipamentos para o lazer como parques e locais de culto religioso.

2.6.1 Atrativos e Equipamentos Turísticos na Região

Os atrativos turísticos e os equipamentos turísticos produzem a prestação de

serviços que servem diretamente à satisfação das necessidades dos turistas. Em destaque também os eventos gastronômicos da Costa Oeste.

2.6.1.1 Atrativos e Equipamentos

Conceituar atrativos turísticos é complexo, dado que a atratividade de certos elementos varia de forma acentuada de um turista para outro. Assim, um monumento religioso pode ter grande atratividade para adeptos de uma certa religião e nenhuma para outros. Assim, os atrativos estão relacionados com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que estes fazem dos elementos turísticos. O aspecto a considerar neste contexto refere-se ao maior valor que o turista dá ao atrativo. Deste modo, quanto mais alto for seu diferencial maior será a demanda, pois, o turista dá preferência por conhecer aquilo que é diferente de seu dia-a-dia. Assim o atrativo que é único possui maior valor para o turista. Esse valor é subjetivo e alguns autores (DIAZ, 1988; IGNARRA, 2003; BENI, 2003), visando reduzir essa subjetividade, desenvolveram métodos para hierarquizar os atrativos.

Diaz (1988) apresenta quatro hierarquias de atrativos:

- nível quatro: atrativos excepcionais e de grande significado para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente de visitantes. Nesta metodologia é citado o exemplo das Cataratas do Iguaçu;
- nível três: atrativo com valor excepcional em um país, capaz de motivar uma corrente importante de visitantes domésticos por si só, ou em conjunto com outros atrativos contíguos, e a demanda estrangeira somente em conjunto com outros atrativos. O exemplo é a cidade de Guaíra/PR, com um valor turístico nacional no que tange o contexto

histórico da colonização do país;

- nível dois: elemento com algum valor capaz de interessar turistas de longa distância que tivessem chegado à sua zona por outras motivações turísticas ou de motivar correntes turísticas locais. Aqui citam-se as praias artificiais do lago de Itaipu;
- nível um: atrativos sem mérito suficiente para serem classificados como atrativos anteriores, mas que, igualmente aos demais, formam parte do patrimônio turístico, como elemento que pode complementar os outros de maior categoria, para desenvolver um complexo turístico. Assim sendo, menciona-se o Parque de Lazer Ney Braga³⁸.

Já a Embratur, para enquadrar os atrativos em uma categoria, fazendo uso de hierarquização, desenvolveu uma metodologia própria dividindo os atrativos em naturais e culturais. Segundo Ignarra (2003, p. 52), o primeiro consiste em recursos naturais “compostos pelo ar, clima, pelos acidentes geográficos, o terreno, a flora, a fauna, as massas de água, as praias, as belezas naturais, o abastecimento de água potável, usos sanitários e outros”. Enquanto que os culturais abrangem os recursos “compostos pelo patrimônio arquitetônico, pelos acervos dos museus, pela cultura da população local, sua gastronomia típica, seu artesanato, folclore, seus eventos, hábitos e costumes, sua música, literatura, língua etc”, representando importante testemunho para a cultura nacional, regional ou local. A seguir a tabela 7 demonstra os atrativos da região da Costa Oeste.

Nesta tabela, averigua-se que a região oferece 42 atrativos entre naturais/artificiais e 70 atrativos culturais conforme consta no Guia Turístico (2003). Entretanto, observa-se que os municípios de Foz do Iguaçu e de Guaíra lideram o

³⁸ O Parque de Lazer Ney Braga é anexo ao Balneário Turístico de Santa Helena.

ranking em oferta turística. Foz do Iguaçu é pólo turístico³⁹ regional, deste modo, passa-se a analisar os atrativos turísticos partindo do complexo que o município oferece.

TABELA 7 - ATRATIVOS NATURAIS/ARTIFICIAIS E CULTURAIS DA REGIÃO COSTA OESTE

MUNICÍPIO	ATRATIVOS NATURAIS/ARTIFICIAIS	ATRATIVOS CULTURAIS
FOZ DO IGUAÇU	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parque Nacional do Iguaçu ▪ Macuco Safári ▪ Cataratas do Iguaçu ▪ Porto Canoas ▪ Usina São João ▪ Poço Preto ▪ Parque das Aves ▪ Refúgio Biológico Bela Vista ▪ Cruzeiro Bertoni ▪ Terminal Turístico de Três Lagoas-praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ecomuseu de Itaipu ▪ Espaço das Américas ▪ Templo Budista ▪ Hidrelétrica de Itaipu ▪ Campo de Golfe ▪ Centro de eventos ▪ Pesca Esportiva ▪ Haras Kohlenberger ▪ Pesque e Pague (8 unidades) ▪ Coart-Cooperativa de Artesanato da Região ▪ Iate Clube de Itaipu – Pesca esportiva ▪ Iate Clube Cataratas – Pesca esportiva ▪ Clube de Caça e pesca Maringá – Pesca esportiva ▪ Festa do Dourado Assado
SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parque Ecológico Orquidário ▪ Terminal Turístico Alvorada de Itaipu – Praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alambique ▪ Aeroclube Tchê Lucas ▪ Hipismo ▪ Festa Colonial
MEDIANEIRA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cachoeira Zanoni ▪ Parque Juriti ▪ Morro Espigão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CTG – Sentinela dos Pampas ▪ Prática de Asa Delta e Parapente no Morro Espigão ▪ Santuário Nossa Senhora da Salete ▪ Festa do Frango desossado e Recheado ▪ Festa do Dourado na Grelha
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rio Represo ▪ Rio Ocoí ▪ Terminal Turístico de Ipiranga – Praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tribo indígena Avá Guarani ▪ Pesca esportiva no Rio Ocoí ▪ Parque Aquático
ITAIPULÂNDIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Terminal Turístico de Jacutinga – Praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CTG – Querência Amada ▪ Base Náutica ▪ Monumento de Nossa Senhora da Aparecida ▪ Casa da Memória Itacorá ▪ Fazenda Modelo para área Técnico-Científica Apolo ▪ Festa Internacional do Dourado Assado no Carrossel
MISSAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reserva dos macacos ▪ Terminal Turístico de Vila Natal – Praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesque e pague ▪ Museu Municipal ▪ Festa do Porco a Paraguaia
DIAMANTE DO OESTE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recanto Ecológico ▪ Pouso Diamante 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reserva Indígena Tekaha Añetete ▪ Centro de Rodeio Amigos
SANTA HELENA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Morro dos Sete Pecados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Base Náutica

³⁹ De acordo com Ignarra (2003, p. 20), “é o ponto central de uma área ou zona turística, a partir do qual o desenvolvimento turístico se faz. Trata-se, pois, do centro turístico mais equipado com infraestrutura turística, que tem o papel de atrair fluxos turísticos e a partir dele irradiá-los por toda a região que o circunda para conhecer o tipo de pólo turístico”.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Refugio Biológico ▪ Balneário Turístico de Santa Helena – Praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Clube Amigos do Cavalo ▪ Parque de Lazer Ney Braga ▪ Pesque e Pague ▪ Memorial Coluna Prestes ▪ Festa do Costelão ▪ Festival da Alcatra
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazenda Triângulo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rampa para saltos de Asa Delta e Parapentes ▪ Festa da Costela desossada e Recheada
ENTRE RIOS DO OESTE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rio São Francisco ▪ Terminal Turístico Entre Rios do Oeste – Praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Base Náutica ▪ Prática de <i>Rafting</i> e Canoagem ▪ Capela Nossa Senhora da Aparecida ▪ Festival Nacional da Carne Suína
PATO BRAGADO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verde Vale 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Museu Bragadense ▪ Festa do Cupim Assado
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cachoeira da Onça ▪ Sítio das Orquídeas ▪ Estância Hidromineral Coroados ▪ Praia de Porto Mendes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Museu Padre José Gaertner ▪ Parque de Lazer Anita Vanderer ▪ Festa Nacional do Boi Assado no Rolete ▪ Festa da Oktoberfest
MERCEDES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Horto de Plantas Medicinais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesque e Pague ▪ Festa Nacional do Costelão Recheado
TERRA ROXA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazenda Açú – Educação Ambiental ▪ Rio Paraná e Rio Piquiri 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesca esportiva no Rio Paraná e Piquiri ▪ Gruta com a Imagem de Nossa Senhora dos Navegantes
GUAÍRA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rio Paraná ▪ Parque Nacional de Ilha Grande ▪ Ilha Pacu ▪ Ilha São Francisco ▪ Lagoa Saraiva. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Base Náutica ▪ Cartódromo Municipal ▪ Pesca esportiva ▪ Atelier Frei Pacífico ▪ Centro Histórico Vila Velha ▪ Museu Histórico ▪ Cruz Caravaggio (Cruzeiro das Missões) ▪ Igreja Nuestro Señor Del Perdón (Igrejinha da Pedra) ▪ Festival do Pintado na Telha.

FONTE: Guia Turístico (2003); Paraná (2005); Ignarra (2003).

Assim, Foz do Iguaçu tem a oferecer para o turista um maior número de atrativos, tanto culturais como naturais/artificiais, sendo ainda dentre estes a nível regional, os mais importantes localizados no município de Foz do Iguaçu. Como exemplo, estão as Cataratas do Iguaçu e a Hidrelétrica de Itaipu, grandes marcos nacionais e internacionais do turismo, pois são esses dois eixos turísticos que podem proporcionar a integração regional do turismo, visto que o turista sai de seu destino motivado pela grandeza destes dois itens. Os demais atrativos tornam-se de menor grandeza para o turista, ocupando o primeiro e segundo nível dentro da escala de Diaz (1988) – observando que o autor utiliza-se de uma lógica

decrecente –, devido à perspectiva de demanda⁴⁰ provir em grande escala da comunidade local.

Os atrativos naturais e culturais dos demais municípios podem vir a tornar-se alvo da demanda turística a partir da visita ao pólo turístico que é Foz do Iguaçu. Mas, nesse processo, tudo dependerá dos equipamentos turísticos existente. É a partir desta condição que o fluxo de turistas pode ou não vir a usufruir de modo integrado daquilo que a região tem a oferecer.

Segundo Beni (2003, p. 331), os equipamentos turísticos “representam um conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Compreendem os meios de hospedagem, serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informações e outros”.

Para tanto é preciso tomar conhecimento desses equipamentos em âmbito regional. Só então é possível discutir a real condição turística que a Costa Oeste está proporcionando à atividade (ver Tabela 8).

Os indicadores da Tabela 8 apresentam que o maior número de equipamentos turísticos encontra-se localizado no município de Foz do Iguaçu, pois conforme observado anteriormente no quesito atrativos naturais e culturais, o município é tido como referência quanto à estrutura turística. Porém, também os municípios de Guaíra, Santa Terezinha do Itaipu e Santa Helena, podem ser tomados como referência para o ecoturismo, conforme apontado pela Embratur (apud IPARDES, 2003). Ao analisar o exposto na Tabela 8 no que se refere aos

⁴⁰ Demanda em turismo: é uma compósita de bens e serviços, e não demanda de simples elementos ou de serviços específicos isoladamente considerados; em suma, são demandados bens e serviços que se complementam entre si. (BENI, 2003, p. 163).

equipamentos turísticos de hospedagem e restaurante, os municípios possuem uma pequena estrutura, não podendo atender a uma demanda turística como Foz do Iguaçu.

TABELA 8 - EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA REGIÃO COSTA OESTE

MUNICÍPIOS	HOSPEDAGEM		RESTAURANTES/ALIMENTAÇÃO	
	HOSPEDAGEM (UN)	OFERTA EM LEITOS	OFERTA (UN)	CAPACIDADE TOTAL/ PESSOAS
FOZ DO IGUAÇU	84	7.209	157	24.707
SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	4	444	7	1.413
MEDIANEIRA	7	468	15	1.686
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	7	220	7	536
ITAIPULÂNDIA	2	105	6	410
MISSAL	2	79	4	514
DIAMANTE DO OESTE	-	-	3	110
SANTA HELENA	7	387	7	1036
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	-	-	3	166
ENTRE RIOS DO OESTE	1	22	5	400
PATO BRAGADO	1	32	1	72
MARECHAL C. RONDON	9	574	15	1969
MERCEDES	3	66	2	108
TERRA ROXA	1	70	5	348
GUAIÁRA	8	497	14	1038

FONTE: Guia Turístico (2003); BRDE (1995).

NOTA: Os números apresentados correspondem ao registro oficial, cadastrados na Paraná Turismo.

Os “atrativos turísticos” são apenas facetas da estrutura que se diz integrada, pois não se pode dizer que está havendo um Planejamento Turístico Integrado, quando, na realidade, o que se vê é uma complexo desfragmentado para atender àquilo que se almeja um dia se tornar a região turística. Mas, não se pode ignorar que atrativos existem, óbvio que não na intensidade e dimensão de Foz do Iguaçu. Porém, o público-alvo destes atrativos remete, na maioria das vezes, a uma parcela da população local, sem uma dimensão maior, visto que falta estrutura para recepcionar um maior número de pessoas caso estas almejassem visitar estes lugares, conforme apresenta a tabela 8 referente aos equipamentos turísticos dos

municípios, além da falta de um *marketing*⁴¹ regional que possibilite mexer com as necessidades e desejos do turista.

Por outro lado, cabe salientar que Marechal Cândido Rondon apresenta maior condição de estar atendendo uma demanda de turistas, quando comparado sua estrutura socioeconômica, demográfica, de atrativos turísticos (em especial o gastronômico) e os equipamentos turísticos com um maior número de oferta de leitos e de restaurantes, com os demais municípios.

O município de Marechal Cândido Rondon possui um diferencial quanto aos demais, pois é uma das cidades que lideram o *ranking* estadual do IDH; o setor de serviços está em pleno desenvolvimento ocupando o percentual de 40,9% da principal atividade no município; seus atrativos estão enraizados na cultura da população local, com característica predominantemente germânica; e possui equipamentos turísticos para atender aos eventos de pequeno e médio porte existentes na região.

Por esta análise verifica-se que Marechal Cândido Rondon está comprometida com o desenvolvimento do turismo. Segundo Stein (1997), a cidade introduziu o Projeto de Caracterização Germânica em 1986, como um dos principais eixos motivadores para alavancar o turismo no município. Isto mostra sua organização local, sabendo articular tanto localmente como em nível regional, vindo a se expandir nesse setor. No entanto, os demais municípios não estão a seguir esta premissa do planejamento para o desenvolvimento turístico regional.

Na Costa Oeste, Foz do Iguaçu é o município que possui uma diversidade

⁴¹ Segundo Ignarra (2003), a demanda é dependente da necessidade e desejo por determinados produtos ou serviços. Para tanto, o *marketing* baseia-se em alguns conceitos básicos: necessidade, desejos e demandas; produtos; valor, custo e satisfação; trocas, transações, relacionamentos e praticantes de marketing, isto é, aquele que apresenta o produto/serviço de modo a persuadir o indivíduo ao consumo.

de atrações com uma real estrutura de equipamentos para atender à demanda turística. Já nos demais municípios lindeiros as instalações são incipientes, quando comparadas a Foz do Iguaçu. As instalações hoteleiras são insignificantes, mas estão de acordo com o que os municípios necessitam para atender às demandas locais quanto às suas atrações, como festas gastronômicas, exposições e na temporada de férias com expressiva presença de visitantes dos arredores nos parques de lazer instalados à beira do Lago.

Segundo Beni (2003, p. 54), o turista busca um “espaço qualitativamente diferente e superior, a partir do qual pode injetar renovada energia e informação aos sistemas social e cultural, para efeito de promover novas atitudes e realizações humanas”.

Os atrativos naturais e os artificiais são focos de atração de turistas brasileiros e estrangeiros, no entanto, os pequenos municípios que margeiam o lago de Itaipu carecem de infra-estrutura turística e de atrativos, havendo necessidade de aliar-se a Foz do Iguaçu para buscar demanda para seus destinos.

Comenta Andrade (2002, p. 104), que “[...] o *espaço geográfico* é o elemento materializador de determinado potencial turístico e sua configuração física é a bandeja dourada das oferendas que os empresários de turismo colocam à disposição dos desejos e das preferências de seus clientes e hóspedes”.

O turismo rural no Brasil é considerado, pela Embratur, como diversificação do produto turístico nacional. E, dentre as diretrizes traçadas, estão: equilibrar a conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos; criar uma oferta de alojamento e recreação não concentrada e de pequena escala; promover um turismo organizado e administrado pela população rural, ainda como definição pela EMBRATUR (2001) “Turismo Rural é vivência no ambiente de fazendas ou outras

localidades, em meio à vida diária dos trabalhadores. Contato com técnicas de plantio, trato com gado, costumes e tradições regionais”. A EMATER (1998) considera “Segmento do turismo baseado na oferta de serviços, como hospedagem, alimentação, e serviços relacionados a empresas (ou propriedades) que atuam no meio rural e têm por base economia não agrícola”. (por exemplo, fazendas de gado, haras, etc).

Alguns autores incluem no segmento denominado “Turismo Rural” outros segmentos, como Agroturismo e o Ecoturismo. Olga Tulik (In: RODRIGUES, 1997) afirma que:

A avaliação da literatura existente sobre turismo rural mostra grande riqueza de termos, expressões e conceitos que variam conforme a realidade de cada país e expressam diferentes maneiras de aproveitar os recursos do espaço rural e os programas e as ações empreendidas nessa área.

Assim para criar um conceito nessa área a confusão é grande e a falta de definição consistente acaba por incorporar meios diversos, associando o rural ao espaço agrícola, enquanto outras se baseiam em critérios populacionais (de acordo com o IBGE, no caso do Brasil) (COSTA, 2002).

A região tem atrativos naturais de grande importância histórica e cultural, no entanto precisa dedicar maior atenção aos atrativos culturais e aos equipamentos turísticos, caso queira realmente alavancar o turismo na região. Todavia, deve-se levar em consideração à população local, não alavancando novamente um crescimento econômico em detrimento dos moradores locais, como já aconteceu há alguns anos nesta região, quando foi iniciada a construção de Itaipu.

É desse processo de transformação do espaço – em âmbito social, político e econômico – a curto prazo que os problemas sociais se acentuaram, a exemplo de Foz do Iguaçu após a construção da hidrelétrica. A partir disso, começa-se a

manifestar uma preocupação com os impactos sociais negativos das estratégias que foram e estão sendo adotadas – conforme exposto anteriormente (ver Quadros 1, 2 e 3).

2.7 EVENTOS GASTRONOMICOS DA COSTA OESTE

O *marketing* da gastronomia dos municípios lindeiros acaba por se tornar o diferencial na demanda turística, pois os eventos têm característica regional forte, atraindo a população local e dos municípios do entorno. A importância econômica dos eventos acarreta uma cadeia de ações que envolve diversos setores do mercado. Verifica-se, na Tabela 9, a relação dos atrativos gastronômicos oferecidos para o turista e comunidade interna da região.

O mercado de eventos envolve, essencialmente, empresas de pequeno e médio porte, que são grandes geradoras de empregos. Nenhuma das empresas envolvidas nesse mercado é totalmente auto-suficiente a ponto de não necessitar, em nenhuma etapa do evento, da contratação de serviços terceirizados, sejam eles de segurança, limpeza, decoração, divulgação, recepção, transporte, entre vários outros.

Entretanto a geração de divisas para uma localidade vai muito além disso, pois ela se dá a partir dos gastos com hospedagem, transporte, alimentação, entretenimento, em uma cadeia abrangente que se convencionou chamar de “efeito multiplicador do turismo de eventos” e chega a movimentar quase que cem por cento da economia de uma localidade, mesmo que indiretamente.

O turismo de eventos não é somente um eventual investimento em lazer ou diversão. É também um gerador de demanda turística para a localidade, demanda que gera vantagem de poder ser programada para que ocorra no período da baixa

estação, vindo a solucionar aí um dos problemas econômicos do turismo, que é a sazonalidade.

TABELA 9 - GASTRONOMIA ÉTNICA DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS

Municípios Lindeiros	Gastronomia Local
Foz do Iguaçu	Dourado Assado
Santa Terezinha de Itaipu	Festa Colonial
São Miguel do Iguaçu	Leitão à Gaúcha Desossado
Medianeira	Festa do Dourado na Grelha; Festival da Carne Suína; Festival da Picanha; e Festa do Frango Desossado e Recheado.
Itaipulândia	Festa Internacional do Dourado Assado no Carrossel
Missal	Porco à Paraguaia
Diamante d'Oeste	Não tem
Santa Helena	Festa do Costelão e Festival da Alcatra
São José das Palmeiras	Costela Desossada e Recheada
Entre Rios do Oeste	Festival Nacional da Carne Suína
Pato Bragado	Festa do Cupim
Marechal Cândido Rondon	Boi Assado no Rolete e Oktoberfest
Mercedes	Festa Nacional do Costelão Recheado
Terra Roxa	Não tem
Guaíra	Festival do Pintado na Telha

FONTE: Paraná (2004) – organizado: Ângela Mara Bento Ribeiro

É também um gerador de empregos, que incentiva o investimento privado, movimentando todo o comércio local, desde os estabelecimentos diretamente ligados ao turismo, como hotéis, supermercados, indústrias, etc., gerando também impostos numa economia de aglomeração.

Com a opção de uma localidade de implementar eventos, além do aumento dos investimentos físicos, haverá aumento do número de empregos da renda agregada local e da arrecadação de impostos, fatores importantíssimos para o desenvolvimento sócio econômico de uma região. (CANTON, 2001, p. 315)

Além dos investimentos diretos, a implementação do turismo de eventos em uma localidade acarreta maiores investimentos em infra-estrutura tanto básica, como transporte urbano, pavimentação das ruas e rodovias, etc., como em infra-estrutura específica, como o melhoramento da rede hoteleira, que passa a receber um público

mais exigente, e construção de espaços para a melhor realização dos eventos. Assim, alguns municípios da Costa Oeste já possuem um centro de eventos para realização das festas gastronômicas.

As manifestações e usos tradicionais e populares, através das práticas culturais do próprio local e da região, são apresentados na Costa Oeste de forma peculiar, caracterizando a gastronomia o seu maior fator de demanda do turismo.

Na Costa Oeste, o poder público, por muitas vezes, mostra-se interessado na implementação do turismo de eventos, porém, pouca ou até mesmo nenhuma ação efetiva é visível. Apesar de a tradicional “Festa Gastronômica” existir, não há um calendário regional, apenas a divulgação local organizada pelo próprio município. No entanto, a Setu organiza reuniões com base no PRT, para que os municípios se integrem regionalmente, e um dos pontos discutidos, em 3 a 5 de abril de 2005 (SETU, 2005-Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil), é referente ao calendário regional, denominado de “Circuito Gastronômico do Oeste”. Espera-se uma definição e organização por parte dos municípios para se integrarem, para que a integração regional deixe de ser mero discurso.

2.8 TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU

Segundo dados dos relatórios do CDMLLI, em meados de 2002 o Conselho firmou convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos (Fepese) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para o desenvolvimento do turismo na região. Foi então realizado, em parceria com estes órgãos e lançado em 4 de dezembro de 2003, “Turismo Integrado ao Lago de Itaipu”, que consiste em três roteiros temáticos para alavancar o turismo na região da Costa Oeste. São eles: Os

Caminhos das Águas, Os Caminhos Rurais e Ecológicos e Os Caminhos da Colonização na Costa Oeste.

O roteiro chamado de Caminhos das Águas visa usufruir a potencialidade hídrica da região, bem como das estruturas náuticas de lazer e das suas particularidades culturais das populações ao longo do lago de Itaipu, a fim de caracterizar estes atrativos como alternativa diferenciada.

Os Caminhos Rurais e Ecológicos consistem no turismo direcionado às propriedades que oferecem hospedagem alternativa, alimentação caseira, possibilitando oportunidades de participar das lidas do campo, a observação de fauna e flora, bem como a pesca sustentada e recreativa.

Nos Caminhos da Colonização da Costa Oeste do Paraná destacam-se os elementos de referência culturais ainda vivos nas comunidades locais, seja na presença dos indígenas ou dos colonos de origem italiana e alemã que ajudaram a construir e manter esta região com destaque na economia.

Para que estes Caminhos fossem organizados, as instituições conveniadas realizaram um inventário da região com visitas técnicas em todas as cidades que compõem o Conselho. Também realizaram palestras sobre cooperativismo; roteiros integrados; atendimento turístico; desenvolvimento comunitário; e sobre a formação da imagem de destinos turísticos.

Além das palestras foram desenvolvidos, no ano de 2002, cursos de capacitação na gastronomia alemã e italiana e curso de operação de ecoturismo. Esta ação educadora foi direcionada à população, isto é, mais especificamente aos moradores da região interessados no ramo turístico.

O Sebrae, nesta perspectiva, vem auxiliando estes empreendedores do turismo com consultoria, investimentos e melhorias, sendo criados, através do

Programa Empreender⁴², núcleos de turismo no qual participam empresários do segmento juntamente com as secretarias de turismo das cidades lindeiras. Estes núcleos visam desenvolver a cidade de forma conjunta, “respeitando a regionalidade e vendendo não apenas a cidade, mas toda a região”, esclarece relatório do CDMLLI. Nestes núcleos, os empresários da região assistem a palestras, bem como participam do serviço de visita técnica de avaliação dos atrativos e equipamentos turísticos, e também reuniões para delinear e nortear as ações para um desenvolvimento conjunto.

Quanto ao *marketing* do turismo na Região Costa Oeste, em 2003 foram coletadas imagens fotográficas da região e seus atrativos turísticos, as quais deram origem aos guias, *folders* e fitas promocionais. Em janeiro de 2004 foram realizadas diversas viagens de Familiarização de Agentes de Viagem (Famtur) com agências de viagens, imprensa e outros segmentos representativos no processo de divulgação e promoção turística.

O Famtur realizado entre 3 e 4 de abril de 2004 teve a participação de 20 agentes de viagem com destino à região Costa da Oeste. Segundo o relatório do Conselho(Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, 2005):

O Famtur foi de suma importância, pois despertou nos agentes de viagem a comercialização da região. Em todos os lugares visitados os mesmos adquiriram materiais e já fizeram seus primeiros contatos para futuras comercializações. Todos demonstraram gostar muito e dentro do ônibus já

⁴² Projeto Empreender-Sebrae, através da Associação Comercial e Industrial de cada cidade, criam-se Grupos Setoriais, com empresas do mesmo ramo. Nestes grupos são discutidos os principais problemas em comum entre as empresas da mesma área de atuação, assim como as soluções que devem ser tomadas. Com o apoio mútuo da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) e do SEBRAE, criam-se propostas de soluções para os problemas e para o crescimento das empresas. Esta iniciativa impede o isolamento das empresas e favorece a troca de experiências entre o grupo e o desenvolvimento organizacional das Associações Comerciais e Industriais.

faziam planos de pacotes para seus clientes, bem como trocaram experiências, como seu Willand, que já traz turistas alemães todos os anos para Santa Helena, e, como algumas agências que afirmam, que seu principal produto é a Região lindeira ao Lago de Itaipu, como a Amabiletur de Cascavel.

O que se percebe é que a Famtur serviu para que as agências de viagem construíssem uma imagem que pode ser vendida a seus clientes. Deste modo, a Costa Oeste torna-se um produto na mão das agências de viagens, e, por assim dizer, acaba por prevalecer sobre esta ótica a questão econômica em usufruto dos atrativos da região, sejam estes naturais ou artificiais. Outra viagem foi realizada entre 15 e 16 de maio de 2004, com as agências de Foz do Iguaçu e Argentina, tendo o mesmo objetivo da viagem anterior.

Outros roteiros estão sendo propostos, como: Missões Jesuíticas (Brasil e Paraguai), Circuito Religioso, Roteiro de Pesca da Corvina e Circuito Gastronômico do Oeste, segundo a Coordenadora de Planejamento da Paraná Turismo, Deise Bezerra (Oficina Roteiros do Brasil, Setu, 2005).

Sendo o turismo uma opção para a geração de empregos, pois se vislumbra esta perspectiva de empregador de mão-de-obra, sua implementação pode ser uma interessante alternativa à crise da oferta de trabalho. Se considerarmos ainda a realidade da Costa Oeste que possui localização estratégica, além de se consolidar no interior do Estado do Paraná com Foz do Iguaçu, uma das cidades mais visitadas por turistas,⁴³ a opção em percorrer os outros municípios que a integram pelo turismo implica a possibilidade de desenvolvimento.

Cabe ao poder público, como grande interessado no desenvolvimento econômico e social da localidade, tomar medidas das quais algumas poderão ser

⁴³ Os dados estatísticos utilizados foram: Indicadores de Turismo, dos visitantes dos principais atrativos no Paraná-Paraná Turismo: Estatísticas do turismo-2003-Setu, Curitiba, PR 03/2003.

aqui propostas. Além do mais, a atuação do poder público viria como uma forma de garantir que o processo ocorra de maneira a trazer o máximo possível de benefícios para a economia local e se dê de uma forma organizada com o mínimo de impactos negativos para a comunidade local, pois seria o poder público, de acordo com Cruz (2002, p. 22) o “legítimo representante dos interesses da coletividade”.

É importante salientar que o estudo das políticas públicas relacionadas ao PDM dos municípios da Costa Oeste ocorrerá em outra ocasião pertinente, quando da efetivação dos mesmos, que só poderá ser analisada após a sua elaboração, conforme exposto, para o ano de 2006, quando poderá então emergir uma discussão mais concreta. Portanto, para dimensionar o planejamento em nível turístico regional, integrado na Costa Oeste, analisa-se o município de Itaipulândia, seus programas e projetos turísticos, de escala local e regional.

3 CAPÍTULO A CIDADE E A REGIÃO: ITAIPULÂNDIA NA COSTA OESTE DO PARANÁ

Algumas discussões sobre o planejamento turístico regional na Costa Oeste do Paraná já foram feitas ao longo do texto anterior, porém neste capítulo examina-se as ações de programas e projetos turísticos do município de Itaipulândia, como está sendo produzido o território turístico e se as iniciativas oriundas delas estão voltadas para o Planejamento Turístico Regional.

3.1 ITAIPULÂNDIA E SUA HISTÓRIA

Itaipulândia emancipada em 1992, e como produto mais explorado por volta de 1905 foi à madeira, isso acontecia clandestinamente. A madeira descia pelo Rio Paraná em jangadas até as cidades da Argentina (*Posadas* e *Corrientes*) onde eram serradas e exportadas para os Estados Unidos e Europa. Após esse período de exploração, por volta de 1960, iniciou-se o processo de colonização e povoamento. A Vila Itacorá - distrito de São Miguel do Iguaçu, que, junto com as vilas de Aparecidinha D'Oeste e São José do Itavó, vieram a denominar-se, em 1993, Itaipulândia - atraiu inúmeros colonos e prosperou rapidamente, sendo levada à categoria de distrito administrativo de São Miguel do Iguaçu através da Lei Estadual nº 5340, de 24 de maio de 1966. Localizada às margens do Rio Paraná, na rodovia Guaíra-Foz do Iguaçu, distante 169 Km de Guaíra e 60 Km de Foz do Iguaçu. Conhecida como "Caminho das Quedas", pois ligava as Cataratas, em Foz do Iguaçu, a Sete Quedas, em Guaíra, distante 169km desta e 60km de Foz do Iguaçu.

Havia no distrito de Itacorá um comércio forte e diversificado, atendendo às necessidades de seus habitantes, com serviços de saúde, farmácia e hospital,

escolas públicas e privadas, postos de combustíveis, rede de energia elétrica, agência bancária, polícia militar, correio, cartório, escritório de contabilidade, hotéis, cinema e transporte coletivo ligando o distrito à sede do município e às cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra.

O depoimento do historiador e coordenador do “Projeto Memória” de Itaipulândia, Rodison José Scarpato, foi muito importante para compreender um pouco do que significou este distrito nesse período para os seus residentes:

Itaipulândia no passado é conhecida por nós residentes como: “lá tinha” (lá tinha banco, lá tinha correio, lá tinha escolas, lá tinha comércio...) e, atualmente é conhecida como: “lá tão” (lá tão construindo Parque Termal, lá tão construindo Hotel, lá tão construindo monumento...) (SCARPATO, 2005)

Nesse discurso pode-se observar que, no momento, o município vive um processo de profunda transformação socioespacial, que implica uma descaracterização do lugar, trazendo mudanças significativas na estrutura socioambiental e econômica, vista a inserção arquitetônica que antes não integrava a paisagem do município. Isto reflete as marcas de um lugar que sofreu profundas mudanças e que, em última análise identifica um parecer crítico sobre a transformação que vem sofrendo este território, com a construção de novos espaços. Isto é percebido no discurso “lá tinha” e atualmente “lá tão”.

As reflexões de Matos (1996, p. 57) sobre os espaços da cidade, nos são reveladoras: “perceber o espaço não como algo ‘congelado’, bloqueado ou como simples palco da história, mas sim como um elemento constitutivo da trama histórica, de seus fluxos e de sua dinâmica em permanente ação, interação, transformação e reconstrução”.

O depoimento de Scarpato (2005) traduz as múltiplas temporalidades e espaços (“lá tinha escola, comércio”, agora em seu lugar “tão construindo”) que

marcam a história da cidade. Caberia ressaltar que tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens.

Conforme Milton Santos, em aula inaugural (do Curso de Geografia da Universidade do Oeste do Paraná – Auditório do *campus* de Marechal Cândido do Rondon – no ano de 1998) (SOUZA, 2000 p.55), o mesmo relatou o seguinte:

Descendo nesta área de avião, fiz essa tarde, minha observação preliminar é de que tudo nesta área mostra já a produção de um outro meio geográfico diferente de períodos anteriores porque a presença da técnica e da ciência, não está apenas na cidade, nesta cidade, está no campo, o campo que nos rodeia, ele é tanto quanto cidade, um produto da ciência e da técnica, dessa agricultura moderna, altamente mecanizada, altamente quimitizada, altamente modificada até pelo chamado de meio técnico científico, que é o meio geográfico da globalização.

Itaipulândia é produto do movimento transformador da ciência e da técnica, que modificam as relações entre campo e a cidade, criando um novo território, que integra o espaço da cidade modificando as paisagens com a finalidade de atingir objetivos específicos que neste caso são voltados a fomentar o turismo como uma atividade lucrativa.

O espaço da cidade não é inerte, ou um simples cenário onde se desenrola a trama cotidiana, pois a maneira como os espaços são nomeados é sempre reveladora. Rolnik (1988, p. 54) em seu estudo sobre o espaço, faz o seguinte comentário “[...] não existe um território sem sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é um território”. E ainda: “Só existe o território na medida em que ele é marca, na medida em que ele é constituído pelo sujeito social”.

A cidade de Itaipulândia se constitui por meio de diferentes experiências, trazendo marcas de outros espaços, outras temporalidades. A maneira como estes espaços são nomeados confirma as questões de que o território não é apenas uma

configuração física espacial, mas, sobretudo, códigos em que valores estão incorporados pelos sujeitos. Segundo Rolnick (1988, p. 61), “ao se falar de território não se está falando apenas de uma configuração física, mas de um código; e estas duas coisas não são duas coisas, mas uma só”.

Em virtude da formação do Lago de Itaipu, a vila Itacorá ficou totalmente submersa pelas águas do Rio Paraná. As famílias que residiam em Itacorá, depois de indenizadas, buscaram outros lugares para se instalarem, algumas continuaram no município, mas a maioria se deslocou para outros Estados⁴⁴ (Ver Figura 3).

FIGURA 3 - FOTO DO TERMINAL TURÍSTICO JACUTINGA – PARTE ALAGADA DA VILA ITACORÁ



FONTE: Cartão Postal – Prefeitura Municipal de Itaipulândia.

Com a extinção de Itacorá, as outras vilas de São José do Itavó e Aparecidinha D'Oeste foram levadas à categoria de distritos administrativos do município de São Miguel do Iguçu no ano de 1980. No entanto, Aparecidinha D'Oeste, por ter uma localização mais favorável e mais próxima de outras cidades, passou a receber boa parte da estrutura pública existente no antigo distrito, o que

⁴⁴ Como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Minas Gerais e inclusive para o Paraguai Casa da Memória – Itacorá (ITAIPULÂNDIA, 2005).

trouxe, por conseqüência, um fortalecimento ao lugar. Entretanto, a distância geográfica de 33 Km entre as duas localidades resultavam num certo isolamento que, aos poucos, foi desvinculando a população do distrito com a sede.

Em 1989 iniciou-se o movimento pró-emancipação do distrito. Que aos poucos foi crescendo. O plebiscito foi realizado em 10 de novembro de 1991, obtendo o resultado de 95% da população favorável à emancipação.

A instalação do município ocorreu em 1º de janeiro de 1993. Desde então já passaram três administrações, estando na quarta gestão, com o prefeito Vendelino Royer (2005-2008). A princípio, a denominação do município seria “Aparecidinha do Oeste”, atribuído ao nome do distrito por haver, nesta localidade, a primeira igreja católica de toda a região, que tinha como padroeira Nossa Senhora Aparecida. Como já existia no país um município com o nome de Aparecidinha do Oeste, foi definido, em reuniões promovidas com representantes públicos e agentes comunitários, o nome de Itaipulândia, pela proximidade do município com o Lago de Itaipu.

O município está envolto pelo Lago de Itaipu, devido ao represamento das águas do Rio Paraná. Cabe mencionar que uma nova configuração espacial surgiu na região após o alagamento de terras férteis, criando uma nova paisagem na região, na qual o Lago é a referência.

Este processo resultou em alterações na paisagem e nas relações sociais, exigindo uma nova forma de organização cotidiana daqueles que permaneceram neste território.

A população do município, segundo dados do IBGE-Censo (2000), é de 6.836 (seis mil oitocentos e trinta e seis) habitantes, concentrando a maior parte em área urbana. Situado no Oeste do Paraná, às margens do Lago de Itaipu, o

município conta com território de 336,17 Km². Está distante 650 km de Curitiba, limitando-se ao norte com o município de Santa Helena, a noroeste com Missal, ao sul com São Miguel do Iguaçu e a Oeste com o Paraguai. A cidade faz parte da Costa Oeste do Paraná e tem como principal fonte de arrecadação os *royalties*.

A paisagem que se observa no município no aspecto urbano central, possui a seguinte estruturada, com: ruas asfaltadas, estacionamento, vias e retornos no centro e ciclovia, além de hospital, e área industrial.

A população tem acesso ao transporte escolar dentro e fora do município, a formação educacional está sendo gestada na cidade, na qual as crianças e jovens tem acesso festivais e mostras de teatro, dança, música, artes plásticas, literária. Tendo como estrutura física os auditórios das escolas para estas e outras atividades, como palestras, fórum, campanhas, festivais.

O setor industrial, dividido em dois distritos: Caramuru I e II. Nestes encontra-se as seguintes indústrias: Massas Vê, Mesasul, Triunfar Sul Plásticos, Itaflex estofados, Indústria de Móveis sob medida; Fibralar, Indústria de Açúcar Mascavo, Indústria de Transformação de Alho, Cooperativa Lar, Indústria de Queijos e logurtes e Leite Longa Vida, Indústria de Embutidos e Defumados, com a previsão da construção de um frigorífico.

Sobre esta estrutura ao analisar as questões que tange o turismo, averiguou-se que o acesso rodoviário e a própria rodoviária é precário. Sendo o atendimento do serviço rodoviário intermunicipal realizado num estabelecimento comercial privado (Bar), no qual a emissão de passagem é realizada pelo garçom deste estabelecimento (Ver Figura 4 e 5), o serviço interestadual é realizado também de forma precária, havendo necessidade de deslocamentos para centros maiores para viajar para outros estados do país.

FIGURA 4 - FOTO DA RODOVIÁRIA DE ITAIPULÂNDIA – VENDA PASSAGEM



FONTE: Ribeiro (2005)

FIGURA 5 - FOTO DA RODOVIÁRIA DE ITAIPULÂNDIA



FONTE: Ribeiro (2005)

Em entrevista, o secretário de Indústria Comércio e Turismo da Prefeitura de

Itaipulândia João Kazmirczak (2005) informa a respeito desta prestação de serviço: “Nossos turistas virão de carro e não de ônibus, por isso estruturamos a cidade para receber famílias, casais e jovens que viajam de carro”.

Verifica-se com esta análise que o espaço de turismo está voltado para uma parcela da população com poder aquisitivo alto. Porém, como uma cidade planejada para o turismo não irá voltar atenção ao serviço de transporte rodoviário? Este serviço envolve em princípio o deslocamento do turista e do morador, para tanto, este fator é revelador de que a população de baixa renda não terá acesso aos equipamentos turísticos arquitetados em Itaipulândia.

Outro ponto a apresentar é a precária condição das estradas de rodagem, isto é, da Rodovia Costa Oeste que dá acesso ao município de Itaipulândia e outros da Costa Oeste do Paraná (ver Foto 6)

FIGURA 6 - RODOVIA COSTA OESTE – ACESSO A ITAIPULÂNDIA



FONTE: Ribeiro (2005)

A “Estrada de rodagem é o caminho de ligação intermunicipal ou inter-regional para servir a todas as categorias de veículos”, diz Andrade (2002, p.137).

Segundo Beni (2003, p.133), “os sistemas viários e de transportes são de

vital importância, mormente quando visam promover a expansão e o desenvolvimento do Turismo”.

Supondo para melhor comodidade do turista, ser esta pavimentada, com devida sinalização, acostamento, entre outros serviços rodoviários. Porém, conforme a imagem e a presença *in loco* indicam, não está havendo a manutenção deste segmento importante para o deslocamento e fluxo turístico.

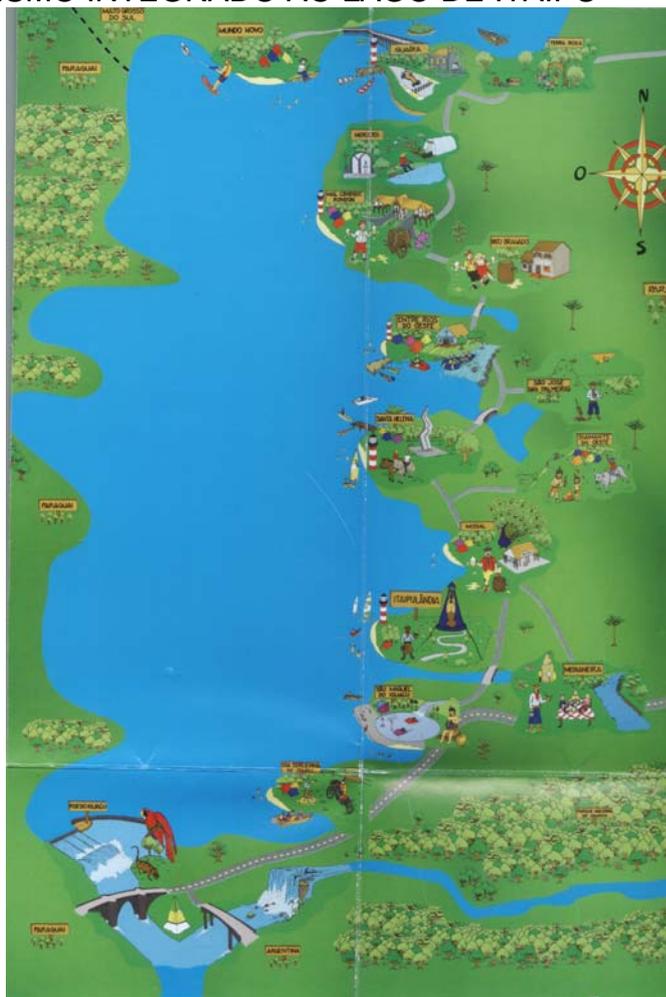
3.2 PROJETOS E PROJEÇÕES DE TURISMO

Itaipulândia faz parte do projeto do Turismo Integrado do Lago de Itaipu, conforme discutido no capítulo dois. Portanto, a administração municipal busca várias formas e instrumentos para desenvolvê-lo. Com projetos e programas no âmbito municipal que se encontram em curso e são discutidos neste capítulo, busca-se compreender o seu ordenamento sobre o território no aspecto turístico, e se está atendendo às aspirações dos habitantes da cidade.

A iniciativa de organizar o turismo não é uma idéia isolada, pois faz parte de um pensamento dos municípios limieiros de aproveitar os recursos dos *royalties*⁴⁵, criando equipamentos turísticos para atrair uma demanda. Para tanto foi criado o “Turismo Integrado ao Lago de Itaipu” (ver Figura 7).

⁴⁵ Itaipulândia é o terceiro município que mais recebe *royalties*.

FIGURA 7 - TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU



FONTE: Guia Turístico 2003.

Os *royalties*, depois de repassados para as prefeituras, podem ser aplicados em qualquer setor, com exceção do de funcionários. O investimento deve proporcionar o crescimento econômico com qualidade de vida para os moradores. Porém, cabe, mais uma vez, lembrar que os recursos dos *royalties* terminam em 2023. Assim, o planejamento da aplicabilidade deste recurso é emergente, implicando essa prática na sustentabilidade econômica do município após o término desta receita. O planejamento então estaria voltado à infra-estrutura projetada e financiada principalmente pelos recursos dos *royalties* a que o município tem direito.

[...] o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. [...] desde que o Estado

foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia *como capital*, tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo. *Isto, e somente isto*, é o que o planejamento pode fazer num sistema capitalista (OLIVEIRA, 1993, p.24).

Vê-se então a importância de refletir sobre o planejamento para que toda a infra-estrutura montada com recursos públicos não venha a ficar abandonada – assim como aconteceu com as bases náuticas – pois o município poderá não ter condições de mantê-las.

O planejamento do turismo é uma alternativa para as atividades dos municípios da Costa Oeste, uma vez que esta foi a opção escolhida pelos gestores como fonte de desenvolvimento econômico, pautando-se nos planos de governo, como: PNT, Prodetur-Sul e PDU. O planejamento, na teoria do capital, prima pelo crescimento econômico, entretanto, deve ser pensado como instrumento que permite averiguar, através de estudos científicos, os impactos negativos que o turismo possa causar a uma determinada comunidade, assim podendo restringir ou não esta atividade. Deste modo, o planejamento, passa a ser, quando utilizado na prática e no estrito sentido já discutido em capítulos anteriores, ferramenta crítica importante para o desenvolvimento social.

Todavia, os impactos causados pelo desenvolvimento das atividades turísticas na região da Costa Oeste do Paraná, tanto de ordem positiva quanto negativa, ainda não são suficientemente conhecidos em suas relações com o conjunto das atividades sociais e econômicas presentes na sociedade de modo geral.

Para tanto, buscou-se tomar conhecimento se o gestor público de Itaipulândia realizou ou está realizando um planejamento, sobre como se desenvolverá o município. No que tange aos investimentos feitos pela prefeitura de

Itaipulândia, o depoimento do secretário de Indústria, Comércio e Turismo, João Kazmirczak, relata a iniciativa de organizar o turismo em Itaipulândia. Segundo seu depoimento a primeira opção encontrada pelos administradores na gestão anterior em meados do ano de 2002, foi desenvolver as indústrias, mas acabaram optando pelo turismo, com a construção do Parque Aquático Termal.

Haja visto que é um pensamento dos municípios lindeiros hoje aproveitar os recursos dos *royalties*, então a princípio Itaipulândia começou a desenvolver as indústrias e lá na frente foi visto que muitas indústrias começavam e depois fechavam, 50% dava certo e 50% não dava certo. E daí com o evento da praia da linha Jacutinga, balneário, nós vimos que o turista começou a procurar o município, e aí começou a pensar a desenvolver paralelo a indústria, o comércio também desenvolver o turismo. [...] as autoridades, os vereadores e o prefeito viajando começou a se observar o que funcionava em termos de turismo e o que criar para atrair o turista, e aí viajando para muitos lugares começou a se observar que aqui teria recursos e teria um grande potencial para ser diferente dos outros municípios lindeiros para ter um atrativo diferente que o turismo tem que trabalhar integrado. A Costa Oeste tem que estar integrada a todos os municípios, tem que trabalhar em conjunto mais cada um com um potencial turístico, e aí verificou-se que havia possibilidade de se montar um parque termal aquático (KAZMIRCZAK, 2005).

Este depoimento vem ao encontro da tendência política atual de ver no turismo uma das atividades econômicas geradora de renda, e extensora do mercado de trabalho, conforme registrado no Plano de Regionalização do Turismo (PRT), que vê o Turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país. Segundo Beni (2003), como fonte geradora de renda, o turismo deixou de ser considerado uma atividade secundária para ser comparado à indústria:

No turismo, pode-se imaginar, *a priori*, que tanto a área estatal como a empresarial tem como objetivo real o lucro. O Estado espera da atividade turística o superávit no balanço dos pagamentos na conta específica, em razão do ingresso de divisas, e as empresas que atuam no setor igualmente dimensionam a prestação de seus serviços em razão da lucratividade dos investimentos necessários (BENI, 2003, p. 27).

Assim, o turismo substitui as indústrias, de acordo com o depoimento do

secretário: uma vez que estas “começavam e depois fechavam”. No mesmo discurso apresentado pelo secretário, verifica-se, que o turismo do município está integrado à Costa Oeste.

Esta integração que relata Kazmirczak (2005), refere à intenção de compartilhar a demanda turística de Foz do Iguaçu. Porém, aprofundando a análise, vê-se que não há integração, pois a estrutura turística construída no município visa somar receitas apenas para Itaipulândia e não tem intenção de compartilhar a demanda com outros municípios.

O que os administradores dizem ter percebido é que a água era um grande atrativo turístico, atraindo visitantes no período de férias. É com base nesse discurso que os gestores públicos arquitetaram o Parque Termal Aquático e ainda neste ano de 2005, a prefeitura vai realizar uma reformulação completa do Terminal Turístico da Linha Jacutinga, na orla do Lago de Itaipu. A verba foi aprovada pelo Prodetur-Sul⁴⁶, sendo esta de setenta e cinco mil reais, para ser usada no terminal. Segundo Vendelino Royer, prefeito de Itaipulândia (gestão 2005-2008), os trabalhos desse empreendimento terão início no mês julho e deverão ficar concluídos até o início da temporada em novembro de 2005.

O depoimento de Kazmirczak (2005), enfatiza que o município terá um diferencial que ainda não existe em nenhum outro município vizinho, com uma estrutura completa sendo construída, isto é, no Parque haverá a oferta de hospedagem, alimentação e lazer/entretenimento.

Segundo entrevista do prefeito de Itaipulândia ao Jornal Hoje (2005), a cidade recebe entre 60 e 80 mil turistas na temporada de verão, que vai de

⁴⁶ Segundo o secretário da Indústria Comércio e Turismo de Itaipulândia, João Kazmirczak, em entrevista dia 12.07.2005, comenta ainda que estão em elaboração outros projetos a serem encaminhados para alguns deputados.

novembro a março, diz Royer. Isto se deve ao Terminal Turístico da Linha Jacutinga, a 92 quilômetros de Foz do Iguaçu, e que está em funcionamento desde 1997. O local, com cerca de 700 metros de praia e está a 4,8 quilômetros do núcleo urbano e recebe, todos os anos, a festa do Dourado Assado no Carrossel, a mais tradicional do município.

Segundo o relato de Kazmirczak (2005), o prefeito, juntamente com os secretários, depois de várias viagens observando outros pontos turísticos, decidiu pela construção de um Parque Termal Aquático. Diz ainda Kazmirczak (2005) que, “para implantar o projeto, foi realizado estudos e pesquisas, um levantamento por categoria, grau financeiro das famílias e das pessoas”, isto é, do turista. “A intenção era criar um espaço com atrativo diferente dos outros municípios limieiros, apesar de ser necessário a integração do projeto com a Costa Oeste”. É pertinente acompanhar o relato a seguir:

Dentro de um raio de mil km de que tipo de turista nós íamos atrair e quais os municípios e quais os países nós íamos atingir e verificamos que nós temos o Brasil, a Argentina e o Paraguai, e a realidade se confirma porque, houve até uma divulgação de que o parque estaria pronto no final do ano que passou e, para nossa surpresa, em dezembro apareceu inúmeros turistas argentinos que viram pela televisão que o parque estaria pronto, só que ele não estava pronto. Então se confirmou e também vieram paraguaios de Assunção visitar e queriam ficar no nosso parque e não estava pronto (KAZMIRCZAK, 2005).

A decisão de construir o Parque Aquático partiu exclusivamente dos administradores, prefeitos, secretários e vereadores do município. A população não teve participação nesta decisão, não houve consulta local.

Para que um projeto seja desenvolvido com sucesso é importante que a população participe também das decisões, como salienta o PRT, falando que o impulso turístico deve pautar-se na construção coletiva para a promoção do bem-estar da comunidade local. O setor do turismo deve ser sensível às necessidades da

comunidade local e precisa a longo prazo, ser aceito por ela se quiser manter uma sustentabilidade econômica por um longo período de tempo.

Para a construção do parque, o recurso aplicado é 100% advindo do cofre público. De acordo com o relato do secretário Kazmirczak (2005), inicialmente a administração do parque será executada pela prefeitura e, depois de entrar em funcionamento, o município irá estudar a possibilidade de terceirizar com a iniciativa privada.

Porém, o secretário não informa com precisão como será realizado este estudo. Veja a fala a seguir: “Nos primeiros dois anos é pensamento ser administrado pelo município para ver o que funciona e quais os custos e lucros, aí futuramente o município pretende terceirizar com a iniciativa privada”, diz Kazmirczak (2005).

Para Kazmirczak (2005), o Parque Aquático é considerado um projeto arrojado, que “terá um dos maiores investimentos no setor turístico da região Costa Oeste”, pois está previsto para ser o maior Parque Aquático Termal do Sul do Brasil, com mais de 15 atrações, com capacidade para atender cerca de três mil pessoas de uma só vez (KAZMIRCZAK, 2005).

Apesar de o investimento ser oriundo de recurso público, a população local não vai usufruir do parque. Observa-se o depoimento:

O parque termal de Itaipulândia não foi projetado para o munícipe nem é pensamento para o município e sim para o turista de um bom poder aquisitivo. [...] o munícipe vai poder usar o parque de qualquer forma, mas pagando as custas normais como qualquer turista (KAZMIRCZAK, 2005).

Percebe-se, a partir do depoimento do secretário, que a construção do Parque Aquático está baseada em dados da EMBRATUR referente a pesquisas de fluxos de turistas nacionais e internacionais no Brasil, não houve pesquisa científica

na região que pudesse comprovar a demanda turística pós-término, nem interesse em compartilhar esta estrutura com a comunidade, a não ser usufruir desta como mão-de-obra para manter a estrutura turística. Diz Oliveira (1993, p. 25), “[...] não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento”.

Segundo o discurso do secretário, devido a uma falha de comunicação da rede televisiva, a qual informava que no final de 2004 o Parque Aquático já estaria pronto, os gestores dizem ter observado um fluxo de turistas que queriam usufruir o parque, porém este não estava pronto na referida data. É por meio deste ocorrido que os governantes locais acreditam haver demanda após a construção; e também em relação à demanda turística de Foz do Iguaçu.

Sem dúvida a mídia fortalece e motiva o turista na busca de produtos diferentes. Entretanto, esta demanda não é certa. Apenas de concreto há o fato de a obra já estar em andamento e estar exigindo um montante financeiro cada vez maior. Segundo o material de divulgação da Prefeitura de Itaipulândia, é o maior Parque de Água Termal do Sul do País, possui 70 mil metros quadrados – o que inclui vários equipamentos, como um hotel de 100 apartamentos, um *spa* termal de dois mil metros quadrados e uma gigantesca piscina com ondas.

Na atualidade há a necessidade de segmentar o mercado turístico, determinar o público alvo e assim maximizar os esforços de marketing, “quanto mais as características do mercado desejado são conhecidas, maior a eficiência das técnicas aplicadas, dentre elas: a promoção, publicidade, relações públicas e muitas outras”, (LAGE, 2000). Mas, para que isto aconteça, é necessário que a sociedade organizada faça um estudo da demanda e da oferta em que serão definidas as

partes a serem segmentadas, pois não se pode atrair todos os consumidores ao mesmo tempo.

O prefeito Vendelino Royer informa que 83% das obras já estão concluídas e que os investimentos no parque, custeados com recursos próprios do município, são até o momento de R\$ 12,9 milhões. A expectativa de Royer (2005), assim que ocorrer a conclusão do parque, somados a outros atrativos da cidade (terminal turístico, monumento da Nossa Senhora de Aparecida e base náutica), e a de receber 300 mil visitantes/ano, mais do que o triplo dos atuais veranistas que visitam a cidade⁴⁷. O parque, que captou as águas do Aquífero Guarani⁴⁸, terá, entre outras atrações, já construídas, uma piscina com oito tipos de ondas com 2,2 mil metros quadrados, uma piscina termal coberta – a temperatura entre 40° C e 50° C – e outras duas piscinas descobertas.

3.3 O TERRITÓRIO CONSTRUÍDO NA CIDADE DE ITAIPULÂNDIA

Território é um espaço construído por um ator individual ou coletivo em função de certos objetivos e a partir de uma representação do espaço terrestre, diz Vidal (1997). Este pedaço de território, no caso de Itaipulândia na Costa Oeste, emerge a partir do resultado de um projeto dominante e majoritário com interesses e objetivos bem definidos, não pela coletividade com vistas à cooperação e bem-estar social, mas com vistas à rentabilidade econômica. Constitui fundamentalmente o

⁴⁷ Os municípios da Costa Oeste já possuem uma demanda turística significativa. Na temporada de verão 97/98, os municípios de Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguazu receberam um fluxo total de mais de 270 mil visitantes. Setu-2001 Diretrizes para o Turismo, áreas prioritárias para o turismo em áreas naturais no Estado do Paraná, sob a ótica da sustentabilidade.

⁴⁸ Principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e um dos maiores sistemas aquíferos do mundo, ocupando uma área total de 1,2 milhões de Km² na Bacia do Paraná e parte da Bacia do Chaco-Paraná.

poder, assim o ordenamento deste espaço abarca o interesse e benefício econômico, no qual o Estado transforma e apropria-se deste espaço.

Em depoimento, uma moradora⁴⁹ de Itaipulândia fala, sobre a construção das obras do município para finalidade turística: “Aqui só conhecemos agricultura, você já viu alguém que só mexe em terra trabalhar com turismo”, e ainda faz um comentário: “O turismo aqui em Itaipulândia é ficção” (SCHERDIEN, 2005).

O depoimento da moradora, conforme foi analisado, reflete oposição entre atividade ligada ao campo que é a agricultura e o turismo como uma atividade mais voltada para a cidade. As transformações de uma realidade agrícola para uma atividade que tem no turismo seu principal fator de desenvolvimento são equiparadas a uma ficção para a moradora. É assim que o turismo é recebido, como não fazendo parte de seu cotidiano. O sentido é de estranhamento, que não pertence ao espaço vivido.

A resistência por parte da população em aceitar esta atividade está presente na afirmação: “Você já viu alguém que mexe em terra trabalhar com turismo?” (SCHERDIEN, 2005). Este depoimento é revelador das tensões que emergem entre os planejadores do espaço e a população.

Esta forma de perceber o campo e a cidade como realidade oposta já foi objeto de alguns estudos:

[...] essa separação, bastante antiga, acentua-se com o desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da urbanização, alimentando perspectivas que consideram o campo e a cidade em termos opostos, em torno das quais imagens e atitudes foram se cristalizando e se generalizando historicamente” (KHOURY, 1999, p. 9).

⁴⁹ Sra. Maria Aparecida Scherdien em 12/07/2005, no morro da Plaquinha/Itaipulândia.

O uso e a significação dos espaços e a forma como se constituem e são elaborados aparecem no depoimento de uma maneira contraditória à relação do espaço vivido (agricultura). Não tem a ver com o espaço construído (turismo) pelos administradores, afinal, tudo está sendo construído para o turista que dispõe de poder aquisitivo para usufruir de outros equipamentos turísticos, excluindo, desta forma, o morador, e estabelecendo uma relação de estranhamento da população com este espaço.

Esta transformação e apropriação do espaço por interesses traduz um sistema de relações numa organização em que o coletivo não tem escolha. Mesmo assim, este espaço construído em território desenvolve diferentes atividades que formam uma estrutura para morar. Esta estrutura rompe com a condição de vida atual e submete o morador à condição do sistema, fazendo com que este tenha que se adaptar conforme a sua necessidade de subsistência.

Deste modo, não constitui um projeto social, não existem objetivos que dizem respeito ao conjunto da sociedade, as políticas adotadas nesta organização não são fruto das aspirações da sociedade. Assim, por meio deste ordenamento em Itaipulândia é que emerge o desenvolvimento turístico. Conforme Petrocchi (2002, p. 61):

O turismo depende da população, em todos os aspectos, para a imprescindível hospitalidade e os investimentos necessários. [...] os empresários do turismo devem se engajar nas discussões políticas do seu município, e os estudantes e sindicatos devem ser esclarecidos sobre o turismo e o mercado de trabalho.

Nesse contexto, a comunidade ganhará espaço apenas no que diz respeito a atender os desejos do turista, isto é, servindo pelo seu ofício, quando qualificado, à estrutura privada, e esta, por sua vez, é que receberá os méritos da inserção desta

atividade, junto com a estrutura pública, que ficará com a arrecadação dos impostos. Isto demonstra, a opressão à comunidade, indo na realidade ao inverso daquilo que está escrito nos planos (PNT, PRT, PDM, PDU, Prodetur-Sul).

3.4 A PROJEÇÃO DO TURISMO RELIGIOSO EM ITAIPULÂNDIA

A ênfase no turismo religioso foi outra estratégia adotada pelo município. A fé religiosa faz parte da memória da cidade de Itaipulândia, dada a forte influência sociopolítico que a religiosidade exerceu sobre o processo de colonização do Brasil e da Região Costa Oeste do Paraná. A população que seria expropriada foi se organizando com o apoio das igrejas. Em defesa de suas propriedades, levantaram como bandeira de luta a questão do preço justo que deveria ser pago pelas suas propriedades. O preço que Itaipu inicialmente queria pagar, segundo documentos do Instituto de Terras e Cartografia (ITC) era muito baixo. Deste embate entre colonos x Itaipu, surgiu na região um movimento político importante, “Movimento Justiça e Terra”, organizado para questionar o valor pago pela terra. Foi deste movimento, em reunião realizada em Medianeira, que surgiu à idéia da criação do Movimento do Agricultor sem Terra no Oeste (Mastro). O movimento é organizado por trabalhadores sem-terra para reivindicarem o direito ao acesso à terra na região. Sob o lema “Unidos Queremos Terra!”, vão receber o apoio de sindicatos e das igrejas comprometidas, como já foi mencionado, com a luta do homem pela terra. O Mastro dará origem, na região ao Movimento Sem-Terra (MST) (SOUZA, et al., 2000).

Referenciar um símbolo religioso é buscar reviver a lembrança do lugar. O turismo, nesse sentido, possibilita a reflexão, seja da história religiosa do município, seja do subjetivismo religioso, daquele que vêm até os eventos ou espaços

religiosos.

De acordo com Alves (1978, p. 29), “a religião ora legitima os poderes constituídos e lhe oferece uma cobertura sacral, ora se manifesta como a voz dos pobres”. É por meio da religiosidade que o homem encontrou meios de entender-se, isto é, de explicar a si e ao seu meio. Deste modo, por mais que se convencionou identificar algumas ordens religiosas com objetos simbólicos diversos, a fé ou a religiosidade é subjetiva, mesmo que pautada em princípios místicos. É deste misticismo e dos objetos simbólicos que os administradores de Itaipulândia fazem uso para projetar o turismo, visando atrair demanda turística.

Imaginamos um turista que procura visitar o monumento de Nossa Senhora da Aparecida em Itaipulândia. Quais são os motivos que o levam até o monumento? Entende-se que a resposta a esta incógnita carece de outra pesquisa, mas compreende-se que tudo, em nossa sociedade, e não menos a religiosidade, tornou-se vendável e, portanto, o meio de exploração ao turismo da fé pode representar uma saída importante para fomentar o turismo no município.

Analisando o turismo segundo o critério da motivação, aparece uma quase infinita variedade de possibilidades, que podem ser agrupadas em duas grandes divisões, o turismo motivado pela busca de atrativos naturais e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais (BARRETO, 2000, p. 19).

O Turismo Religioso⁵⁰ está entre aqueles que enfatizam um tempo voltado para a meditação, embora arraigada no mais íntimo do ser humano. A religião, considerada como fenômeno espiritual de profundas relações entre as criaturas e o criador, não estagna no terreno místico, pois na sociedade atual torna-se produto

⁵⁰ Denomina-se turismo religioso, o conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões. (ANDRADE, 2002, p. 77)

que incita o desejo e o consumo⁵¹. Por isso cria numerosos tipos de relações externas, que superam os cultos e os templos e extrapolam para outros campos, até mesmo para o campo do turismo.

O município de Santa Helena, construiu uma imagem de 12 metros de altura do Cristo Redentor, localizado no ponto mais alto do município, chamado de “Morro das Antenas”, aproximadamente a um quilômetro da sede, a imagem é feita de bronze com uma base de 10 metros chegando no total de 22 metros e quase dez toneladas, assim outros municípios buscam inserirem-se no turismo religioso.

Considerando a fé dos religiosos Rosendhal (In SOUZA, 2002 p. 210) observa que “a percepção do romeiro que visita o lugar sagrado representa uma necessidade do exercício da religião, que somente ali pode concentrar sua atenção, e exprimir, sob formas simbólicas, seu relacionamento pessoal com Deus”, possibilitando assim a concretização de que os monumentos construídos nos municípios para fins do turismo religioso atraíam uma legião de fiéis para a Costa Oeste, ainda para Rosendhal (In SOUZA, 2002, p. 211), “o sagrado deixa um registro permanente na paisagem. São reconhecíveis diferentes formas mágico-religiosas no espaço. As formas sagradas na paisagem cristã são as igrejas”.

O monumento erigido à Nossa Senhora Aparecida é o marco religioso da cidade, expresso em imagem com 26 m de altura. Discute-se, na região, ser a maior do Brasil e provavelmente da América Latina, localizada no Morro da Plaquinha (ver Figura 8).

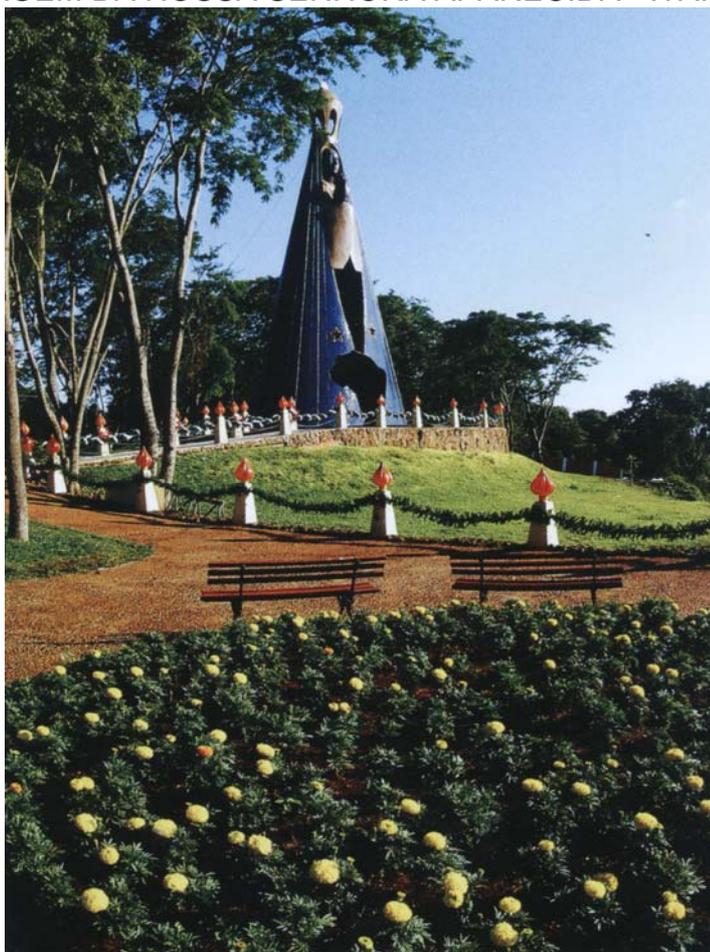
Referindo-se à construção do monumento a Nossa senhora Aparecida:

⁵¹ Pode-se apontar: Meca, Jerusalém, Belém, Roma, Lourdes, Fátima, Aparecida do Norte, Juazeiro, Pirapora de Bom Jesus e muitos outros lugares, marcados por devoções oficiais ou populares (ANDRADE, 2002, p. 79)

A imagem de cunho histórico e administrativo, sem dúvida nenhuma, além do cunho religioso, era no sentido de homenagear a padroeira. Já a pretensão do poder público era de entrar no ciclo do turismo religioso, visto que o município vem direcionando grande parte de seu orçamento para a sustentabilidade turística do lugar.

Sobre da necessidade de erguer tal imagem em proporções gigantescas; com certeza não seria necessário tal obra ou proeza, pois não havia necessidade nenhuma disso acontecer por parte da população local; não existiam cobranças dos munícipes para o fato (SCARPATO, 2005).

FIGURA 8 - IMAGEM DA NOSSA SENHORA APARECIDA - ITAIPULÂNDIA



FONTE: Itaipulândia (2004).

Conforme publicado na Revista *Época* (NUNES, 2005), a estátua custou para o cofre público o valor de R\$ 170 mil. Porém, não se pode explicar qual seria o retorno econômico, ou até mesmo o reconhecimento religioso por parte do Clero da Igreja Católica e dos romeiros⁵², mas fica clara a intenção, por parte dos

⁵² Foi autorizado pelo bispo Dom Olívio que os cristãos pudessem pagar suas promessas no referido monumento, que vem sendo visitado por muitas romarias. São pessoas que vêm pela devoção, ou simplesmente para apreciar a beleza do local (ITAIPULÂNDIA, 2004).

idealizadores (administração municipal) do projeto, que o monumento venha a contribuir para o desenvolvimento do turismo religioso e cultural. Mas, há pretensão de melhorias. Vejamos o depoimento de Kazmirczak (2005): “Nós temos um projeto de ampliação do estacionamento, teleférico e lojas para vendas de *souvenirs* religiosos, para então fazer parte de um roteiro religioso. Estão previstas estas obras para o ano de 2006”.

Isto mostra que o turismo em Itaipulândia não é mais um ideal. O território está em parte sendo modificado para recepcionar uma demanda turística. Hoje, o que existe é uma pequena população que visita o monumento, mas, ao refletir sobre o discurso dos administradores e ao realizar visita *in loco*, percebe-se que eles estão investindo maciçamente nesta atividade. Porém, as pesquisas quanto à previsão de demanda não foram fornecidas pela prefeitura para uma análise mais aprofundada; instrumento este que permitiria, junto a outros – como o PDM e os projetos das obras turísticas – analisar o Planejamento Turístico Integrado de Itaipulândia.

Todas as sociedades humanas, de algum modo, modificaram o espaço terrestre em função de uma forma de organização é o que chamamos de territorialização. Esta territorialização exige uma adaptação e apropriação permanente do território paralelas às mudanças na dinâmica da organização da sociedade, é o que chamamos de produção territorial, ou seja, um processo de transformação permanente pela apropriação do espaço terrestre (VIDAL, 1997, p. 188).

Neste contexto, a territorialização, tendo como base objetivos coletivos, supõe a existência de projeto social que dê um sentido à organização do território. Na ausência deste projeto social e supondo-se a existência de objetivos individuais, esta organização territorial não tem razão social de ser. Apenas na medida em que existem objetivos que dizem respeito ao conjunto da sociedade será possível elaborar uma política de organização do território.

É instigante verificar como o otimismo destes administradores sobre o turismo é sólido, mesmo não havendo atualmente um fluxo considerado de turistas que possa, desde já, vir a dar um retorno financeiro daquilo que foi investido, cabendo mencionar, novamente, que os recursos são oriundos da prefeitura. Na gestão do prefeito Miguel Bayerle (1997/2004), este realizou várias obras urbanas, entre elas construção da Prefeitura Municipal, aquisição de área para implantação do parque Aquático Termal, execução de calçadas no perímetro urbano, e ciclovias, ajardinamento de praças, iluminação pública, quiosques na Praça Isidoro Royer, entre outros.

A aplicabilidade dos *royalties* na região tem sido direcionada para o fomento da atividade turística. Os trabalhos que estão sendo executados visam o desenvolvimento sustentável da cidade. A partir da fala do Secretário da Indústria Comércio e Turismo, “há uma preocupação muito grande quanto ao fim dos *royalties* e, por isso, o município tem a meta de que em 10 anos terá uma receita além do que recebem com o pagamento dos *royalties* para conseguir ao menos manter os programas e os projetos atuais” (BAYERLE, 2004).

Sugestiona o discurso que vê no turismo uma opção econômica importante, os administradores de Itaipulândia procuram adequar-se criando infra-estrutura, e implantando equipamentos para o lazer, como parques e locais de culto religioso. E, deste modo, vão promover “um processo de urbanização turística do lugar”, segundo Souza (2000, p. 240).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter exploratório do presente estudo não permite formular conclusões e sim novos questionamentos. Têm-se elementos que são possíveis de constatar como é o caso da necessidade de formulação de políticas e metodologias de planejamento do turismo em virtude da sua expressiva e crescente participação no cenário mundial.

O objetivo do presente estudo é analisar o planejamento turístico regional, levando-se em consideração os programas, planos e projetos gestados por políticas públicas nos níveis federal, estadual, regional e municipal. Todavia, o resultado em apontar que a região Costa Oeste está integrada, torna-se mais complexa, cabendo um estudo maior, porém buscou-se através de uma análise de Itaipulândia, confrontar o planejamento turístico do município com a região buscando responder a esta integração.

De que forma as ações de programas e projetos turísticos do município de Itaipulândia se integra à região? Como está sendo produzido o território turístico? As iniciativas para implantação do turismo estão voltadas ao Planejamento Turístico Regional?

Quanto à organização do território, não se verificou a existência de projetos sociais, mas a existência de objetivos individuais, na qual a organização territorial não tem razão social de ser, e sim pauta-se na política econômica. Esta afirmativa é embasada na análise das entrevistas realizadas com os gestores municipais, como também na análise dos planos e programas que visam promover a atividade turística na região. Nestes documentos está redigido a intenção de uma ação na qual a comunidade participa ativamente da organização do território, entretanto, na prática tudo o que salienta os governantes em estruturado discurso, bem como os

documentos públicos a respeito da inserção da atividade turística na região, o anunciado se desfaz perante a realidade.

Então o que se concluir a respeito dos planos e programas do turismo é que o fenômeno Sudene se repete, apenas com uma "capa nova", na qual os termos dos "novos" planos e programas passaram a sugerir uma comunidade ativa no âmbito da transformação do espaço, o que na realidade não acontece, como se observou no estudo de como está se dando à construção do território turístico de Itaipulândia.

Nesse município, cabe aos moradores apenas observar a transformação que vem sofrendo o território. Isto é observado na fala do historiador Scarpato, "lá tinha" "lá tão", ou seja, está havendo mais uma vez a descaracterização do lugar, pois as mudanças são significativas em curto espaço de tempo, o que produz uma oposição entre a atividade ligada ao campo que é a agricultura, e o turismo, como uma atividade mais voltada para o urbano. Refletindo assim, um sentido de estranhamento que não pertence ao espaço vivido pela comunidade prova maior da passividade e não da participação desta.

Nesse sentido a pesquisa realizada permitiu a identificação de alguns elementos que atuam como barreira para a efetivação de propostas de planejamento participativo e descentralizado, pois, o destino do território está centralizado, devido à política vigente, na mão da União. Sendo então os projetos e programas lançados, a partir das perspectivas deste grupo como é o caso da Costa Oeste. Nesta região, bem como em outras no país, há intervenção do estado, e este bloqueia a participação efetiva da sociedade. Este fato se explica pelos programas desenvolvidos na região, como por exemplo, os Jogos Mundiais da Natureza (JMN), e a Construção do Parque Termal em Itaipulândia, ideário deste grupo dominante que "depende" da comunidade apenas como mão-de-obra para manter a estrutura

turística que está sendo construída.

Quanto ao desenvolvimento integrado da região, em 1990 foi fundado o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, sendo o objetivo dessa organização, primar pelo desenvolvimento socioeconômico, urbano e rural de toda a região de forma integrada. Para tanto, se faz necessário à existência do Plano Diretor, documento este que permitiria o planejamento da ordenação da cidade; no que se refere ao turismo, determinaria a coordenação e articulação das ações sobre a paisagem em prol do benefício social. No entanto, sua adoção permite supor uma interferência política para favorecimento de individuais, o que pode vir a ser investigado por outras pesquisas quando esses documentos estiverem elaborados, devido ainda não existir a concretização desses planos, pois apenas um está concluído, os demais se encontram em andamento.

Por último fica à questão dos recursos disponíveis, neste caso os *royalties* para aplicação nos planos e projetos turísticos, existindo uma incerteza quanto ao retorno destes investimentos.

Muito dinheiro está sendo direcionado para a promoção do turismo na região, vindo estes além dos *royalties*, do Prodetur-Sul, dos próprios cofres municipais, e quando concluído os PDM, outros acessos serão disponibilizados pelo governo do Estado. Observa-se que os indicadores do IDH ainda apresentam uma disparidade em relação à qualidade de vida dos moradores desta região, o que exigiria um investimento direcionado a este fim, porém, como enfocado, o dinheiro tem outros propósitos, que não remetem à promoção do bem-estar da comunidade, mas do bem-estar do turista que irá usufruir os atrativos turísticos construídos na região.

Com base nessa análise, percebe-se no momento que não há planejamento

no processo de inserção da atividade turística na região, levando-se em consideração a concepção de planejamento turístico regional defendido neste estudo, na qual se entende por atividade sistêmica contígua fomentada pelas unidades administrativas do Estado, na esfera federal, estadual, regional e municipal, envolvendo a sociedade, em prol do desenvolvimento da atividade turística, que implica em ação de cunho socioeconômica. Contemplando as necessidades e aspirações presentes da coletividade no processo de desenvolvimento da região, tendo a visão e consciência de não comprometer a capacidade regional futura. Portanto, tudo o que salienta o governo federal e estadual, em estruturado discurso, na prática e numa reflexão crítica o anunciado se desfaz perante a realidade, pois o planejamento estabelecido pela União não segue esta concepção.

A respeito do planejamento no âmbito municipal, em última análise, verificou-se após as entrevistas, que este juntamente com a integração entre os municípios constam apenas nos discursos. Visto a falta de pesquisa científica quanto à demanda turística para promoção da atividade no município, bem como no que se refere à falta de documentos que comprovem o planejamento quer seja dos equipamentos turísticos ou da infra-estrutura.

A integração se faz quanto à relação de compartilhar a demanda turística de Foz do Iguaçu, mas ainda não há uma perspectiva dialética desta integração, como mostra os *folders* de turismo da Costa Oeste.

O Parque Aquático Termal pertence ao governo municipal, portanto uma mostra do individualismo o que revela contraponto daquilo que está escrito no plano federal, estadual. Porém, salienta que não está se defendendo os documentos em esfera federal e estadual, mas ressaltando que os escritos públicos para inserção da

atividade turística dissertam sobre uma “ação sustentável”, uma “ação social”, porém, compreende-se que esta atitude é produto do poder público, o qual está se respaldando e eximindo-se das conseqüências que a atividade pode produzir na região.

Portanto, quanto à questão do planejamento local, este se encontra na mão do município. Tudo o que está discursado nas legislações que fundamenta o turismo, acaba se desfazendo na prática e virando utopia. Assim, o turismo sob essa perspectiva não dará certo, produzindo uma seqüência avassaladora de impactos negativos sobre a região.

Conclui-se que, se a participação efetiva da camada social no destino da região for uma utopia no sentido apenas de um sonho irrealizável, então de nada adianta continuarmos falando de planejamento turístico regional como algo que possa contribuir para a transformação social, pois o turismo está aí, e partir para outras soluções seria mais aconselhável? Ou então cruzar os braços e esperar passivamente que os grupos dominantes, por meio de suas reformas e acomodações de interesses, continuem nos fazendo engolir as soluções paliativas que os mantêm perenemente no poder e transformam o território ao bem querer.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **Religião e enfermidade**. IN: Morais, J. F. Regis. *Construção social da enfermidade*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, p. 29.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas/SP: Papyrus, 1994.

BARRETO, A. Margarita N. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do Planejamento**, Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papyrus, 1991.

BAYERLE, Miguel. **Encarte especial em torno do Lago**. In: *Jornal Costa Oeste*, mar., 2004.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 9ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BRASIL, **Atos oficiais da Itaipu Binacional**. Curitiba, Itaipu Binacional, Diretoria Geral, Assessoria de Comunicação Social. 1996.

_____. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil – diretrizes operacionais**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2004a.

_____. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil – diretrizes políticas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2004b.

BRASÍLIA. **Decreto n. 1, de 11 de janeiro de 1991**. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/legislacao/decreto_%2001_11_01_1991.asp> Acesso em: 04 jul, 2005.

_____. **Mensagem ao congresso nacional 1999**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/99MENS5B.HTM> Acesso em: 04/07/2005.

BRDE. **Turismo e hotelaria: breve estudo setorial no Paraná.** Curitiba: GEPLA/AGCUR, 1995.

BRUSADIN, Leandro Beneditini. **Avaliação do programa nacional de municipalização do turismo:** diferentes visões. 2005. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) UAM – Universidade, Anhembi-São Paulo, 2005.

CANTON, Marisa. Eventos. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar** vol. 2. São Paulo: Senac, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

CAZARIM, Giselle Andréa de Souza. **Giselle Andréia de Souza Cazarim.** Depoimento [abr. 2005]. Entrevistador: Ângela Mara Bento Ribeiro. Cascavel: Escritório Regional do Paranaidade, 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Planejamento Turístico Regional: um estudo da região Costa Oeste do Paraná.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: arte de fazer.** Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ITAIPU, Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de. Relatório 2005-Responsável técnica Sandra Finkler-Santa Helena – PR.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania:** produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento:** o processo de criação da SUDENE. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Turismo: de migrações temporárias à fixação no território. In: **Caderno geográfico.** Belo Horizonte: v.9 n.13 jul, 1999. p.12-20.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Ecoturismo.** São Paulo : Aleph, 2002 – Coleção ABC do Turismo.

CRUZ, Rita de Cássia A. **Política de turismo e território,** São Paulo, Contexto,2000

DALLABRIDA, Valdir Roque. **O desenvolvimento regional:** a necessidade de

novos paradigmas. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí. 2000.

DIAZ, Edgar Afonso Hernández. **Proyectos turísticos: formulación y evaluación.** Cidade do México: Editora Trillas, 1988.

GAZETA DO PARANÁ. **Mapas do Paraná:** mapa geopolítico. n.1. Curitiba: jul, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. *In:* CASTRO, Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.).

Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GUIA TURÍSTICO 2003. **Turismo integrado ao lago de Itaipu:** Paraná – Brasil. Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. Sebrae-PR. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2003.

HAESBAERT, Costa Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” À multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Collin Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional:** enfoque sobre sistemas. Tradução de Haydn Coutinho Pimenta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

IBGE-CENSO. **Municípios em dados.** Disponível em: <<http://www.federativo.bndes.gov.br/destaques/bdg/bdg.asp>> Acesso em: 2005.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo.** São Paulo: Pioneira, 2003.

IPARDES. **Leituras regionais:** mesorregião geográfica Oeste Paranaense. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2003.

ITAIPU. **Royalties.** Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/empre/royal.htm>> Acesso em 2005.

ITAIPULÂNDIA. **Historiador:** projeto memória. Prefeitura Municipal de Itaipulândia. Secretaria da Educação, Cultura e Esporte. Itaipulândia, 2005.

_____. Itaipulândia oito anos de transformação. **Revista de informações.** Prefeitura Municipal de Itaipulândia – Gestão 1997-2004. Itaipulândia: Itagraf – Gráfica Itaipulândia Ltda., 2004.

JORNAL HOJE. **Investimentos.** Cascavel: Jornal Hoje, 23/06/05

KAZMIRCZAK, João. **João Kazmirczak.** Depoimento [jul. 2005]. Entrevistador: Ângela Mara Bento Ribeiro. Itaipulândia: Prefeitura Municipal. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Planejamento Turístico Regional: um estudo da região Costa Oeste do Paraná.

KHOURY, Yara Aun. **Projeto História:** revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n.19. São Paulo;Educ, 1999.

LAGE, Beatriz Helena Gales, MILONE, Paulo César. Bases para a elaboração de um Trabalho Científico no Turismo. *Turismo Teoria e Prática* – São Paulo: Atlas, 2000.

LEI 10.257. **Estatuto da Cidade.** Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 14 mar, 2005.

LUCHIARI, M. T. D. P. ; MIRANDA, M. J. DE . Enclaves turísticos: política e território na concepção dos resort's. In: XII Congresso Interno de Iniciação Científica da Unicamp, 2004, Campinas (SP). **Caderno de Resumos.** Campinas : Editora da Unicamp, 2004. v. 1.

MARCHI, Kátia Bortolotti. **Atividades físicas de aventura na natureza:** uma leitura sociológica a partir dos “Jogos Mundiais da Natureza”. 2004. 107 f. Dissertação (Mestre em Educação Física). Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná.

MARKUSEN, Ann. **Região e regionalismo:** um enfoque marxista. São Paulo: Espaço e Debates, 1981.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Na trama urbana:** do público, do privado e do íntimo. Projeto História (Revista do programas de estudos pós-graduados em História e do departamento de história da PUC-SP), São Paulo, nº 13, 1996.

NUNES, Walter. **Aqui jorra dinheiro:** prefeitos de cidades pequenas financiam extravagâncias proporcionada pelo petróleo e pela energia elétrica. **Revista Época.** São Paulo: Editora Globo, 28, fev, 2005.

OLIVEIRA, A. P., **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**, 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA In LIMA & OLIVEIRA. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, v.6, n.2, maio/dez. 2003.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, Secretaria do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ TURISMO. Governo do Estado do Paraná-Secretaria de Estado do turismo. Diretoria técnica: **Dados estatísticos relativos ao turismo no Paraná**, 1193/2003 Curitiba março/2003

PARANÁ. **Calendário oficial de eventos turísticos do paraná 2005**. Secretaria de Estado do Turismo. Paraná Turismo. Curitiba, 2004.

_____. Paraná Brasil: melhores destinos, roteiros integrados. **Revista Paraná Brasil**. v.1 n.1. Santa Catarina: Editora Letras Brasileiras, 2005a.

_____. **Política de desenvolvimento urbano e regional para o estado do Paraná – PDU**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU). Curitiba: fev, 2003.

_____. **Prodetur: estratégia**. V. 1. Curitiba: Governo do Estado, 2005b.

_____. **Turismo em áreas naturais: definições sobre as áreas prioritárias para o turismo em áreas naturais no Estado do Paraná**. Secretaria de Estado do Turismo (SETU). Curitiba, 2000. Disponível em: http://www.pr.gov.br/turismo/turismo_tipo_areasnaturais.shtml Acesso em: 04/07/2005

_____. **Turismo em áreas naturais: diretrizes para o turismo em áreas naturais no Estado do Paraná**. Secretaria de Estado do Turismo (SETU). Curitiba, 2001. Disponível em: http://www.pr.gov.br/turismo/turismo_tipo_areasnaturais.shtml Acesso em: 04/07/2005

PERIS, Alfredo Fonceca (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional: região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

_____. **Trilhas, rodovias e eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão.** 6ª ed. São Paulo: Editora Futura, 2002.

PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO. Boletim de difusão das informações e promoção do debate sobre a distribuição dos royalties do petróleo. Ano II, n.7. Campos dos Goytacazes/RJ, mar., 2005.

PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferrera de; PIFFER, Moacir; SKOWRONSKI, Evandro Rogério; ALVES, Lucir Reinaldo; KARPINSKI, Cezar; HORN, Claudemir. **Relatório final de pesquisa:** análise do Impacto dos Reservatórios das Hidroelétricas no Desenvolvimento Econômico Microrregional. Toledo: UNIOESTE, 2002.

PRADO, Jr. Caio. **História econômica do Brasil.** 38º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PROJETO HISTÓRIA. Cultura e representação revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história. In VIDAL, Rodrigo. **A cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile.** PUC-SP nº 14: Editora EDUC-SP, 1997

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional.** São Paulo: Editora Nacional, 1974.

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. n.104 Curitiba: IPARDES, jan/jun, 2003.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto:** vozes na construção de Itaipu. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

_____; LODI, Odete. **Abrindo caminhos:** os primeiros 40 anos da Eucatur. São Paulo: Prêmio, 2004.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. Natureza e Método de Análise do Espaço do Turismo. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo.** São Paulo: HUCITEC, 1999. p.318-330

_____. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoque regionais.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística.** São Paulo: Hucitec, 2001.

RONCAGLIO, Cynthia. **Das estradas às rodovias: meio século do rodoviarismo no Paraná.** Curitiba: DER, 1996.

RONCAYOLO, Marcel. **Cidades.** Lisboa: Enciclopédia Einaundi, PUC-SP, 1986.

ROYER, Vendelino. **Vendelino Royer.** Depoimento [jul. 2005]. Entrevistador: Ângela Mara Bento Ribeiro. Itaipulândia: Prefeitura Municipal, 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Planejamento Turístico Regional: um estudo da região Costa Oeste do Paraná.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCARPATO, Rodison José. **Rodison José Scarpato.** Depoimento [jul. 2005]. Entrevistador: Ângela Mara Bento Ribeiro. Itaipulândia: Casa da Memória Itacorá, 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Planejamento Turístico Regional: um estudo da região Costa Oeste do Paraná.

SCHILLING, Paulo R.; CANESE, Ricardo. **Itaipu: geopolítica e corrupção.** São Paulo: CEDI, 1991.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – **Relatório da Demanda turística dos municípios ao lago de Itaipu - baixa temporada 2004,** Cascavel: julho, 2005

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETU) In: **Oficina de Sensibilização e Mobilização do Programa de Regionalização do Turismo,** realizada no Senac, município de Cascavel em 03/04/05).

SHERDIEN, Maria Aparecida. **Maria Aparecida Sherdien.** Depoimento [jul. 2005]. Entrevistador: Ângela Mara Bento Ribeiro. Itaipulândia: Morro da Plaquinha, 2005. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida ao Projeto Planejamento Turístico Regional: um estudo da região Costa Oeste do Paraná.

SILVEIRA, M. A . T. (2002). **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento, Um foco no estado do Paraná no contexto regional**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo.

SOUZA, Álvaro José de (Org.). **Paisagem território e região: em busca da identidade**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. **A região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional**. 1998. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1998.

_____. **Estado: produção da região do Lago de Itapu - turismo e crise energética**. 2002. 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. et al. (orgs.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. O Desenvolvimento Periférico do Paraná. In: CASIMIRO, Francisco; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Org.). **Agronegócio e desenvolvimento regional**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

STEIN, Marcos Nestor; Construção e reconstrução do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon Universidade Estadual do oeste do Paraná-Unioeste, dissertação, Marechal Cândido Rondon, 1997.

TUAN, Y-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VIDAL, R. A cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile. In: **Projeto história 14: cultura e representação**. São Paulo: PUC-SP, 1981. p.183-216.

WACHOWICZ, Rui Cristowam. **História do Paraná**. 6ª ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

YURKIV, José Erondi; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Maripá e sua história**. Cascavel, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - FOTOS DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA



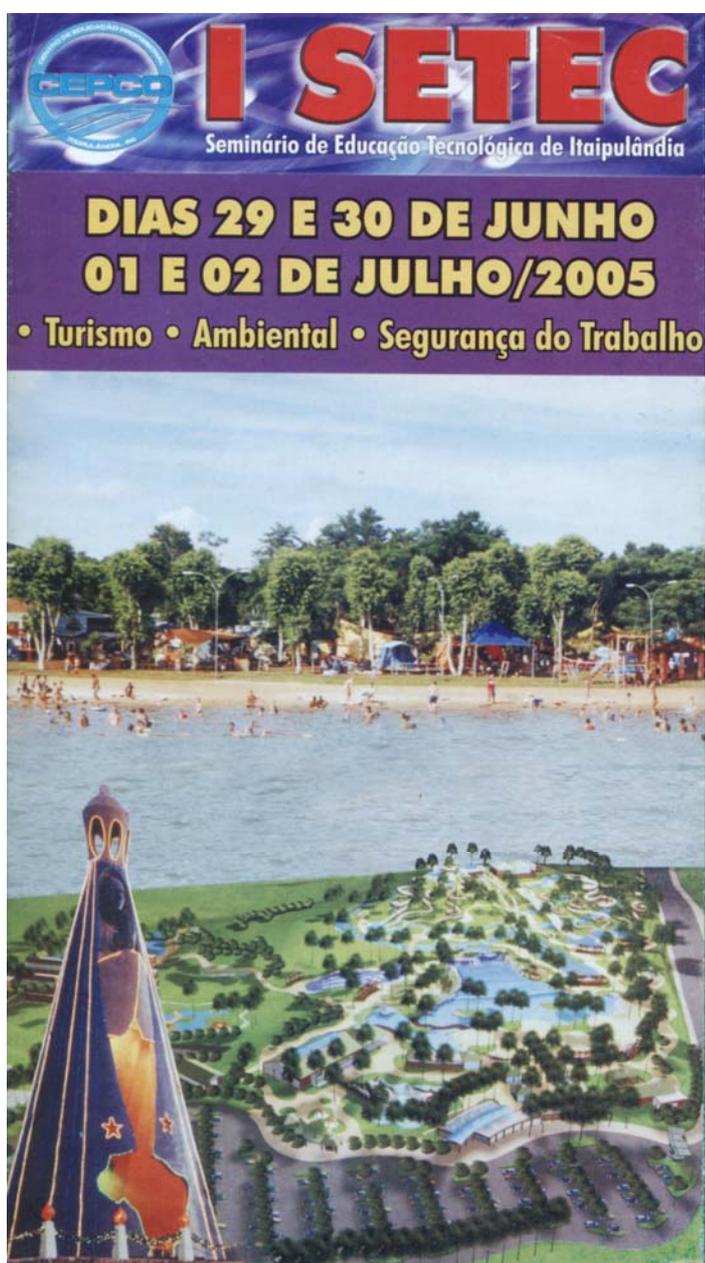
PRAÇA CENTRAL DE ITAIPULÂNDIA



PLACA INAUGURAL DO MONUMENTO A NOSSA SENHORA APARECIDA



CONSTRUÇÃO DO PARQUE AQUÁTICO TERMAL



FOLDER DE DIVULGAÇÃO DE EVENTO EM ITAIPULÂNDIA

Mapa Animado do Lago de Itaipu

Caminhos DAS ÁGUAS
 Aqui existe harmonia entre as cataratas esculpadas pela mãe natureza e a vida que renasce a cada dia.

Nestes rios os amantes dos esportes podem viver emoções inesquecíveis.

Este imenso curso d'água é alimentado por dezenas de rios menores e em suas margens vivem índios e brancos em total harmonia.

Caminhos RURAIS E ECOLÓGICOS
 Passear por estas estradas e trilhas e explorar os segredos da roça.

Os amantes do rafting e da canoagem tem o cenário perfeito para domar a natureza.

Para cavalgadas, não há lugar melhor. Não importa a idade nem o tamanho do pretendente.

Caminhos DA COLONIZAÇÃO
 Aqui vivem os últimos remanescentes dos primeiros donos destas terras, os índios Ava-Guaranis.

O alimento que sai da terra vai direto para mesa em receitas típicas e de inigualáveis sabores.

A musicalidade e a alegria são marcas deste povo.

Mapa de Localização: BRASIL, PARANÁ, Foz do Iguaçu.

Promoção: Lindeiros, SEBRAE PR, ÁGUA BOA.

Assessoria Técnica: FEPESE.

Apoio: BRASIL, PARANÁ TURISMO (Secretaria de Estado de Turismo), ITAIPU BINACIONAL.

Produção: [Logo]

www.turismolagodeitaiipu.com

Caminhos
 TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU
 PARANÁ - BRASIL

FOLDER DE DIVULGAÇÃO DOS CAMINHOS DO TURISMO INTEGRADO AO LAGO DE ITAIPU

ANEXO B - DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA LEVANTAMENTO E ANÁLISE
DE DADOS